



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 58

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 9 de abril de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião, que teve como primeiro ponto o [Debata de urgência sobre “Situação de emergência social nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estevão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Domingos Cunha (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), as Sras. Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*), o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

No decorrer do debate, e no seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usou da palavra para um protesto o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

De seguida foi apresentado o relatório pela Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*), sobre a [Petição n.º 20/X – “Reorganização da rede escolar no concelho da Praia da Vitória”](#), apresentada por Maria Eugénia da Costa Lamas da Silveira na qualidade de 1.º subscritora.

Usaram da palavra para intervir os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*).

Por fim, passou-se para a apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 57/X – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do DLR n.º 26/2012/A, de 19 de junho, Empréstimo de Manuais Escolares”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra para participar no debate a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Costa Pereira (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Submetido à votação, o diploma supracitado foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Judite Parreira (*PSD*) e os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

No seguimento da declaração de voto do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Alberto da Silva Pereira

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros de **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Batista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
António **Félix** Flores **Rodrigues**
Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme informei ontem, o ponto 2 da nossa Agenda será debatido agora de manhã e refere-se ao debate de urgência sobre a

“Situação de emergência social nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos foram fixados pela Conferência de Líderes e são os mesmos que usámos ontem na interpelação.

Tem assim a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para iniciar o debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vimos perante os açorianos manifestar a grande preocupação do PSD/Açores para com a situação de emergência social que atravessa a nossa Região, fustigando todas as ilhas sem contemplanções, espalhando um rasto de dificuldades que a alienação do Governo regional socialista já não consegue omitir.

A tragédia do desemprego; o mau desempenho dos Açores nos indicadores de pobreza; os resultados paupérrimos das políticas educativas; as preocupações manifestadas pelos empresários açorianos quanto à dimensão estrutural da crise ou o alerta dos representantes da ANAFRE para o impressionante aumento dos pedidos de ajuda demonstram como vão longe os tempos dos superavit

orçamentais e de como os Açores se encontram hoje a viver a triste realidade das dificuldades geradas pelos pagamentos em atraso da administração regional. São cada vez mais os açorianos a precisar de ajuda e são cada vez mais os açorianos que não encontram resposta no Governo da nossa Região.

Nos últimos meses, um cada vez maior número de açorianos tem-se dirigido ao PSD/Açores duvidando da competência deste Governo para responder à calamidade que assola as nossas ilhas e são cada vez mais aqueles que se sentem enganados pela Via Açoriana que lhes foi prometida.

Constatam, hoje, que a Via socialista não passa, na verdade, de um pequeno caminho repleto de obstáculos e de paradoxos. Um caminho feito de desculpas e de justificações. O Governo responsável pelo maior desemprego da Autonomia diz sempre que não tem culpa de nada nem de coisa nenhuma.

Depois de, em 2013, ter desaparecido da luta contra a crise por estar em combate com o Governo da República, o Governo socialista está agora, em 2014, desaparecido em combate contra a oposição regional, contra os professores, contra os profissionais de saúde e contra todos aqueles que questionam as opções socialistas ou que duvidam da veracidade dos relatos fantasiosos transmitidos pela propaganda governamental.

Contra a maior crise da Autonomia temos um Governo que se arrasta em contradições, que decide planos sem ouvir os parceiros sociais e que os altera pouco tempo depois de os começar a implementar.

Deputado José Ávila (PS): Isso é o Governo da República?

O Orador: Infelizmente para os açorianos, confirma-se o velho adágio: “não há vento favorável para marinheiro que não sabe aonde ir”.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas últimas semanas o PSD/Açores tem reunido com diferentes instituições particulares de solidariedade social, com empresas e parceiros sociais e todos têm sido unânimes em vários aspetos que consideramos determinantes para a sociedade açoriana e que têm de ser alterados.

Em primeiro lugar, o aumento muito significativo dos pedidos de ajuda das famílias açorianas e as dificuldades das instituições para dar resposta a todas as solicitações.

Em comum, igualmente, aquele que se pode considerar um dos paradoxos da situação em que os Açores se encontram: todos os dias ouvimos o Governo regional dizer que as verbas para as IPSS vão aumentar com o novo modelo de financiamento, mas todos os dias os responsáveis das IPSS dizem-nos que estão preocupados porque, pelas suas contas, esses financiamentos públicos vão ser reduzidos, não sendo poucos, aliás, aqueles que o têm vindo afirmar publicamente.

É essencial ter as pessoas no centro das opções políticas, e é para resolver os problemas dos açorianos que convocamos o Governo e o parlamento para debater os seus graves problemas.

É a pensar, por exemplo, nas crianças com necessidades educativas especiais, que devemos convocar o Governo a atuar. O que vem sendo constatado pelo PSD/Açores é a necessidade da verdadeira implementação, nuns casos, e reforço, noutros, das equipas multidisciplinares com os técnicos necessários ao apoio àqueles alunos que necessitam de uma atuação a pensar na sua inclusão e no apoio que as famílias carecem no desenvolvimento pleno destas crianças.

Esta é uma necessidade urgente que nos tem sido transmitida regularmente. E é também uma forma de aproveitarmos os bons recursos humanos que existem na Região, resgatando jovens técnicos do desemprego, dando-lhes um futuro nos Açores.

É a pensar nas pessoas, em especial naquelas que mais estão fragilizadas no atual contexto de crise social, que não podemos deixar de ter, nesta altura, uma atenção especial para com quem pratica, diariamente, o apoio social aos mais carenciados, cumprindo uma função do Estado. Para o PSD/Açores é urgente reforçar os financiamentos às instituições que se dedicam ao apoio social e o Governo regional só não o faz se não quiser.

Basta, para tal, que utilize as verbas do Fundo Regional de Ação Social como, de facto, elas devem ser utilizadas: para ajudar os açorianos numa situação de

emergência e não para utilizar em anos eleitorais em créditos automáticos e outras despesas do género.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores entende, por isso, que é urgente a alteração dos pressupostos em que assentam os acordos de cooperação com as IPSS, no sentido de introduzir majorações, por um lado, em função da massa salarial que essas instituições suportam e, por outro lado, em função do património que é colocado pelas IPSS ao serviço da Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Julgamos que, assim, podemos contribuir de forma muito significativa para a melhoria das condições de vida de milhares de açorianos que dependem, diariamente, da ação daquelas instituições.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outra das dificuldades frequentes que nos é relatada e que agora foi admitida pelo Presidente do Governo regional é a existência de empresas dos Açores prejudicadas pelos atrasos nos pagamentos da administração pública.

É importante que o Governo regional explique melhor o que quer dizer com isto: quais são as áreas onde, segundo o próprio Governo, se registam problemas, quais são os departamentos que precisam de fazer melhor para cumprir os compromissos assumidos.

Incentivamos, por isso, o Governo regional a dizer ao Parlamento e aos açorianos, hoje mesmo, quais são, e cito o Presidente do Governo, os “setores na área da esfera pública em que precisamos de fazer mais e melhor, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A AZORINA!

O Orador: ... para que eles possam corresponder àquilo que é a restante administração pública, inclusive em termos de prazos de pagamento”.

É também necessário que a administração pública regional e o setor público empresarial atuem no sentido de acautelar que no lançamento dos concursos de obras regionais não seja permitida a prática de preços irrealistas no mercado e que têm como consequência a promoção do trabalho precário e mal remunerado.

Estaríamos, assim, a dar condições para as empresas açorianas, nomeadamente as da construção civil, se mantenham em atividade, preservando postos de trabalho que, afinal, não são outros que não os açorianos e açorianas que queremos defender na atual conjuntura que os atira para o desemprego e para a pobreza.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É hoje evidente que o Governo Regional está a falhar de forma clamorosa no combate ao desemprego ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não! Estamos a falar da República!

O Orador: ... e nas respostas aos milhares de açorianos que passam por esse problema dramático para a sua vida pessoal e familiar.

Como é sabido, no ano de 2013, houve uma diminuição de 1 192 cidadãos na população ativa dos Açores e desapareceram 2 763 postos de trabalho. Contrariando o Vice-Presidente do Governo que afirmava que nos Açores o aumento da população ativa superava o crescimento do desemprego o que, manifestamente, não é verdade.

Foram criados, administrativamente, cerca de cinco mil postos ocupacionais. Isto não é emprego, trata-se de estágios e de programas ocupacionais, não estamos a falar de emprego, como os senhores tentam iludir os açorianos.

A verdade, é que na Região a economia real não está a criar os empregos que os senhores referem, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a AZORINA!

Deputado Francisco César (PS): Deixe a AZORINA em paz! Ela não faz mal nenhum!

O Orador: ... o que significa que os senhores estão a criar uma fábula só para efeitos eleitorais, e isso não tem sentido! Os senhores passam a vida a iludir os açorianos, a enganar os açorianos, e é isso que o Partido Socialista tem de explicar aqui, hoje, neste Parlamento.

Deputados Jorge Macedo e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E aqui identificamos mais um paradoxo. O Partido Socialista fez campanha prometendo a criação de 1000 postos de trabalho através da valorização do património florestal.

Foi por isso que ficamos surpreendidos, ainda ontem, com o resultado do concurso internacional para o corte de algumas matas de criptoméria e a adjudicação de menos de metade da área colocada a concurso.

Ou seja, é mais um paradoxo. Semelhante aliás ao verdadeiro milagre económico socialista que coloca os Açores ao mesmo tempo como a Região do país onde mais empresas foram criadas e aquela onde o desemprego mais aumentou.

Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Defendemos, com veemência, que o Governo regional deve elaborar, com urgência, um plano de pagamentos das dívidas em atraso às empresas regionais.

Há emprego nos Açores que só não é criado porque o Governo regional não paga o que deve ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e há empresas a despedir funcionários por causa dessas dívidas.

Deputados Luís Maurício e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante tantas dificuldades, é legítimo que os açorianos se questionem sobre a capacidade do Governo regional para vencer as atuais adversidades.

Pergunto:

Será sinal de competência o maior desemprego da Autonomia?

Será sinal de competência as maiores taxas de abandono e de insucesso escolar ou os piores resultados educativos do país?

Será sinal de competência edifícios termais fechados que podiam estar a gerar riqueza? Casinos abandonados? Hotéis fechados sem turistas?

Gares marítimas de passageiros encerradas sem navios, empresas públicas falidas, que somam prejuízos atrás de prejuízos, são sinal de competência?

Deputado Francisco César (PS): Isto é uma “catrefada” de temas!

O Orador: É sinónimo de competência as declarações de um deputado socialista, dirigente associativo, dizer que não está preocupado com o futuro da sua cooperativa porque vai pagar um dos dois meses de salários atrasados?

Deputado Rogério Veiros (PS): Que moral tem o PSD para vir falar? O PSD que apoia o Governo da República? Até parece!

O Orador: E o que dizer das declarações do secretário regional da Saúde na comissão de Assuntos Sociais admitindo que os problemas do sector resultam da falta de organização do seu departamento e da falta de transferência financeiras do Vice- Presidente do Governo?

Onde está a competência do Governo regional socialista quando os próprios membros desse Governo se queixam dos serviços que deveriam tutelar?

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num momento tão difícil, aqui está o PSD/Açores, firme no seu propósito de se apresentar aos açorianos renovado, com propostas que melhorem a grave situação em que nos encontramos ...

Deputado José Ávila (PS): Onde é que estão as propostas?

Deputado António Parreira (PS): Onde é que estão elas? É só blá-blá!

O Orador: ... e com espírito de abertura para trabalhar na procura de soluções. É isso que vamos continuar a fazer, conscientes de que podem os açorianos ter perdido a esperança neste Governo, mas não há motivos para perder a esperança nos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Há um futuro melhor do que aquele que nos é oferecido pelo Partido Socialista.

O PSD/Açores cá estará para apresentar aos açorianos esse projeto de esperança tão necessário para as nossas ilhas!

Disse!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Pode usar da palavra um Membro do Governo.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E pá, vai à tribuna e tudo!

Deputado António Parreira (PS): Também tem direito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro! Com certeza!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O agendamento do presente debate visa questionar o Executivo açoriano sobre o que está a fazer para lidar com as dificuldades vividas pelas famílias açorianas.

Sem dúvida que esta tem de ser uma preocupação de qualquer Governo responsável, na Região ou na República, este último liderado pelo proponente deste debate. Se o PSD não levar isto em conta corremos o risco de querer vir a esta Assembleia 'apontar para o cisco no olho do outro, ignorando a trave que tem nos seus próprios olhos', como nos ensina a frase bíblica.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Executivo açoriano tem consciência do contexto de dificuldade que afeta muitas famílias na Região, mas os Açorianos têm consciência que

podem contar com este Governo na medida das suas competências e até ao limite máximo dos seus recursos.

Todos os cidadãos que recorrem aos serviços em situação de dificuldade, alguns mesmo quando já estão no limiar da sua capacidade, recebem uma resposta.

Neste contexto, a ação do Executivo açoriano é inicialmente de emergência (numa ajuda imediata), mas isso não significa que depois abandonemos a família à sua sorte.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Cada situação é analisada em profundidade, ajudando a planear o dia seguinte, o futuro a que essa família ou indivíduo têm direito.

Apostamos e queremos reforçar uma ação social de proximidade. Nesse sentido, o Governo orgulha-se da rede de serviços existentes na comunidade e de ter sido pioneiro na criação da figura de Ajudante Sociofamiliar, que ajuda as famílias a ganhar competências diversas, nomeadamente ao nível da gestão doméstica e da economia familiar.

As famílias sabem que podem, sempre, contar e confiar no Governo dos Açores. Infelizmente, confiança é uma palavra gasta na relação dos portugueses com o atual Governo da República, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como ficou demonstrado no recente inquérito ao bem-estar, publicado pelo INE.

Nos Açores, podemos não conseguir fazer tudo, mas fazemos tudo o que podemos para ajudar quem vive em dificuldade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós conhecemos alguém que se sente inibido em recorrer aos serviços oficiais para dar conta das dificuldades por que está a passar. Mas também para

esses queremos ser resposta, porque é sempre possível atenuar essas dificuldades.

Desde logo, podem contar com o apoio do Governo ao nível das creches, jardins-de-infância ou ATL ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que paga?

A Oradora: ... quando uma diminuição dos seus rendimentos possa comprometer a permanência dos filhos naquelas respostas sociais. Nesses casos, a comparticipação pública do Governo Regional cobre essa diferença junto das instituições sociais. Para aqueles que procuram vagas neste tipo de equipamentos sociais, há uma bolsa de lugares disponíveis, assegurada pelo financiamento público.

Ao invés do que acontece no continente ou mesmo na Região Autónoma da Madeira, nos Açores o financiamento das respostas sociais não se altera com a frequência, não depende do montante que as famílias podem pagar e está baseado em valores superiores aos montantes inscritos na tabela nacional.

Com o modelo de financiamento em vigor na Região, as instituições sabem com o que podem contar da comparticipação pública mensal e as famílias veem garantido o direito às respostas sociais na infância, na velhice ou quando estão mais vulneráveis.

Em todas as circunstâncias, as pessoas estão no centro da política deste Governo.

Ao invés, e contrariando a recomendação da OCDE, e cito, que considera “fundamentais as políticas sociais que apoiem as famílias para que problemas da conjuntura não se transformem em desvantagens estruturais”, (e é uma recomendação da OCDE a Portugal e a este atual Governo) o Governo da República, ao invés desta recomendação, reduz as prestações sociais, nomeadamente o RSI.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora está a fazer política barata!

A Oradora: Na Região, e em consequência disso, foram menos 2,5 milhões de euros transferidos pelo Governo da República em 2013 para o apoio às famílias mais carenciadas.

Cada Açoriano que beneficia desta prestação recebe atualmente, em média, cerca de 65 euros mensais, ou seja, pouco mais de dois euros por dia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que paga?

A Oradora: Mas o Governo Regional, através do reforço do apoio na precariedade, tem apoiado diretamente aqueles que vivem necessidades prementes em cerca de dois milhões de euros anuais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que dá?

A Oradora: São cerca de 182 mil euros mensais que são atribuídos em apoios diretos aos indivíduos e famílias com vista à satisfação das necessidades básicas.

É bom referir que no continente não existem apoios imediatos, sendo necessário aguardar cerca de um mês pelo deferimento de apoios económicos, por sinal muito diminutos e insuficientes para a satisfação das necessidades básicas.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que entre as famílias mais vulneráveis estão os idosos que têm sofrido uma quebra significativa dos seus rendimentos. Reduções nas pensões de reforma, de sobrevivência e no complemento solidário para idosos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade!

A Oradora: ... são alguns dos impactos que também afetam os Açorianos mais velhos.

Estas penalizações reduzem de forma drástica o rendimento mensal disponível daqueles que muito trabalharam para e pela nossa terra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade, Artur! Foi o Sócrates!

A Oradora: No entanto, nos Açores, os reformados e pensionistas sabem que podem confiar no apoio do Governo da Região. Por viverem nos Açores recebem, em média, mais 700 euros por ano. E são mais de 34 mil idosos que beneficiam deste complemento regional, num montante anual que ascende a 25 milhões de euros.

O 'cheque pequenino' é hoje um recurso com que os idosos contam e que, apesar do contexto difícil, tem sido reforçado, atingindo mais 20% do seu valor inicial.

Os idosos por viverem na Região têm ainda acesso ao complemento regional para compra de medicamentos, COMPAMID, que ronda mais de um milhão de euros por ano. E são cerca de 8.500 idosos que beneficiam desta medida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande medida! Foi proposta por quem?

A Oradora: O Governo na Região está ao lado dos idosos, melhorando a qualidade dos equipamentos sociais e os serviços de apoio, seja no domicílio ou nos centros de dia, nos lares ou na promoção de atividades de turismo sénior. São mais de 8 mil idosos a beneficiar destas respostas sociais.

Enquanto os idosos e os idosos açorianos são vítimas de um Governo na República que reduz e taxa as pensões, na Região, o Governo, atento a isso, evitou que 1.600 idosos com pensões entre 595 e 675 euros, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que acabou com ela? Foi o Sócrates!

A Oradora: ... perdessem o direito ao complemento regional de pensão.

Enquanto os idosos perdem o direito ao complemento solidário de idosos, uma medida nacional, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é que criou o complemento social aos idosos?

A Oradora: ... na Região, o Governo reforça o complemento regional de pensão.

Enquanto diminui o acesso ao Abono de Família, na Região, o Governo apoia quase 40 mil crianças, uma medida já reforçada em 20% do seu valor inicial desde 2011 e que representa 2,3 milhões de euros do Orçamento Regional.

Não podemos fazer tudo, mas os Açorianos sabem que fazemos tudo o que podemos para ajudar as famílias em situação mais precária, no limite das nossas competências e dos recursos disponíveis.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo está a minimizar as dificuldades das famílias açorianas contribuindo de forma direta para o seu rendimento também através dos apoios na habitação. São mais de 2.000 famílias apoiadas.

Cerca de mil através das rendas sociais, cujo valor médio ronda 40 euros, recebendo a família um apoio médio mensal que ronda os 275 euros.

São famílias que antes viviam em situações de risco, em habitações sobrelotadas, a quem foram proporcionadas condições habitacionais condignas.

Outras mil famílias beneficiam do incentivo ao arrendamento, com um apoio médio de 183 euros/mês, que representa um compromisso de cerca de dois milhões por ano.

Há ainda mais 1.200 famílias que beneficiam dos protocolos de cooperação financeira com as autarquias.

Ao todo são mais de 3.200 famílias que acederam a uma habitação em regime de arrendamento, com apoio do Governo Regional.

Mas o apoio não se limita ao pagamento de rendas, já que têm sido investidos cerca de seis milhões de euros/ano na recuperação de habitações degradadas, sejam de particulares ou da Região, melhorando as condições de habitabilidade de muitas famílias. Sem contar com a concretização das novas fases de reabilitação do Bairro da Terra Chã e Joaquim Alves na Terceira, um investimento da SPRHI.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, sim, sim! Perfeitamente recuperado! Influenciado pelo IHRU!

A Oradora: No contexto de dificuldade de acesso ao crédito bancário, o Governo dos Açores, consciente das dificuldades acrescidas por que passam os casais jovens, tem proporcionado o arrendamento com opção de compra, permitindo a aquisição de uma habitação própria permanente, uma medida à qual se candidataram mais de 300 agregados nos concursos que decorreram recentemente para frações na Ribeira Seca e no Livramento, em S. Miguel.

Os tempos são difíceis, todos sabemos, mas é nestes momentos que se avaliam os audazes, a coragem dos que não baixam os braços e a tenacidade dos que acreditam que podemos confiar no futuro.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: Estamos a investir nas pessoas, porque é pelo capital humano que iremos vencer os desafios que o presente perspectiva, cientes do percurso que fizemos e do futuro que temos pela frente.

Vencemos a barreira do analfabetismo, reduzindo de 12,7 % no recenseamento de 2001 para 4,7% no último recenseamento de 2011. Fomos aliás a Região que mais recuou neste indicador, muito acima da Madeira, ...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... que registava em 2011 uma taxa de 6,97%, ou mesmo a nível nacional, que se situa nos 5,5%.

Reduzimos a taxa de gravidez precoce em mulheres com menos de 20 anos que, em 2008, era de 10% e que em 2013 se situava nos 6,6%.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Podemos não ter feito tudo, mas hoje somos uma Região mais inclusiva para muitos cidadãos, sejam as vítimas de violência, os repatriados, os sem-abrigo, ex-toxicodependentes ou mesmo ex-reclusos.

A terminar, reafirmo que, se hoje podemos acudir, de forma estruturada, aos indivíduos, famílias e empresas em situação de emergência social ou de dificuldade, é porque gerimos bem os recursos disponíveis na Região, nos limites das nossas capacidades.

É essa saúde financeira que nos permite em 2014 reforçar o financiamento às IPSS em mais 1, 6 milhões de euros, reforçar a verba destinada à solidariedade social em cerca de dois milhões de euros, dotar o Fundo Regional de Ação Social de mais de oito milhões de euros e assegurar também os complementos regionais de abono, de reforma e para compra de medicamentos em quase 30 milhões/ano.

Os tempos estão marcados pela austeridade que nos é imposta e que tem gerado, como consequência, dificuldades acrescidas no dia-a-dia das famílias. Contudo, o Governo dos Açores, dentro das suas capacidades e recursos

disponíveis, está decidido a minimizar essas dificuldades, sem deixar de promover o desenvolvimento social e integrado das comunidades.

Estamos a trabalhar para reforçar a coesão e a justiça social, para construir uma Região inclusiva e solidária, onde ninguém fique para trás, onde ninguém fique a viver com dificuldades, onde ninguém fique na sombra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): São rosas! São rosas!

A Oradora: No final desta legislatura, cabe aos Açorianos avaliar em toda a plenitude o esforço e o resultado desse esforço do Governo no apoio às famílias açorianas e, com certeza, os Açorianos e as Açorianas saberão reconhecer este esforço.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem uma inscrição, mas agradeço também que se vão inscrevendo para a participação no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Ouvimos aqui a intervenção do PSD e a intervenção da Sra. Secretária Regional e desde logo tiramos uma conclusão: a Sra. Secretária Regional não é deste mundo, não vive nos Açores, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah, vive, vive!

O Orador: ... não conhece a realidade açoriana e não sabe o que se passa, porque não contata com as pessoas a não ser nas suas ações de propaganda e de demagogia política. Não anda na rua e não sente as dificuldades das pessoas.

Sra. Secretária Regional, começo exatamente pelo que a senhora chama capital humano e que alguns, estatisticamente, dizem potencial humano. Vamos ver então, relativamente ao potencial humano, à educação que a senhora aí falou, como é que estamos nessa matéria e uma das causas de pobreza é exatamente a

educação, o nível ou a falta de educação e o seu nível de educação. Vamos lá ver como é que estamos nos Açores, Sra. Secretária.

Taxa de abandono escolar precoce: somos a primeira região do país.

Jovens com formação superior entre os 25 e os 34 anos: a última região do país.

Resultados de exames nacionais: somos os últimos no 4.º ano, no 6.º ano, no 9.º.

Ao nível da educação que tanto contribui para diminuir a pobreza estamos em último lugar do país, Sra. Secretária Regional.

Ao nível social, Sra. Secretária, somos a segunda região mais desigual do país (no Índice de Gini somos o segundo, 32.1), logo a seguir a Lisboa, Sra. Secretária Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ao nível da saúde, a esperança média de vida de um açoriano é 3 anos e 6 meses inferior à de um continental, Sra. Secretária Regional. Morremos mais com tuberculose, morremos mais por doença isquémica do coração, Sra. Secretária Regional.

Portanto, é desse desenvolvimento que a Sra. Secretária vem aqui falar?

Na educação, na saúde, a nível social, somos os últimos ao nível do país em diversos fatores, Sra. Secretária, ...

Deputado Berto Messias (PS): Tanta demagogia!

O Orador: ... não esquecendo o desemprego que é a principal causa de pobreza onde somos a primeira região do país, ou das primeiras, com a taxa mais alta de desemprego, superior a 17%, Sra. Secretária.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

Deputado Manuel Pereira (PS): Muitos emigraram!

O Orador: Onde é que a senhora anda, Sra. Secretária Regional?

Isto é que é preciso saber.

Portanto, não podemos, Sra. Secretária Regional, esconder essa realidade. E vou dizer-lhe mais! A senhora sempre ali com a sua desculpa...

Não quero saber o que é que o Governo da República faz. Quero saber o que é que o meu Governo dos Açores faz pelos açorianos, Sra. Secretária Regional. É isso que quero saber e é isso que a senhora não faz, nem o seu Governo.

Sabe qual é o seu dever e o dever desse Governo? Sabe qual é?

Criar emprego, que é o que a senhora não faz, porque vive à sombra do subsídio de desemprego que é pago pela República.

Senão sabe o que é que acontecia?

Os açorianos andavam de tanga, porque a senhora não tinha dinheiro para pagar o subsídio de desemprego.

A senhora devia estar de mãos postas a quem lhe dá dinheiro para pagar o subsídio de desemprego, ...

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Olha o disparate!

Deputado Berto Messias (PS): Não perde uma oportunidade para defender o Governo da República!

O Orador: ... para lhe pagar o Rendimento Social de Inserção que a senhora não o conseguia pagar, Sra. Secretária Regional.

Quem paga essas prestações sociais todas é o Governo da República ...

Deputado Berto Messias (PS): Não perde uma oportunidade para defender o Governo da República! É preciso ter lata!

O Orador: ... e a senhora não devia ser, no mínimo, acintosa para quem a ajuda e para quem contribui para o bem-estar dos açorianos, Sra. Secretária Regional.

Se não fosse o Governo da República os desempregados não recebiam subsídio de desemprego, não recebiam Rendimento Social de Inserção.

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma afronta!

O Orador: E mais, Sra. Secretária Regional! As prestações sociais não são suas. A senhora dá apenas um complemento.

Agora o que eu espero é que a senhora crie emprego, que esse Governo crie emprego e é isso que os senhores não fazem.

Têm melhor saúde do que no continente? Não têm. Temos pior e está a piorar de dia para dia.

Ao nível social estamos pior e a piorar de dia para dia.

Deputado Berto Messias (PS): Mentira! Isso é mentira, Sr. Deputado!

O Orador: Ao nível da educação não saímos dos últimos lugares do país, o último lugar.

E mais, Sra. Secretária!

Isto é que é de uma gravidade extraordinária e, portanto, a senhora não é deste mundo.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma intervenção lamentável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta sede da nossa autonomia queria registar aqui o protesto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Protesto?!

O Orador: ... pelas declarações do Sr. Deputado Artur Lima.

Penso que é uma indignidade para a nossa autonomia afirmar que devíamos estar de mãos postas perante o Governo da República, porque pagam aos desempregados o subsídio de desemprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: É uma indignidade perante quem 40 anos se esforçou, lutou e batalhou para construir uma autonomia.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: É uma indignidade para quem considera que aquilo que é um apoio social é um direito adquirido e não uma esmola e essencialmente é uma indignidade, ...

Deputados Francisco César e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque o subsídio de desemprego não é nenhuma esmola de ninguém.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É dinheiro dos trabalhadores!

O Orador: O subsídio de desemprego resulta do desconto dos trabalhadores portugueses.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E muito mal vai quem ache que pagar o subsídio de desemprego, cujas receitas resultam do desconto de quem trabalha, é um favor e uma esmola.

Não é este o país que queremos, não é este o país que aceitamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O senhor vem aqui fazer o seu número circense, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que veio!

Deputado Berto Messias (PS): Respeite os artistas de circo!

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma resposta!

O Orador: ... com a sua habilidadezinha, mas o que o senhor não consegue criar, Sr. Vice-Presidente, é emprego, é riqueza na Região, Sr. Vice-Presidente. Política falhada total da sua responsabilidade pessoal e política, Sr. Vice-Presidente!

Em vez de andar a fazer favores políticos aí, crie emprego na Região Autónoma dos Açores, que é isso que a sua política não consegue fazer. É isso que se espera de um Governo, da Via Açoriana, da Agenda Açoriana para o Desenvolvimento, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores não fazem nada e têm a mais alta taxa de desemprego, subsidi dependência e agora ainda recentemente andou a contratar gente, porque não consegue criar emprego e então anda a subsidiar gente para tê-los controlados e na subsidi dependência.

O que o senhor criou em 40 anos de autonomia foi uma sociedade subsidi dependente que os senhores querem manter para controlar, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que o senhor devia aqui defender.

A autonomia não foi criada para isso, não foi criada para sermos hoje em dia o último lugar a nível da coesão nacional, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Olhe para mim que estou a falar consigo!

Ao nível da coesão regional não devíamos ser o último, Sr. Vice-Presidente.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estevão)

O Orador: Isso é que deveria envergonhá-lo. O senhor devia ter vergonha, vergonha de a nível nacional ter o último lugar a nível da coesão, Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Explique isso, explique o falhanço das suas políticas nos transportes aéreos, nos transportes marítimos, na agricultura, nas pescas, no desenvolvimento social, Sr. Vice-Presidente. **Deputado Duarte Moreira (PS):** Onde isto já vai!

O Orador: E sim, o subsídio de desemprego é um direito dos trabalhadores, Sr. Vice-Presidente. É, sim senhor, um direito dos trabalhadores!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah!

O Orador: Mas não é o senhor que o paga e erradamente os senhores fazem crer que é que o pagam e isso é mentira. Não são os senhores que o pagam.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Somos todos nós!

O Orador: É o Governo da República que o paga, como o Rendimento Social de Inserção ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é o Governo da República, são os portugueses!

Deputado António Marinho (PSD): Onde é que está o orçamento da Segurança Social?

Deputado Francisco César (PS): Quem paga são os portugueses! Os senhores deviam ter vergonha disso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que os senhores pagam e que aquela senhora manda cartas para casa a dizer que foi diminuído, não são ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não nos entendemos!

O Orador: Não tendo condições para continuar, termino, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não nos entendemos!

Percebo a emoção do debate naturalmente, mas temos que criar as condições para que nos possamos ouvir.

Vamos continuar com este debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo aqui confessar que esta situação de emergência social ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olha! O SOS chegou! A emergência!

O Orador: ... é algo que, depois de ter recebido os sindicatos, também tive a oportunidade de anunciar que o PPM iria apresentar uma interpelação neste sentido.

Deputado André Bradford (PS): Também já tinha pensado nisso!

O Orador: O PSD antecipou-se e apresentou um debate a respeito deste assunto que acho que é da maior urgência e não se trata aqui de guerrilha partidária ...

Deputado André Bradford (PS): Não! Que ideia!

O Orador: ... ou de tentar vulnerabilizar o Partido Socialista e a governação do Partido Socialista.

Trata-se aqui de dar uma resposta à sociedade açoriana, aos açorianos que nos abordam todos os dias na rua com situações que todos nós, os Deputados do Partido Socialista, o Governo Regional e todos os Deputados nesta casa, observamos todos os dias de desespero e fico, como todos ficamos (tenho a certeza absoluta que todos ficamos) preocupadíssimos com esta situação e sempre com aquele estado de espírito de que é preciso enfrentar esta situação, que temos de dar a mão a quem está a passar por enormes dificuldades e o primeiro passo é reconhecer que este problema existe e não é vir aqui, como veio a Sra. Secretária Regional, Piedade Lalanda, dizer que está a fazer tudo. Tenho aqui a frase “estamos a fazer tudo o que é possível fazer.”

Deputado Manuel Pereira (PS): Olha quem fala!

O Orador: Não estamos! Os Açores, o Governo Regional não está a fazer tudo o que é possível, Sra. Secretária. Nunca se faz tudo o que é possível.

O que é necessário é reconhecer que temos um problema enorme de fome e de miséria que cada vez afeta mais famílias açorianas, que cada vez coloca mais gente numa situação de exclusão social, que afeta o futuro de milhares de crianças, de famílias que não têm oportunidade de poder viver condignamente, porque é disso que se trata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Há gente que não vive condignamente, há gente que passa por dificuldades tremendas e nós temos de declarar nesta Região uma situação de emergência social, uma situação de emergência social em que aproveitamos, melhoramos e implementamos mecanismos de intervenção excepcionais para uma situação excepcional.

O que quero aqui dizer é que o PPM está disponível, ao lado do Governo dos Açores, ao lado de todos os partidos que aqui estão representados, ao lado da sociedade açoriana, para todos juntos, depois de se reconhecer que existe este problema, depois de se reconhecer que é possível fazer mais, porque é sempre

possível fazer mais, atacar esta situação todos juntos, com os sacrifícios que tivermos que fazer, com os sacrifícios que todos tivermos de fazer, mas temos que ter a consciência de que nestes 40 anos este é o maior desafio da autonomia.

Neste momento, é: como é que nós vamos superar esta situação?

Dizem-me: tem um contexto internacional? É certo.

Tem um contexto nacional? É verdade.

Deputado Francisco Coelho (PS): Nacional não tem!

O Orador: Há políticas nacionais que provocaram este tipo de situações? É verdade.

Mas não me digam que nos Açores estamos a viver numa situação de paraíso ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... e não me digam que se está a fazer, como a Sra. Secretária aqui veio dizer, tudo o que é possível fazer.

Não está, Sra. Secretária!

Enquanto crianças desta Região, enquanto famílias passam fome e não sabem como enfrentar o outro dia e a seguir o outro, o outro e o outro, não estamos a fazer tudo.

É por isso que é necessário acordar para este problema, juntar energias e resolvê-lo.

Reconheça isto, Sra. Secretária. Reconheça que isto é um problema, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E eles estão a rir!

O Orador: ... porque este é o primeiro passo. A seguir vamos declarar a situação de emergência social, vamos preparar situações excecionais todos juntos, vamos resolver este problema e vamos tentar triunfar sobre este que é o maior problema que a autonomia enfrenta. Neste momento, é o teste da verdade e nós, nos Açores, temos de proteger a nossa população, temos de proteger os açorianos desta situação e não podemos dormir descansados enquanto centenas de famílias não sabem como enfrentar o dia seguinte e alimentar os seus filhos no dia seguinte.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é verdade!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha intervenção por referir que, tratando-se do pano de fundo desta intervenção a situação difícilíssima por que passam muitas famílias em todo o país e não apenas nos Açores, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... não me parece que fiquem bem as tiradas demagógicas a que temos assistido ao longo de toda esta manhã.

A pobreza e o desemprego são dos maiores flagelos que podem afetar as pessoas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... e aquilo que se espera é que se faça um debate em torno deste assunto com a seriedade que as pessoas que estão a passar por estas situações merecem da nossa parte.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Diga isso ao vosso Governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Começando pela Secretária Regional!

Deputado António Marinho (PSD): Boca santa!

A Oradora: Não se pode falar desta questão ignorando o inquérito do Instituto Nacional de Estatística sobre o rendimento e as condições de vida e aquilo que diz esse inquérito é que em Portugal se acentuou o risco de pobreza para crianças e jovens com menos de 18 anos; que aumentou o risco de pobreza para a população em idade ativa; que aumentou o risco de pobreza para a população em situação de desemprego; que aumentou o risco de pobreza para as famílias com crianças; que aumentou a intensidade da pobreza; que aumentou a assimetria na distribuição de rendimento; que aumentou a privação material.

Este é o Portugal que temos depois das medidas de austeridade e não há como fugir disto, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputadas Benilde Oliveira e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque este Governo que afirmou triunfalmente que iria além da troika não se limitou a reduzir salários e pensões. Alterou os sistemas de atribuição de prestações sociais como o Rendimento Social de Inserção e o desemprego para empobrecer ainda mais as famílias ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Deputada, pergunte ao Sr. Vice-Presidente quanto é que ele deve?

A Oradora: ... e naturalmente que este empobrecimento das famílias levou ao desemprego.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Os senhores retiraram rendimento às famílias para lhes retribuir com uma tijela de sopa nas cantinas sociais. Foi isto que os senhores fizeram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Isto, Srs. Deputados, é colocar a dignidade da pessoa humana no fim da escala de valores, se é sequer que ela integra a vossa escala de valores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Ficámos também a saber, das intervenções do Sr. Deputado Artur Lima e dos apartes da bancada do PSD, que o conceito de solidariedade da República para com as regiões autónomas tem agora uma nova configuração e que exige de nós uma espécie de gratidão ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja rigorosa!

A Oradora: ... (estou a interpretar ...

Deputado Manuel Pereira (PS): De forma correta!

A Oradora: ... aquilo que o senhor disse nas suas declarações e o que foram os apartes do PSD) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja rigorosa!

A Oradora: ... como se nós não fossemos Portugal e isto não é aceitável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o desemprego nos Açores?

A Oradora: Não se pode por isso fazer este debate sem que os senhores, que são apoiantes fervorosos do Governo da República, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o desemprego nos Açores? Diga lá!

A Oradora: ... assumam as vossas responsabilidades na situação em que o país se encontra.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate de urgência que o PSD nos traz aqui é com certeza muito importante e gera um conjunto de emoções, aliás, como se está a verificar.

De facto, a Região e o país atravessam uma situação muito complexa em termos sociais, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O emprego até está a aumentar!

O Orador: ... mas é bom que não nos esqueçamos e que se clarifiquem aqui alguns equívocos que entretanto se estão a instalar.

Primeiro, e desde logo, o dinheiro que paga as prestações sociais, designadamente o subsídio de desemprego, é dinheiro que é proveniente não de nenhum Governo, mas é dinheiro que é proveniente das contribuições dos trabalhadores, é dinheiro do trabalho. Não é nem deste Governo, nem de Governo nenhum. É do orçamento da Segurança Social que é composto pelas contribuições que advêm do trabalho e dos trabalhadores e que servem exatamente para isto.

Esta é uma das questões que tem de ficar clara. Não se tratam de esmolas, não sai do orçamento geral do Estado, nem do orçamento da Região, sai do orçamento da Segurança Social e é dinheiro do trabalho e dos trabalhadores que está destinado para este efeito.

Segunda questão. Nós temos aqui de facto um problema de emergência social que são 2 milhões e meio de portugueses no limiar da pobreza, é mais de 1 milhão de portugueses desempregados.

Na Região, o valor do desemprego subiu nos últimos anos para valores dramáticos se considerarmos ainda assim só os números oficiais, porque depois há um conjunto de cidadãos que são impedidos de aceder ao emprego e que diria que quase duplica o número oficial do desemprego na Região. De facto, esse é um gravíssimo problema, mas, Sras. e Srs. Deputados, esta câmara tem vindo a recusar-se sistematicamente a aprovar algumas propostas que poderiam contribuir para o aumento do emprego introduzindo dinâmicas económicas diferentes na nossa Região.

A verdade é esta: têm sido propostas aqui, não só pelo PCP, mas também pelo PSD, algumas medidas que têm sido rejeitadas quer pela bancada da maioria, quer pela bancada do PSD, com a abstenção do CDS-PP, que, enfim, relativamente a esta situação, ainda não evoluiu para uma outra posição e que tem a ver ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já evoluiu, já. Evoluiu para o apoio ao Partido Socialista!

O Orador: Oh senhor, eu até o estou a poupar, Sr. Deputado! Até o estou a poupar, portanto, Sr. Deputado a questão é a seguinte: trata-se aqui de um problema de rendimento, porque só com o aumento do rendimento é possível aumentar o consumo, é possível dinamizar a economia regional e a verdade é que se por um lado o Governo Regional reconhece isso relativamente aos trabalhadores da administração pública arranjando um mecanismo, aprovado unanimemente por esta Assembleia, para de alguma forma compensar os cortes que foram efetuados pelo Governo da República, a mesma disponibilidade não se passa por parte da bancada do Partido Socialista, por parte da bancada do

PSD, do CDS-PP e do PPM relativamente, por exemplo, ao acréscimo regional ao salário mínimo nacional que, como está perfeitamente demonstrado, é fundamental que viesse a acontecer, independentemente que se verifique ou não o aumento do salário mínimo nacional, para que as coisas fossem substantivamente diferentes, sem custos para as empresas. Com certeza que a economia melhorava e só com a melhoria da economia é que pode haver promoção de emprego.

É isso que V. Exas. têm vindo a recusar-se a fazer, porque a questão é a seguinte e ficou demonstrado no último debate sobre a proposta do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, apresentada pelo PCP. Quando o acréscimo foi criado o que se pretendia era atingir a convergência entre o salário médio dos trabalhadores açorianos com os trabalhadores do continente e aquilo a que nós temos vindo a assistir, designadamente nos últimos anos, não é à convergência, mas é à divergência. Isto quer dizer que os trabalhadores nos Açores estão a empobrecer ainda mais que os trabalhadores no continente e é isso, Sras. e Srs. Deputados, é por essa abordagem, que nós temos de ir. É por essa abordagem, porque se queremos criar também aqui um mercado interno forte, é necessário que os trabalhadores e as famílias tenham rendimento disponível para alimentar esse mercado interno.

Enquanto assim não for, podemos discutir aqui todas estas situações que são efetivamente preocupantes, mas V. Exas. têm-se recusado a contribuir com o vosso voto para que se acrescente aqui uma solução que não será a panaceia para todos males, mas que pode dar um enorme contributo.

A verdade é esta e é voz corrente entre os trabalhadores dos Açores: “tudo aumenta, tudo aumenta, menos o nosso salário”.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a serenidade que se impõe num debate desta natureza, tem a consciência que vivemos tempos difíceis no âmbito social.

Contribui para essas dificuldades a diminuição do rendimento das famílias, pelos sucessivos “cortes” nos vencimentos, nas pensões, nas reformas e em outras prestações sociais, praticados pelo Governo da República e pelo PSD.

Todos os dias, o Governo dos Açores e o Partido Socialista trabalham para minimizar os impactos da imposição dessas medidas de austeridade nas nossas famílias, porque para o Governo e para este Grupo Parlamentar, as pessoas são a razão de ser da nossa ação.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: A política implementada pelo Governo do Partido Socialista e o caminho que seguimos nas áreas sociais e de solidariedade, são uma evidência, ganham maior relevância e significado político, precisamente, quando na República o PSD e o Governo vão no sentido oposto.

E esse sentido que o PSD segue, penaliza permanentemente os cidadãos e as famílias, e como foi afirmado pelo Senhor Primeiro Ministro, no debate quinzenal na Assembleia da República, no passado dia 4 de abril, a política de austeridade vai continuar, ao afirmar que não tem condições para repor os cortes que fez nos últimos 3 anos, nos salários, nas pensões, nas reformas e nas prestações sociais dos portugueses.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: As Açorianas e os Açorianos estão confrontados com esta realidade, a que acresce, ainda, a penalização que resulta da imposição, na Região, pelo Governo do PSD, do aumento de impostos, nomeadamente, do IRS, do IRC e do IVA.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Para minimizar os impactos decorrentes da aplicação de todas estas medidas, o Governo dos Açores, criou, mantém e melhorou medidas essenciais de ajuda às famílias, que nunca será demais relembrar.

O **Complemento Regional de Pensão** criado em 2000, abrange, em média, cerca de 35.000 beneficiários, e desde aquele ano, já foram pagos mais de 232 milhões de euros, a que equivale uma taxa de crescimento de 32%, entre 2000 e 2011 e de mais de 20% entre 2009 e 2013.

Em 2014, o Complemento Regional de Pensão foi aumentado em mais 25 milhões de euros.

O **Complemento Regional ao Abono de Família para Crianças e Jovens**, que abrange, em média, 45.000 beneficiários, que usufruíram de mais de 7,6 milhões de euros.

O **Complemento Solidário para Idosos** abrangeu um maior número de beneficiários, passando de 1.640 em 2008, para 4.293 em 2012, o que equivale a um crescimento de 61,8%, acompanhado pelo conseqüente crescimento financeiro de 82,5% (passou de 1,5 para 9,050 milhões de euros).

O **COMPAMID**, criado em 2008, beneficia em média por ano, 13.500 beneficiários e já usufruíram de mais de 8 milhões de euros na comparticipação de medicamentos para idosos.

Os **Subsídios Eventuais a Famílias Carenciadas** que entre 2008 e 2012 já suportou encargos de 7,7 milhões de euros, a que corresponde a uma média anual de mais de 1,5 milhões de euros.

O Governo dos Açores, a par de muitos outros programas e ações tem ido até ao limite das suas competências e recursos, na aplicação de todas as medidas que ajudem todos os Açorianos a ultrapassar esta fase difícil.

Daí que, a **Remuneração Complementar**, em 2014, tenha passado a abranger mais 6.271 funcionários públicos, passando de 7.590 para 13.861, cujos encargos ascendem a mais de 12 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O aumento da pobreza de 2012 para 2013 também aumentou!

O Orador: Enunciei algumas das medidas implementadas pelo Governo dos Açores para que as pessoas continuem a ser a razão de ser da nossa ação.

Queremos continuar a valorizar o que temos feito e continuaremos a fazer tudo para melhorar os apoios e os rendimentos das pessoas e das famílias;

Queremos continuar a combater ao máximo as limitações que nos impõem de fora, e no limite das nossas competências.

Este Grupo Parlamentar quer deixar a certeza que o Governo e o Partido Socialista estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para continuar a ajudar todas as Açorianas, todos os Açorianos e as famílias, como sempre o temos feito.

Deputados Francisco César e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma postura e um fator que dignifica o Partido Socialista.

Deputados Berto Messias, Rogério Veiros e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD nos Açores parece ignorar o que foi provado no inquérito ao Índice de Bem-Estar, publicado em Dezembro de 2013, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem que falaste!

O Orador: ... como se faz esquecido da enorme austeridade imposta pelo seu Governo, na República, da qual resulta na degradação das condições de vida das pessoas e das famílias.

Quero, por isso, dirigir duas perguntas ao Senhor Deputado João Costa e ao PSD, tendo em consideração o que atrás ficou exposto, e, sobretudo, considerando a estratégia económica de crescimento da União Europeia, designada estratégia 2020, que define entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, mas fundamentalmente por aquilo que foi afirmado naquela tribuna pelo “Projeto de Esperança” que o PSD tem para os açorianos. E neste âmbito, Senhor Deputado, faço-lhe duas perguntas.

1º questão: que medidas, soluções ou compromissos propõe o PSD para fazer face ao que classifica e afirma ser uma “Situação de emergência social nos Açores”?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quatro!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Boa pergunta!

O Orador: 2ª questão: quais as áreas em que o PSD Açores propõe reduzir a despesa pública, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... para tornar possível alocar mais financiamento para a Solidariedade Social?

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Outra boa pergunta!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): São excelentes perguntas!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não vamos obter a resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate de urgência proposto pelo PSD sobre a situação de emergência social nos Açores é oportuno do nosso ponto de vista e é inegável, ou seja, que esta emergência existe é inegável aos olhos de todos e de todas nós.

Creemos mesmo que não precisamos de declarar o estado de emergência social nos Açores para nos darmos conta de que ele existe sem ter sido declarado.

Existe na vida das pessoas!

Mas também entendo que as mulheres, os homens, os jovens, as crianças que são no fundo os protagonistas infelizmente desta emergência não se sentirão representados num debate parlamentar que apenas pretende julgar culpas de um lado para o outro. Permitam-me esta sinceridade, mas é isto que tem acontecido desde que nós iniciámos este debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

A Oradora: A bola vai do Governo da República para o Governo Regional; a bola vai do Governo Regional para o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Em quem a senhora vai pôr a culpa agora?

A Oradora: Vou tentar dizer a verdade do nosso ponto de vista.

É porque as responsabilidades, Sr. Deputado, na nossa opinião, são repartidas, ainda que sejam hierarquizáveis são repartidas.

Portanto, gostaria de começar por dizer o seguinte: ninguém poderá negar no nosso país e na nossa Região que as políticas impostas pelo PSD e pelo CDS no Governo da República são tudo menos progressistas, igualitárias e justas. Ponto final.

Isto é uma evidência para qualquer cidadão ou cidadã deste país.

Todos nós nos lembramos que tinha que ser assim; todos nós nos lembramos que não havia outro caminho; todos nós nos lembramos que se serviram da dívida como pretexto para lançar na miséria quem já era pobre e empobrecer, de forma abrupta, quem era remediado (a tal classe média que ainda existia no nosso país e que começou a desaparecer de uma forma vertiginosa) e também não nos podemos esquecer da desregulamentação total dos direitos de quem trabalha e dos pensionistas, a maior de que há memória desde abril de 74.

É inegável isto e penso que seja qual for o posicionamento ideológico ou partidário em que cada um nos coloquemos não podemos negar esta evidência.

Portanto, este é o caminho que o PSD e o CDS impuseram ao povo português, mas também não nos podemos esquecer que até junho de 2011 era o PS que estava no comando desta política e que a austeridade já começou com os sucessivos PECs. É bom não esquecer também isso, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já esqueceram!

A Oradora: ... porque, como eu disse, as responsabilidades são hierarquizáveis, mas são repartíveis e também no nosso país ninguém se esqueceu do PEC I, do II, do III e de como os direitos dos pensionistas, dos reformados, dos trabalhadores, tal como o desemprego também começou aí.

Em 2011 estava o PS no comando. Desde então quem está no comando é o PSD e o CDS.

Hoje, o PS na oposição afirma a pés juntos (e então a nível nacional isto é diário, é todos os dias) que fazia diferente, o que não passa, na nossa opinião, de um embuste político. Porquê?

Porque quando se diz que o tratado orçamental é para ser cumprido, como o Partido Socialista diz e que apoia este tratado, o Bloco de Esquerda pergunta como é que é possível então fazer uma política diferente?

Sras. e Srs. Deputados, não é!

Por outro lado, como é possível dizer-se que se vai fazer uma política diferente quando o cabeça de lista do Partido Socialista às eleições europeias assume a eventual necessidade de fazer um Governo de coligação com o PSD, ideia e proposta repetida há dois dias pela eurodeputada Ana Gomes?

Portanto, há qualquer coisa aqui. Os senhores afinal estão tão zangados, mas estão a preparar-se, porque no fundo, no fundo as políticas acabam por ser as mesmas, por se virem a coligar num futuro próximo.

Ora, para o Bloco de Esquerda, isto é a prova clara de que as diferenças que parecem existir hoje são só para o mercado eleitoral, porque depois das eleições vão encontrar-se todos a fazer o mesmo e esta é a verdadeira razão da crise que existe em todo o país e particularmente nos Açores, onde a pobreza estrutural teve sempre índices muito superiores aos do continente e continua a ter.

Hoje, nos Açores, os índices de desemprego, de pobreza, de miséria, de necessidades elementares é verdadeiramente assustador. Não vale a pena tapar o sol com a peneira, todos o sabemos.

Sendo a razão fundamental desta situação importada do continente (comecei por dizê-lo e reafirmo), a não minimização destes problemas aqui, aqui nos Açores, apesar de todo o discurso de apresentação de planos e de estratégias da Via Açoriana, prova, como temos dito reiteradamente, que o Partido Socialista nos Açores também tem falhado na minimização dos efeitos da crise sobre os mais pobres.

Porque não tem feito nada? Não.

Porque não tem tomado medidas? Não senhor, tem tomado.

Porque não tem tentado essa minimização? Tem, sim senhor.

Tem conseguido? Não.

Então, é o momento de arrepiar e ousar implementar outras medidas, não porque não tenha implementado até agora, mas porque aquelas que implementou obviamente aos olhos de qualquer pessoa não estão a resultar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão, estão!

A Oradora: Por exemplo, as políticas claramente anti cíclicas que o Bloco de Esquerda aqui tem apresentado (e não só, o Partido Comunista Português aqui tem apresentado) têm obtido de todas as bancadas (à exceção do CDS que se tem absterido na maior parte delas) do Partido Socialista e do PSD um voto contra rotundo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas foi chumbado pelo CDS? O CDS já chumba?

A Oradora: ... ou seja, os mesmos que dizem que estas medidas não estão a resultar, são os mesmos que chumbam qualquer outra tentativa de proposta ou de medida que possa vir a resultar e não há maior contradição do que esta.

Podemos dar um exemplo e queremos dar um exemplo disto que estamos a dizer: que há medidas, que há que implementar com urgência, mas o Partido Socialista e o PSD concordam em não implementar, porque votam contra neste plenário.

Há outras que urge alterar e não posso deixar de referir a alteração clara nas relações entre o Governo Regional, nomeadamente entre a secretaria da Sra. Secretária Regional da Solidariedade e as IPSS. Parece um pormenor de menor importância, mas na realidade, Sra. Secretária Regional, não é, porque repare bem: é exatamente no momento de maior agudeza da crise social nos Açores que o Governo Regional decide fazer uma alteração de financiamento das IPSS que é norteada por um pequenino conceito que, quanto a nós, faz toda a diferença do mundo – é transformar o utente no cliente. Isto diz tudo sobre o objetivo de uma política de ação social.

Como é possível transformar uma entidade, uma IPSS, que deve ter a igualdade social, o caminhar para uma igualdade social, a resposta às emergências, a resposta às necessidades, se olha para elas de um ponto de vista empresarial e não de um ponto de vista de justiça social?

Esta alteração, quanto a nós, é a marca de uma política e de uma ideologia.

Pode a Sra. Secretária Regional dizer, como tem dito publicamente e nós temos lido, que “não senhor, as IPSS não vão ser afetadas de maneira nenhuma”.

Vão, vão, Sra. Secretária Regional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já estão!

A Oradora: ... e o Bloco de Esquerda diz-lhe desde já que até teme que sejam muito mais do que aquilo que tem vindo a público.

Nós tememos, por exemplo, que o Governo Regional, relativamente às IPSS, se esteja a preparar para fazer um congelamento das carreiras dos trabalhadores das IPSS. É uma hipótese que anda no ar e gostava de ouvir a Sra. Secretária Regional sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão congelados!

A Oradora: Portanto, isto seria uma forma de ultrapassar o problema de pagar diuturnidades, promoções, etc., com que as IPSS, neste momento, se confrontam, mas ouvi-la-emos falar sobre este assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Deputada, isso eles já fizeram! Já congelaram há muito tempo!

A Oradora: Ora, mais uma vez também não concordamos que seja exatamente nesta altura de tão grave crise social que o Governo Regional, com esta alteração de políticas e de relacionamento com as IPSS, lance, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

... quer sobre estas instituições, quer sobre os seus trabalhadores e trabalhadoras, um sentimento de dúvida, de incerteza sobre o futuro que não ajuda nem a política social do Governo Regional e muito menos a confiança das pessoas nessa política e na resposta às suas necessidades.

Só um minuto para terminar.

Presidente: Tem de ser mesmo breve, Sra. Deputada.

A Oradora: Não posso deixar de dizer dentro deste contexto que a grande batalha perdida, na opinião do Bloco de Esquerda, na conquista e nos anos de autonomia que nós já levamos desta Região é de facto a batalha da educação.

Os índices de analfabetismo que a Sra. Secretária Regional referiu e que são, enfim, comparativamente menores, mas que existem, o grau de iliteracia, o insucesso, o abandono escolar, são uma prova de que há uma batalha para fazer nesta Região, que é a batalha da educação e que é, quanto a nós, a grande – não diria – falência, mas a grande incapacidade de conquista desta autonomia e ...

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo que terminar.

A Oradora: ... muitas das coisas que aqui estamos a dizer em termos de pobreza, em termos de desigualdades sociais (e somos uma Região onde essas desigualdades são agudas), aquilo que estamos a dizer de baixos salários, tudo também tem a ver com a educação e com esta batalha perdida, quanto a nós, na Região.

Vou finalizar com as palavras de um deputado desta casa.

Presidente: Sra. Deputada, já esgotou, já ultrapassou em muito o seu tempo.

A Oradora: Sra. Presidente, deixe-me recuperar um deputado do Partido Socialista que há 12 anos disse uma coisa tão bonita nesta casa e gostava ...

Presidente: Só mesmo essa frase.

A Oradora: Duas frases.

Presidente: Uma frase, Sra. Deputada.

A Oradora: Não digo mais nada sobre os meus 10 minutos. Vou ficar calada até ao fim do debate.

O deputado do Partido Socialista, Francisco Barros, há 12 anos, nesta casa, disse o seguinte e vou citar: “É este quadro que permite [e a que quadro se estava a referir? Ao antigo modelo de financiamento das IPSS e das Misericórdias, o anterior ao Código da Ação Social], entre outras coisas, que, felizmente, na Região nunca tenha acontecido situações como por vezes encontrei no Continente, de lares subsidiados ou financiados de forma “cega”, ou seja, “x” por utente e não queremos saber mais nada do que se passa, o que faz com que depois um trabalho de inspeção e verificação se encontrem em condições degradantes, sub-humanas e por vezes atentatórias dos mais elementares direitos de qualquer cidadão quanto mais ao cidadão idoso.”

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo que terminar.

A Oradora: Espero não ter que ser um dia um deputado desta casa a repetir estas palavras, neste Parlamento.

Muito obrigada pela sua paciência.

Presidente: Sra. Deputada, ultrapassou largamente o seu tempo.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Vou apenas pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional tem 18 minutos; o Partido Socialista, 22 minutos; o PSD, 18 minutos e 30 segundos; o CDS-PP, 7 minutos e 40 segundos; o Bloco de Esquerda já não tem tempo; o PCP, 3 minutos e 40 segundos e o PPM, 5 minutos e 45 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então ao meio dia.

(Eram 11 horas e 29 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 07 minutos)

Estava inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós procurámos trazer a este debate muito mais do que fazer o diagnóstico da situação, encontrar as respostas que os açorianos necessitam para enfrentar a crise que assola a nossa Região, mas já que dois Membros do Governo Regional, dois membros da bancada do Partido Socialista apenas se preocuparam com o diagnóstico, eu queria também fazer alguma retrospectiva recordando algumas notícias que saíram nos jornais da Região. Por exemplo,

pelo Bispo dos Açores: “mais pobres e pobreza envergonhada no arquipélago, lamenta Bispo dos Açores”;

“Açores são a Região do país com maior risco de pobreza e das piores na distribuição da riqueza”; ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Pensei que vinha apresentar propostas!

O Orador: ... “Açorianos são os mais mal pagos do país”;

“Açores com o dobro de gravidezes na adolescência”;

“Açorianos corriam maior risco de serem pobres em 2005”;

“Um em cada três açorianos vive na condição de pobreza”;

“Algumas famílias estão a passar fome”;

“Cáritas admite que têm aumentado os pedidos de apoio”;

“Carlos César defende obrigação dos Governos de ajudar os pobres e remediados”;

“Cruz Vermelha admite que a pobreza está a aumentar”.

Podia continuar.

Sabem o que é que estas notícias têm todas em comum?

São todas anteriores à tomada de posse do atual Governo da República. Todas elas foram noticiadas nesta Região antes da austeridade, antes do período de austeridade. Por isso, Srs. Deputados do Partido Socialista, Sra. e Sr. Membro do Governo, é arrasador ver V. Exas., perante a convocação deste debate para a situação de emergência social, virem apenas desculpar-se com o atual Governo da República e virem citar ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... o inquérito às condições de vida das famílias, que por acaso é um dos inquéritos do INE que não diferencia as regiões, mas no último inquérito do INE que diferencia as regiões, que é o inquérito às despesas das famílias de 2010/2011, sabem qual era a taxa de pobreza dos Açores nessa altura?

Vou dizer-lhes: a Região Autónoma dos Açores com uma percentagem de pobreza, referente a rendimentos monetários, superior a 20%.

Onde é que estava a vossa indignação perante a condição de mais de 20% das famílias dos Açores, dos açorianos, estarem em condição de pobreza nesse ano, antes do Governo da troika, depois de tantos anos de Governo da República?

Sra. Secretária, queria só fazer-lhe uma referência.

A Sra. Secretária teve o cuidado de citar a diminuição das transferências para o RSI. Deixe-me dizer-lhe um número que achei curioso: o Abono de Família.

O Abono de Família, como V. Exas. sabem, foi cortado pelo Governo liderado pelo Partido Socialista na República. Antes de ser cortado, eram transferidos para a Região 30 milhões, 371 mil e 92 euros de Abono de Família.

Sabe quanto é que foi no ano seguinte ao corte? 23 milhões, 867.

Portanto, só nesse ano o corte no Abono de Família foi superior a 6 milhões de euros.

De quem foi essa medida, Sra. Secretária?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda!

O Orador: De quem foi essa medida, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda!

O Orador: Foi de um Governo que os senhores apoiaram nesta casa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi de um Governo que tinha na bancada parlamentar do Partido Socialista ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Foi de um Governo que tinha como líder da bancada parlamentar do Partido Socialista na República o vosso cabeça lista às eleições europeias que defendeu, apoiou e implementou esta medida.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: E sabe, Sra. Secretária, aquilo que V. Exa. escreveu nessa altura num artigo de opinião?

Vou lembrá-la: “Num ano em que os meios financeiros escasseiam foram revistos os critérios de atribuição de alguns apoios. Melhor atribuídos poderão beneficiar mais pessoas, o que significa reforçar a responsabilidade de quem recebe e de quem atribui, potenciar os meios que autonomizem, reduzir a dependência dos apoios, investir na cooperação solidária e não no assistencialismo.”

Foi isto que a senhora disse a propósito do corte enorme que foi feito pelo Governo de José Sócrates ao Abono de Família.

Onde é que estava a vossa indignação?

Onde é que andava a indignação dos Srs. Deputados e dos Srs. Membros do Governo do Partido Socialista quando foi feito este corte de mais de 6 milhões de euros num ano ao Abono de Família?

Deixe-me também dizer-lhes que só de transferências sociais para a Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Abono de Família e do Rendimento Social de Inserção, são 55 milhões de euros, que é mais do que o orçamento inteiro da Segurança Social dos Açores, ...

Deputado Humberto Melo (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É esmolas que a senhora dá!

O Orador: ... é mais do que o orçamento da secretaria de V. Exa.

Portanto, onde é que estava a vossa indignação quando os Açores viviam nestas condições?

Em termos de diagnósticos podemos sempre andar aqui a dizer as causas e os porquês, mas a verdadeira razão pela qual estamos aqui é que se os Açores estavam mal, piores estão.

A Sra. Secretária Regional e o Sr. Vice-Presidente tiveram ocasião de intervir, mas não trouxeram nada ao debate.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que trouxe?!

O Orador: Não trouxeram absolutamente nada ao debate. Limitaram-se a atirar culpas e a atirar desculpas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Já agora, queria também, porque estamos realmente importados, estamos realmente preocupados e por isso trouxemos este debate, dizer que a nossa preocupação deriva do contato que temos tido com as instituições.

Sra. Secretária, como é que uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória vai fazer face ao défice de 200 mil euros que tem só na resposta educativa? Em termos de massa salarial relativamente aos acordos de cooperação que tem com a Secretaria da Saúde?

Sabe qual é a resposta que essa instituição tem para fazer?

Ou reduz 7,5 % nos ordenados, ou despede 12 funcionários. O maior empregador da Praia da Vitória.

É isso que está a acontecer com os vossos acordos de cooperação.

O que está a acontecer com os vossos acordos de cooperação é haver uma Santa Casa, como por exemplo, a de Ponta Delgada que tem o peso que tem na sociedade, que tem o peso que tem em termos do apoio social, que tem um valor base por idoso, que depois de contas feitas, aquilo que o Governo comparticipa é outro tanto com aquilo que essa IPSS comparticipa.

Portanto, o que os senhores fizeram foi, na altura de maior crise social nos Açores, reduzir os apoios àqueles que ainda são o último recurso dos açorianos que passam por dificuldades.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Queria igualmente não deixar de dizer o seguinte.

Nós, daquela tribuna, apresentámos várias propostas. Até achei curioso que enquanto apresentava uma proposta para reforçar os apoios às IPSS, gritava a bancada do Partido Socialista: “ E propostas! E propostas!”

Eu estava a apresentar uma proposta e apresentei-a. Os senhores não foram capazes, porque vieram com o discurso preparado de casa, a Sra. Secretária veio com o discurso preparado de casa e o Partido Socialista veio com o discurso preparado de casa, de responder a essas propostas.

Deputado André Bradford (PS): Não era uma proposta!

Deputado Domingos Cunha (PS): Onde é que tira o apoio?

O Orador: O senhor tem o Fundo de Emergência Social para apoiar estes casos. Estão 8 milhões de euros lá inscritos. Não os use na campanha eleitoral, use-os efetivamente para apoiar quem precisa.

Deputado Domingos Cunha (PS): Onde é que o senhor tira? Responda às perguntas!

O Orador: Tiro daí. Acabei de lhe dizer, Sr. Deputado! Acabei de dizer. O senhor não quer ouvir.

Deputado Domingos Cunha (PS): Onde é que tira? O senhor não quer dizer!

O Orador: Assim como não ouviram a minha intervenção daquela bancada em que apresentei várias áreas de intervenção urgente e imediata.

Primeira e desde logo, a questão das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais que este Governo não cumpre em termos das equipas multidisciplinares que precisam de acompanhar essas crianças e essas famílias. Ao mesmo tempo, encontram-se no desemprego, nos Açores, jovens licenciados, jovens com grande qualidade, técnicos com grande qualidade nos Açores que estão desempregados, porque o Governo não cumpre com a obrigação de ter as equipas multidisciplinares a apoiar essas crianças com necessidades educativas especiais. Depois falam de educação, mas os senhores não são capazes de atuar.

Apresentei também a questão relacionada com as IPSS, com a necessidade de majoração.

O Sr. Deputado devia pensar no seguinte: uma IPSS que está a prestar apoio social há 30 anos tem funcionários com muitos anos de casa e apesar dos senhores não pagarem as progressões de carreira, as IPSS pagam. Esses funcionários têm outro valor muito diferente de uma IPSS que tenha 5 anos de existência.

É normal, não é? É natural.

O que é que os senhores fazem? Tabularam tudo por igual.

É preciso alterar isso.

É preciso alterar também, por exemplo, o património que os senhores dizem que as IPSS têm que fazer render, mas que as IPSS não podem fazer render, porque esse património está ao serviço da Região.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é que os senhores podem exigir às IPSS que diferenciem a sua atividade para fazer melhorar as suas receitas, quando o património que lhes podia potenciar a diferenciação da atividade está ao serviço da Região?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é nenhuma forma de atuar quando se põe tudo ao mesmo nível, quando há IPSS que têm dificuldades e que não podem ultrapassar essas dificuldades, porque os senhores simplesmente lhes cortaram os apoios, apesar de dizerem o contrário, o que não é verdade.

Já agora, neste momento, queria só que o Sr. Vice-Presidente fizesse o favor, se não se importa de me ouvir, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ouço é com os ouvidos!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, explique, por favor, o que é que quer dizer “setores da área da esfera pública que precisamos de fazer mais e melhor para que possam corresponder àquilo que é a restante administração pública” em termos de, inclusive, prazos de pagamento. Explique o que é que isto quer dizer, por favor.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, querer comparar os cortes que o Governo do Partido Socialista na República no seu tempo fez de forma responsável ...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... com a hecatombe que este Governo está a lançar sobre os portugueses, é querer comparar uma brisa com um tornado. Não há comparação possível!

Deputado Luís Maurício (PSD): Pergunte ao ministro Teixeira dos Santos que ele responde!

A Oradora: Mas era previsível que o senhor fosse buscar essas referências, porque vos custa (admito que sim) a assumir que é pela vossa mão que o país está na pior situação que já conheceu no Portugal democrático.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não senhora! É pela vossa mão e os senhores não assumem isso!

Deputado Manuel Pereira (PS): Vossa incompetência!

A Oradora: Oh Sr. Deputado Luís Rendeiro, os açorianos que estão em casa a ouvir-nos sabem muito bem quem é que lhes cortou os salários e quem é que lhes cortou as pensões. Sabem muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E por que é que o fazem?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é que quis ir além da troika?

A Oradora: Sabem muito bem quem é que lhes fez esses cortes!

Os açorianos que nos estão a ouvir em casa sabem muito bem que o PSD tinha um candidato que assumiu outra personalidade no dia em que tomou posse como Primeiro-Ministro e sobre essa matéria estamos conversados. Tenho outras coisas igualmente importantes para dizer.

Relativamente à questão das IPSS já foi dito e sublinhado, e não pode ser refutado, que há um reforço de 1,6 milhões de euros no total do financiamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o total?

A Oradora: Também é irrefutável que 75% das instituições não sofrem qualquer redução do seu duodécimo, mas vejo que o modelo que os senhores defendem é um modelo onde as IPSS recebem as infraestruturas financiadas pelo Governo, onde o Governo tem uma fortíssima comparticipação dos custos de financiamento e onde as IPSS não seriam chamadas a esforço nenhum.

Perdoar-me-á, mas não me revejo nesse conceito de solidariedade social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh Sra. Deputada, o que a senhora disse é uma enormidade!

Deputado Luís Maurício (PSD): As IPSS tiveram cortes de 10%!

A Oradora: Não, não! Foi o que o senhor disse, foi o que o senhor defendeu. O senhor é que defendeu que o esforço seja exclusivamente da parte do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é socialismo!

A Oradora: Ora, as Instituições Particulares de Solidariedade Social não funcionam com base nesse princípio que o senhor defende.

Relativamente à educação, os senhores dizem uma parte, mas não dizem a outra, porque estragaria a parte que os senhores dizem.

A história é muito importante e basta que nos lembremos que no início do século XX, 90% da população da Europa estava escolarizada. Em Portugal tínhamos 40% de analfabetos em 1960.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E agora?

A Oradora: Só em 1986 é que a escolaridade foi fixada em 9 anos de escolaridade obrigatória. Só em 1977 é que foi instituído o ensino público pré-escolar e só em 1980 se atingiu a cobertura integral de crianças no 1.º ciclo.

Se isto tem consequências, tem.

Portugal e os Açores naturalmente entraram no século XXI com 30 anos de atraso em relação à Europa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que somos os últimos em Portugal? Os Açores são os últimos!

A Oradora: ... no que se refere a matéria de educação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que somos os últimos?

A Oradora: Aquilo que os senhores não dizem é que a taxa de progressão no 1.º ciclo subiu de 78,9 no ano letivo de 95/96 para, em 2011/2012, 93,5; no 2.º ciclo essa evolução foi de 76,9 para 89%; no 3.º ciclo de 70,3 para 81,2 ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma portaria de Álamo Meneses que ninguém quis mudar!

A Oradora: ... e no secundário a subida é menor, é de 64.2 para 68.3, porque tivemos uma aposta fortíssima no ensino profissional, onde cresceu, entre 1995 e 2012, 91,4%.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Estes números os senhores não dizem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dizem, dizem! Estão aqui!

A Oradora: A taxa de absentismo escolar no 1.º e no 2.º ciclos era de 0% em 2011. A taxa de absentismo escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a taxa de abandono escolar?

A Oradora: A taxa de abandono escolar que o senhor está a falar inclui outras faixas etárias e o senhor sabe que inclui.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ora bem!

A Oradora: Os senhores apresentam os dados à medida da vossa conveniência ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é boa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, e os senhores não?!

A Oradora: Não, não! É porque há uma evolução.

O que é importante registar é que apesar do atraso que Portugal registou em relação ao resto da Europa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a autonomia?

A Oradora: ... os Açores registaram uma enorme progressão sob os Governos do Partido Socialista e é isso que os senhores não gostam de ouvir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

A Oradora: Se nos perguntam se estamos satisfeitos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não está a ser rigorosa!

A Oradora: Não, não estamos satisfeitos e o Programa do Governo que foi apresentado nesta casa e o Plano Anual para 2014 que foi aprovado nesta casa são prova disso e são prova do empenho que nós temos em melhorar os resultados escolares nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não acredita no que está a dizer!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: O que os senhores não podem fazer é passar por cima da evolução que se registou, querendo dar a ideia de que nada foi feito, quando muito foi feito nos Açores em matéria de educação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Piorou!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para concluir as referências à matéria da educação, a diminuição significativa do diferencial entre candidatos e colocações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E há que compor as equipas multidisciplinares ou não?

A Oradora: Outra coisa, Sr. Deputado, são os alunos que neste momento não conseguem prosseguir os seus cursos por efeitos da crise que se está a viver no país, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Peça aí um estudo!

A Oradora: ... mas não são só alunos açorianos, são alunos de todo o país e essas notícias também vêm nos jornais. Essas notícias o senhor não trouxe para aqui. Não trouxe para aqui, porque quer branquear as responsabilidades da sua bancada na situação em que todo o país se encontra ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: ... e isso nós não aceitamos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Queria começar por refutar a crítica que foi feita pelos vários partidos aqui presentes, particularmente pelo CDS e pelo PSD, quando dizem que o Governo e a minha intervenção foi um sinal de falta de consciência da realidade.

A prova que o Governo tem consciência da realidade, a prova de que o Governo tem a consciência de que há idosos que têm baixas pensões, que há famílias que têm baixos rendimentos, é que exatamente existem os complementos regionais, porque os complementos regionais não se destinam a famílias com capacidade, mas a famílias que estão vivendo dificuldades.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Os senhores chumbaram o aumento!

A Oradora: Portanto, isto é a prova provada de que nós reconhecemos as dificuldades por que passam essas famílias.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Só reconhecem um bocadinho!

A Oradora: O Sr. Deputado Artur Lima diz que eu não sou deste mundo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não!

A Oradora: Pois eu também gostava de dizer que se eu não sou deste mundo o Sr. Deputado também não é do partido do Ministro Mota Soares.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sou, sou! Está enganada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Certamente que não é, porque o seu ministro teve a distinta lata de afirmar recentemente que a taxa de pobreza nos idosos tinha ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A senhora disse lata?

A Oradora: Sim!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Fica registado!

A Oradora: Teve a distinta lata de afirmar que a taxa de pobreza nos idosos tinha diminuído.

Pois, Sr. Deputado, o certo é que, como eu afirmei, os idosos em Portugal estão cada vez mais pobres ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E nos Açores, Sra. Secretária?

A Oradora: ... e estão cada vez mais pobres porque não se pode fazer uma comparação da taxa de pobreza atual dos idosos sem considerar que foi reduzido o limiar de pobreza em Portugal. Foi reduzido em cerca de 30 euros anuais e isso foi o suficiente para retirar um conjunto de idosos que têm realmente rendimentos muito baixos e que desapareceram assim das estatísticas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que isso foi alguma habilidade!

A Oradora: ... mas o certo é que se considerarmos o referencial de 2009 a nossa taxa de pobreza aumentou e aumentou muito em Portugal, particularmente entre os idosos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E nos Açores, Sra. Secretária?

A Oradora: Quanto à questão levantada quer pelo Bloco de Esquerda, quer pelo PSD em relação ao financiamento das IPSS, queria desde logo alertar para uma contradição do Sr. Deputado Bruto da Costa.

O Sr. Deputado diz que, e reafirmou, para o PSD as pessoas estão no centro e estão no centro supostamente de um modelo de financiamento que o senhor quis aqui de alguma forma traçar, que não se percebe muito bem como é que é, mas que apenas fez referência que deveria ser ajustado ou majorado, como disse, à massa salarial e ao património das IPSS.

Mas Sr. Deputado, o nosso modelo de financiamento não está centrado, nem ancorado nesses dois pressupostos. Está centrado exatamente nas pessoas que o senhor diz defender, na prestação de serviços que o senhor diz que é o mais importante ou que deveria ser o mais importante, e digo-lhe desde já que o modelo de financiamento que está em vigor a nível nacional e que está em vigor na Madeira, em Governos liderados pelo partido de V. Exa., ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há quantos anos?

A Oradora: ... também se baseiam em valores padrão.

Não sei há quantos, há muitos mais até que na Região, mas não interessa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A diferença é essa!

A Oradora: O que interessa é que há uma pequena diferença entre aquilo que se está a passar na Madeira e no continente e a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente! Vá perguntar às IPSS do continente como é que funcionam!

A Oradora: Desde logo os valores são muito mais baixos. A Região financia por pessoa muito mais do que o continente e a Madeira. Isto é um ponto importantíssimo.

A Região não financia em função da frequência. Na Madeira basta que uma mãe retire ou perca o seu emprego e tenha um rendimento mais baixo e deixa de poder participar na creche ou no ATL e esse montante é descontado das IPSS.

Portanto, o nosso modelo, Sr. Deputado, é realmente um modelo que está ao serviço da prestação de serviço das pessoas.

O senhor diz que o mais importante é o património e a massa salarial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Secretária está a fugir à questão!

A Oradora: Para nós o mais importante é a qualidade e a eficiência do serviço que é prestado às pessoas que são os utilizadores dessas repostas sociais.

Essa é que é a nossa preocupação e essa eficiência é fundamental que se faça.

Portanto, nós o que temos estado a trabalhar com as instituições é a procura da melhoria dessa resposta que é dada aos nossos cidadãos. Esse é o aspeto número um que queria alertar em relação ao financiamento das IPSS.

Em relação ainda também à crítica que o Sr. Deputado fez quanto a termos citado aqui o relatório do INE e a Deputada Isabel Rodrigues já o fez anteriormente.

É bom que a gente tenha em linha de conta o ponto de partida e isto também se aplica à crítica feita pelo CDS-PP. É bom que a gente tenha em linha de conta o ponto de partida! Vamos dar de barato esse valor que o senhor afirmou aqui, Sr. Deputado Bruto da Costa, dos 20%.

Faço-lhe a pergunta: qual era a taxa de pobreza em 1997?

Qual era a taxa de pobreza em 2005?

O senhor faça uma leitura a partir de um ponto de partida objetivo e não venha aqui apenas criticar os valores que o senhor diz ser os valores da Região.

Vamos assumir que são 20%. O certo é que (e eu digo-lhe já a resposta) em 1997 a nossa taxa de pobreza era de 38.6%. Essa é que é a realidade.

Nós encontramos uma Região que tinha quase 40% da população em situação de pobreza e o senhor disse, citou aí a páginas tantas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Outro dia os senhores reconheceram que o maior combate à pobreza foi na década de 90!

A Oradora: ... que um em três açorianos vive em condição de pobreza.

O senhor sabe o que é que o relatório que foi aqui citado diz? O senhor sabe o que é que o relatório aqui citado diz?

Um em cada dois portugueses neste momento está em risco de pobreza. Um em cada dois portugueses!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os açorianos?

A Oradora: É bom que não se esqueça disso. O seu Governo está deliberadamente a carregar para baixo.

Queria também alertar para mais um aspeto importante que foi citado na minha intervenção e que queria de novo relembrar.

A OCDE faz referência e recomenda o Governo atual do país a não baixar as prestações sociais, a não baixar nas políticas sociais.

O senhor sabe o que é que os senhores fizeram?

Ao baixarem as prestações sociais pensaram que isso não tinha qualquer efeito na pobreza. Reparem o agravamento que teve, a baixa que teve, no impacto na taxa de pobreza.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós temos uma taxa de pobreza muito maior porque as transferências sociais estão a ter um impacto muito menor do que era anteriormente. Ou seja, os senhores, com as vossas medidas ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os senhores carregam ainda mais para baixo!

A Oradora: ... que contrariam as orientações internacionais, estão a agravar a pobreza em Portugal.

Na Região nós estamos a complementar.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação à Mesa para perguntar a V. Exa. qual é o tema do debate de urgência: se é a situação de pobreza na República, se na Região Autónoma dos Açores?

Muito obrigado.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, penso que o debate é claro ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Pensa ou tem a certeza?

O Orador: ... e os argumentos têm vindo de todas as bancadas, portanto, a Mesa não vai coartar a ninguém a possibilidade de intervir no debate, naturalmente.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, é porque não ouvi ainda dos nossos pedidos de esclarecimento ao Governo Regional, só ouço críticas à nossa situação da República, por isso estava a perguntar onde é que estávamos. Foi só para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Mas estamos em concreto neste debate, Sr. Deputado.

Vou passar a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto a taxa de risco de pobreza é multifatorial e como tal tem vários fatores, uns que pesam mais na determinação dessa taxa do que outros.

A situação em Portugal, República, não é boa, mas nos Açores é pior ...

Deputado Berto Messias (PS): Olhe que não! Oh, Sr. Deputado, não é verdade!

O Orador: ... e podíamos dizer que a taxa de pobreza em Portugal e a taxa de desemprego em Portugal, República, é cruel, mas é muito mais cruel nos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): E os que emigraram?

O Orador: Ora, o que acontece é que de facto às vezes precisamos emigrar para conseguir ter qualidade de vida adequada. O que acontece é que, como sabem, é dito e é de conhecimento de todos, a República tem défice, mas no entanto o Governo Regional diz que as contas do Governo Regional, as contas da autonomia são equilibradas. É exatamente por termos contas equilibradas que podemos fazer mais e melhor, porque somos autónomos.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, as contas equilibradas permitiriam, por exemplo, fazer face e diminuir a taxa de risco de pobreza se fizéssemos, por exemplo, o pagamento em atraso às empresas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Estão desequilibradas!

O Orador: ... que faria melhorar o emprego e diminuir a taxa de desemprego e inclusivamente fazer pagamentos às IPSS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É para isso que serve a nossa autonomia, especialmente quando temos contas equilibradas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para participar neste debate e para realçar alguns aspetos que já referidos aqui, nesta câmara, me parecem importantes, me parecem essenciais serem realçados.

Em primeiro lugar, por vezes quem ouvisse este debate poderia talvez ficar com a impressão que todos os partidos políticos, e sobretudo os partidos políticos da oposição, têm consciência das dificuldades e que é o Governo Regional que não tem consciência dessas dificuldades, que não tem consciência das necessidades que existem, que não tem (ressalvo a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares há pouco) consciência das necessidades que se vivem nos Açores, não tem consciência daquilo que deve ser feito.

Bom, isso não é assim e é importante que um dos aspetos que resulte deste debate seja exatamente a questão de ficar assente a consciência que o Governo tem da exata situação que vivemos, a consciência que o Governo tem da situação que as famílias, que as empresas açorianas vivem e a necessidade de efetivamente continuarmos a trabalhar para lhes dar resposta.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: A situação que vivemos tem várias causas. Não é certamente, desde logo por questões de limitação de tempo, este é o momento exato para dissecar em pormenor cada uma dessas causas, mas elas existem e não podem ser reconduzidas apenas a uma componente.

O Governo tem a consciência da necessidade de fazer mais, desde logo porque anda no terreno, porque fala com famílias, porque fala com empresas e com empresários, porque fala com desempregados, porque fala com pessoas que estão numa situação económica difícil. Sabe e tem consciência da situação que se vive, porque é um Governo que está no terreno, da mesma forma que é um Governo que acompanha e faz por ter essa consciência daquilo que está em causa.

Nós sabemos que o Governo não pode fazer tudo, mas também sabemos que o Governo está a fazer tudo o que pode, e que deve continuar a fazer tudo o que

pode, para dar resposta a esta situação que neste momento se vive no país e aqui na Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este percurso que temos feito caracteriza-se (julgo que isso é indesmentível) por uma melhoria muito significativa daquela que é a situação que se vive nos Açores (refiro-me ao longo dos últimos anos).

Carateriza-se também por uma afetação determinada de recursos até ao máximo da nossa capacidade para fazer face às situações com que as açorianas e os açorianos são confrontados.

Carateriza-se pela afetação de recursos para apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, desde logo as Santas Casas de Misericórdia que merecem e continuarão a ter o apoio do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Continuarão a ter o apoio do Governo para desenvolver a sua atividade, mas há alguns dados que me parecem importantes trazer para este debate e dar a conhecer às açorianas e aos açorianos.

Entre 2009 e 2013, os Governos regionais afetaram apenas a duas medidas da Região, criadas na Região (refiro-me ao COMPAMID e refiro-me ao complemento açoriano do Abono de Família), mais de 18 milhões de euros.

Esse dinheiro para onde é que foi, mais de 18 milhões de euros?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso foi em 5 anos!

O Orador: Esse dinheiro foi entregue às famílias e aos idosos dos Açores. Ajudou pessoas concretas, ajudou pessoas idosas que vivem nas nossas ilhas, a ultrapassarem esta fase mais difícil.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! A Sra. Deputada do Bloco de Esquerda não está a ouvir?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o Complemento Regional de Pensão. Só no ano 2013 o Governo afetou mais de 24 milhões de euros ao Complemento Regional de Pensão.

Para onde é que foi esse dinheiro?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem foi a proposta?

O Orador: Esse dinheiro foi entregue aos idosos dos Açores, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É normal!

O Orador: ... àqueles que estão numa situação de maior fragilidade, para ajudá-los a ultrapassar estes momentos difíceis que nós vivemos.

E repare-se: entre 2009 e 2013 é o valor do Complemento Regional de Pensão que aumentou mais de 20%. E não é apenas isso!

Nós tanto aumentámos ... Dito de outra forma: não só aumentou o valor do Complemento Regional de Pensão, como diminuiu o número de beneficiários. Ou seja, cada um dos idosos dos Açores que tem direito, que recebe o Complemento Regional de Pensão, recebeu mais, recebeu uma ajuda que lhes é devida. Pudéramos nós ter mais recursos para ajudar ainda mais.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, em termos daquilo que tem sido a ação dos Governos do Partido Socialista há critérios chamados “taxas mínimas desejáveis de cobertura” em termos de respostas sociais, de creches, de centros de dia, lares de idosos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nunca chegou foi a fazer nada!

O Orador: Deixem-me partilhar convosco alguns números que dão bem nota daquele que tem sido o trabalho dos Governos do Partido Socialista para criar as condições para ajudar as famílias açorianas, para ajudar aqueles que, de entre os açorianos, estão numa situação mais fragilizada.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: No que diz respeito a creches e a mais a taxa desejável mínima de cobertura fixada pela OCDE é de 33%.

Nos Açores sabem qual é a taxa de cobertura? 34%.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: No caso de jardins-de-infância a taxa mínima desejável de cobertura é de 77%. Nos Açores é de 90% essa taxa de cobertura.

No caso de centros de atividades de tempos livres a taxa mínima de cobertura é de 20%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem será que faz isso? São as IPSS!

O Orador: Nos Açores é 35%.

No caso dos lares de idosos é de 4% a taxa fixada pela OCDE e nos Açores também temos 4%.

No caso de centros de convívio em que a taxa mínima é de 2% fixada pela OCDE, nos Açores nós temos 16%.

É o caso dos centros de dia em que ainda temos de trabalhar mais, porque a taxa mínima de cobertura é de 4,5% e nos Açores temos apenas 1%.

Ou no caso do serviço de apoio domiciliário em que a taxa mínima de cobertura é de 6% fixada pela OCDE, mas que nos Açores nós temos 8%.

Querem as Sras. e os Srs. Deputados que cheguemos ao final deste debate e possamos concluir que isto é uma inevitabilidade? Teria que ser necessariamente assim?

Sras. e Srs. Deputados, não é uma inevitabilidade. O aumento dos recursos afetos aos apoios sociais não é uma inevitabilidade e aí está a situação na República a provar que trata-se de uma opção política e a opção política nos Açores, dos Governos do Partido Socialista, foi a de aumentar os recursos afetos às respostas sociais.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E esses que permitem a taxa de cobertura?

O Orador: E mesmo no caso do financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, mesmo no caso do sistema de financiamento das

Instituições Particulares de Solidariedade Social, nós não podemos falar com rigor de cortes. O facto de aumentarmos de um montante global de 52 milhões para 53.6 milhões não permite a ninguém, que esteja de boa-fé, dizer que o Governo está a cortar nos apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O facto de 75% das Instituições Particulares de Solidariedade Social manterem ou reforçarem as verbas que recebe desse bolo não permite a ninguém, que esteja de boa-fé, falar em cortes nos apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Portanto, em relação a esta matéria, nós podemos eternizarmo-nos nesta discussão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É, mas não esgote o seu tempo!

O Orador: Os senhores a acusarem o Governo de algo, mas há também algo que ressalta dessa discussão.

E propostas?

Deputado Francisco César (PS): Pois!

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foram propostas que apresentaste?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não assistiu ao início do debate!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que resulta ...

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que abrevie, que o seu tempo está a acabar.

O Orador: Já termino.

... de tudo isto não é apenas a situação que temos no presente, não é apenas a gravidade e a dificuldade da situação que temos no presente.

A verdadeira questão é onde estaríamos nós então se não tivéssemos as apostas e as políticas dos Governos do Partido Socialista para apoiar as açorianas e os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Onde estaríamos nós se não existissem essas políticas?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Deputado teve a amabilidade de me citar, mas não teve a coragem de identificar a citação como sendo minha. Não é do Sr. Vice-Presidente, é meu aquilo que o senhor citou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que não esteve cá para ouvir o início do debate. Tenha a coragem de o assumir!

O Orador: Essa frase quer dizer que da mesma forma, por exemplo, que o IROA num ano reduziu em 50% o seu passivo, tem que continuar a fazer mais e melhor.

Assim acontece com outras empresas do setor público empresarial, assim acontece também com a saúde, em que temos de continuar a fazer mais e melhor para aproximar os prazos de pagamento nessas empresas daquilo que são os prazos de pagamento na administração pública regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Explique isso aí, ao seu lado!

O Orador: Desse ponto de vista, Sr. Deputado, estamos perfeitamente tranquilos.

Precisamos de fazer mais? Sim senhor, precisamos de fazer mais.

Sempre que é detetado um caso que, ou por falha burocrática, ou falha de processamento, ou por qualquer outra razão ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: ... exige uma atenção especial em termos de pagamentos de empresas, isso fazemos.

Portanto, esse discurso esgota-se exatamente naquilo que é, naquilo que tínhamos, no trabalho que o Governo já fez para resolver essa parte e na confiança que temos que, apesar de todas as críticas, conseguiremos levar a bom porto esse trabalho.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Está em grande forma, Sr. Presidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, apenas para lhe situar no tempo e no espaço. Quando citei a sua afirmação atribuí-a a V. Exa, o senhor é que não estava cá e não ouviu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Peço desculpa da referência que fiz!

O Orador: Mas se for ao Diário da Sessão poderá lá ver que está lá a citação com a identificação do autor.

Só uma pequena referência ao facto de V. Exas. insistirem que tem havido cortes de pensões e cortes naquilo que têm sido as pensões dos açorianos.

Sabe que entre 2011 e 2013 o valor de pensões transferido para a Região Autónoma dos Açores, em 2011, era de 200 milhões e 405 mil, em 2013 foi 206 milhões e 616 mil.

Sabe por que é que isso acontece?

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): E o número de pessoas?

O Orador: Porque foram descongeladas as pensões mínimas sociais e rurais que são, se calhar, a boa base das pensões dos açorianos. Os senhores tinham congelado e foram descongeladas pelo Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Congeladas por José Sócrates!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Apartes inaudíveis da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social)

O Orador: Por isso é que isso aconteceu.

O que acabámos de assistir na intervenção do Sr. Presidente do Governo foi a um Presidente do Governo que se vangloria do passado e está conformado com o presente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, ouça!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E os outros?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Presidente do Governo afirmou: “O Governo não está a fazer tudo.”

É verdade e fica-lhe bem assumir que não está a fazer tudo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não disse isso!

Deputado Bruno Belo (PSD): Disse, disse!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Governo não pode fazer tudo, mas está a fazer tudo o que pode!

O Orador: Então, muito bem. Obrigado pela correção e peço desculpa por me ter enganado na citação.

Sabe com que é que o Governo se devia preocupar? O Governo e a bancada do Partido Socialista?

É quando tem um deputado na bancada do Partido Socialista que é dirigente de uma associação com salários em atraso. Isso devia preocupá-lo e devia preocupá-lo a questão do Governo não estar a pagar as dívidas que tem e estar a levar pessoas para o desemprego.

Sr. Presidente do Governo, responda-me a uma coisa: o que é que prefere? Que a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória baixe salários em 7,5%, ou despeça 10% dos seus trabalhadores?

Qual é a preferência que o senhor tem? É o despedimento dos trabalhadores, ou é a baixa dos vencimentos daquela instituição, porque os protocolos de cooperação que o Governo agora implementa não são suficientes para fazer face às suas despesas?

O que é que o Governo tem a dizer e por que é que o Governo não resolve, por exemplo, o pagamento que tem em atraso de 1 milhão e meio de euros à Casa de Saúde de S. Miguel, que já levou ao despedimento de 7 trabalhadores?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por que é que o Governo não paga os quase 2 milhões de euros que tem em dívida com a Casa de Saúde de S. Rafael?

É o Governo Regional, é o Governo dos Açores, conformado com a situação atual, a vangloriar-se do seu passado, que está a contribuir para a maior crise social que se vive nos Açores, porque não paga o que deve e isso leva a despedimentos, isso leva à cessação de contratos de trabalho, isso leva à falência de empresas e de famílias açorianas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Para terminar esta intervenção, queria dizer apenas mais uma coisa.

A Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social demonstrou ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que não é deste mundo!

O Orador: ... nesta casa que não faz ideia do trabalho que está a ser avassalador por parte das IPSS dos Açores no momento de maior crise social.

A Sra. Secretária Regional esquece-se de um pormenor: é que apoiando as IPSS, está a apoiar as pessoas mais carenciadas dos Açores que recorrem a essas IPSS, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque as pessoas, a primeira porta onde vão bater, é às Instituições Particulares de Solidariedade Social e quando nós temos IPSS que nos dizem que “nós antes ainda conseguíamos aqueles apoios de urgência, uns cabazes, pagar uma fatura da farmácia, pagar uma dificuldade que a pessoa atravessa momentaneamente, ... tivemos que cortar isso, porque os apoios do Governo Regional foram reduzidos e não chegam para fazer face às despesas das IPSS”.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso a senhora tem que assumir, isso a senhora tem que compreender que é o que está a criar mais dificuldades aos açorianos, que está a levar as famílias e as empresas dos Açores a terem mais dificuldades, porque sem as IPSS, que são dos maiores empregadores da Região, os senhores não conseguem apoios sociais, porque se o Sr. Presidente do Governo, que se orgulha das valências que tem instaladas e da taxa de instalação nos Açores, deve-o a existirem IPSS que gerem, que administram e que levam para a frente esse trabalho.

Não têm carta social, é verdade. No continente há e podemos ver. Cá não há, pelo menos não está publicado, mas a verdade é esta: são as IPSS que estão na base do apoio social na Região ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não, não! Redistribuição!

O Orador: ... e o momento que os senhores escolheram para cortar financiamento às IPSS leva às dificuldades dessas instituições.

Portanto, tenha pudor quando fala das IPSS, tenha pudor porque sabe que há realidades diferentes, sabe que está a tentar negociar, porque ainda há pouco, ontem ou anteontem, estive em S. Jorge a tentar pagar uns acordos em atraso, mas nós também sabemos e é natural que isso se saiba por todo o lado.

Façam o trabalho e deixem-se de lamúrias relativamente aos problemas que têm.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não fazemos lamúrias. Os senhores é que as fazem!

O Orador: Deixem-se de culpar outros, assumam que são Governo da Região Autónoma dos Açores e governem para os açorianos e para as açorianas para fazer face à emergência social que se está a viver na Região. Se não fizerem nada, vão atirar muitas mais famílias para a pobreza, muitas mais famílias para a exclusão social e muitos mais açorianos a viver com dificuldades.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao fim deste debate, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao fim, não! Ainda não acabou. Temos mais tempo!

O Orador: Sim!

... desta sequência deste debate – peço desculpa! – temos vindo a assistir por parte do PSD, do Sr. Deputado João Costa, a afirmações que já foram aqui assumidas, rebatidas por parte quer do Governo, quer por esta bancada do Partido Socialista e sempre reafirmámos, e continuamos a reafirmar, que tudo faremos, como o Governo, para resolver e apoiar todas as pessoas e as famílias que se encontram em situações de dificuldade económica, como também de maior vulnerabilidade social.

É isso que tem sido feito ao longo dos anos e é isso que fazemos todos os dias na procura das melhores soluções que vão de encontro a estas necessidades, mas sobretudo com a responsabilidade de mantermos sustentável este processo de apoio permanente e constante às famílias e às pessoas.

Há casos pontuais? Há sim senhor que nós conhecemos, mas sob o ponto de vista dos apoios às IPSS é bom aqui afirmar que mesmo com o Código da Ação Social que está aprovado, o Governo, através do Instituto de Segurança Social,

está a avaliar caso a caso as situações das Misericórdias com os protocolos, a rever as situações em que o que está previsto no financiamento possa ser revisto ou melhorado e assume que de facto verá e resolverá satisfatoriamente essas necessidades imediatas.

É isso que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero aqui realçar e quero também que fique registado que à pergunta que coloquei ao PSD ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem que ler a intervenção!

O Orador: ... e ao Sr. Deputado João Costa sobre em que áreas o PSD reduz a despesa pública para aumentar o financiamento na solidariedade social, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Não houve resposta!

O Orador: ... não houve nenhuma resposta e isso é bom que fique registado no Diário das Sessões, porque propostas trouxeram aqui uma ou outra sem fundamentação, sem grande exequibilidade, mas sob o ponto de vista financeiro à questão disseram nada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS. Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando o nosso horário e uma vez que ainda há inscrições, continuamos os nossos trabalhos da parte da tarde.

Regressamos às 15 horas.

(Eram 13 horas)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para o debate.

Secretário: Governo Regional já não tem tempo; o Partido Socialista, 12 minutos e 45 segundos; o PSD, 1 minuto e 30 segundos; CDS-PP, 6 minutos e 10 segundos; Bloco de Esquerda já não tem tempo; PCP, 3 minutos e 40 segundos e PPM, 5 minutos e 45 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estava inscrito o Sr. Deputado Artur Lima. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Embora não esteja aqui o Sr. Vice-Presidente, nem o Sr. Presidente do Governo no início deste debate, direi de qualquer modo o que tenho para dizer.

O que é lamentável é que o Sr. Presidente do Governo tenha vindo aqui pedir à oposição, de braços abertos, que apresentasse propostas e ironicamente os dois exemplos de propostas, de medidas diferenciadoras, que o Sr. Presidente do Governo aqui apresentou, foram exatamente duas propostas da oposição: o Complemento Regional de Pensão e o COMPAMID.

Portanto, se os açorianos hoje em dia estão a ter mais benefícios sociais, se têm melhores apoios para medicamentos, se têm um complemento na sua reforma, essa proposta foi dos partidos da oposição, nomeadamente do PCP e do CDS, e é esse exemplo que o Sr. Presidente do Governo vem aqui dar, porque, ao que parece, o Governo desistiu, capitulou de governar quando apela desesperadamente à oposição que lhe faça propostas para depois não as cumprir, nem as executar em muitos dos casos, como ainda hoje veremos nesta Assembleia.

Depois, o que é triste nesta Região é que o Governo se financie nos privados, não pagando o que deve aos privados, com atrasos, para andar a dizer que tem défice de zero.

O que é lamentável nesta Região é que o Governo tenha pagamentos em atraso às IPSS para dizer que tem défice zero. Isto é que é lamentável!

Para usar um termo do Sr. Vice-Presidente, isso é que é uma indignidade. Uma indignidade, Sr. Vice-Presidente, é vir para a praça pública todo ufano dizer que

tem um défice de 0,0000000001 e não pagar o que deve aos fornecedores, provocar desemprego na privada, não combater o desemprego.

Indignidade, Sr. Vice-Presidente, é uma taxa de desemprego de 17%. Isso é que é uma indignidade. Indignidade é não pagar o que se deve.

Sra. Secretária Regional, indignidade também, Sra. Secretária, é ter os piores resultados da educação.

O que é que o Governo fez para combater isso?

A senhora não explicou.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Está a fazer!

O Orador: O Governo o que é que fez?

Piorou nestes anos todos. Estamos em último lugar nos exames nacionais do 4.º, do 6.º e do 9.º ano.

Estamos em último lugar na taxa de abandono escolar. Piorou nos últimos anos.

Estamos em último lugar (piorou também) nos jovens com licenciatura, com formação superior. Piorou também!

Piorou sobretudo, Sr. Vice-Presidente, a taxa de desemprego nos últimos 10 anos.

Não havia crise. Passou dos 3 para os 17. Três para os 17%!

O que é que justifica essa evolução absolutamente negativa na taxa de desemprego, Sr. Vice-Presidente?

Onde é que está a Via Açoriana?

Onde é que está a autonomia, Sr. Vice-Presidente?

Para que é que lhe serve a autonomia?

É isso que o senhor tem de explicar aos açorianos. Para que é que lhe serve se passou de uma taxa em 2004 de 3% para 17%, fora as medidas camufladas que o senhor por aí arranja e que o senhor para aí vem dizer?

O que é preciso explicar aos açorianos é por que é que com a autonomia e as vias açorianas todas nós vivemos menos 3 anos do que os continentais. Isso é que o senhor tem de explicar.

Portanto, tudo isto é o que os senhores têm de explicar e os senhores não explicam.

Calaram-se e passaram a vida a criticar os outros, mas não justificaram os vossos erros, nem apresentaram soluções, que é esse o vosso dever, e sobretudo esqueceram-se de referir aqui o testamento de Sócrates e o testamento de Sócrates foi o acordo da troika que os senhores aprovaram ...

Deputado Berto Messias (PS): Que os senhores assinaram e o Dr. Eduardo Catroga negociou!

O Orador: ... e que os senhores aqui nunca criticaram quando ele foi feito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha motivação para vir de novo a este debate prende-se com a intervenção que fez o Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já se foi embora!

O Orador: De facto, não posso até deixar de concordar com o Sr. Presidente do Governo Regional quando ele diz que tem aumentado e realmente tem aumentado. Tem aumentado os apoios às empresas, tem aumentado alguns apoios sociais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O desemprego!

O Orador: ... tem aqui esta questão do Código da Ação Social e dos acordos com as IPSS e Misericórdias sobre a qual nós temos a opinião que oportunamente manifestámos aqui aquando quer da aprovação do Código, quer depois das alterações que lhe foram introduzidas para a qual chamámos a atenção que era necessário ter em atenção o contexto onde essas instituições desenvolvem a sua atividade e as valências que têm, pois não se pode tratar por igual aquilo que é diferente, mas até aceitando como bom que o Governo da Região tem aumentado tudo. É verdade! Tem aumentado tudo, menos uma coisa: nunca se mostrou disponível para aumentar uma coisa que é muito importante, que é o rendimento dos salários do setor privado.

Da mesma forma que o Sr. Presidente do Governo há pouco nos fez aqui um desafio, gostaria de dizer o seguinte: esse desafio, por parte do PCP e de outras forças políticas, tem sido respondido com propositura.

Aliás, o Deputado Artur Lima referiu ainda aqui há pouco duas iniciativas, uma do CDS-PP, o COMPAMID, e uma outra que foi uma iniciativa do PCP, que tem a ver com a criação do Complemento Regional de Pensão.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade é, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu já esclareço!

O Orador: É, é verdade!

Portanto, a questão é esta e isso foi apresentado, como V. Exa. sabe, no final de 1999 e aprovado em 2000. Portanto, Sr. Deputado é bom que as coisas sejam ... O seu a seu dono.

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente: o seu a seu dono!

O Orador: Mas eu queria deixar aqui um desafio ao Governo. Aquilo que tem vindo a acontecer nos últimos anos, esses aumentos todos que o Sr. Presidente do Governo Regional anunciou aqui, reafirmou aqui, não têm resolvido o problema.

A verdade é que a situação social e económica na Região Autónoma dos Açores se tem vindo a agravar.

Portanto, da mesma forma que o Sr. Presidente do Governo Regional fez o desafio, eu gostaria de deixar um desafio aqui, quer ao Governo Regional, quer ao Partido Socialista, é que abandonem, de uma vez por todas, esse dogma neoliberal e troikista que tem conduzido o país e a Região...

Deputado Berto Messias (PS): Qual é o dogma?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Têm de abandonar esse dogma e fazer o que ainda não fizeram até agora, que é ter a coragem de romper com esse dogma e promover o aumento do rendimento dos trabalhadores e do rendimento disponível das famílias açorianas e grande

parte dos problemas que estiveram a ser aqui apontados durante este debate certamente se resolverão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

Peço desculpa, à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues então.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, penso que o senhor sabia, quando colocou um conjunto vasto de questões ao Governo, que o Governo já não tinha tempo para lhe responder e por isso mesmo é que quis colocar essas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Eu já tinha colocado as perguntas àquela senhora e ela não respondeu! Seja rigorosa!

A Oradora: O senhor sabia, porque os tempos foram anunciados pela Sra. Presidente.

Estou a ser rigorosa.

A Sra. Presidente anunciou os tempos e o senhor colocou as suas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coloquei no início do debate e a senhora não respondeu!

A Oradora: Foi ou não foi o que aconteceu agora da parte da tarde? Agora da parte da tarde não foi isso que aconteceu?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não senhora!

A Oradora: Então, não estamos na mesma sala, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estamos, não senhora!

A Oradora: O Partido Socialista e o Governo já assumiram que a situação é difícil, é difícil para todos, mas não é só difícil nos Açores, é difícil em todo o lado.

Sobre o desemprego, Sr. Deputado Artur Lima, penso que o senhor gostaria de ler, ou não, o relatório das perspetivas económicas globais que o FMI publicou ontem e que diz que Portugal continuará em 2019 na mesma posição, que diz que Portugal vai estagnar no crescimento e na riqueza média por habitante e que

será ultrapassado por Timor Leste, pelo Gabão, pela Estónia, pela Lituânia. Isso em resultado de quê?

Das medidas do vosso Governo.

Mas relativamente aos números do desemprego é preciso ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É da dívida, é da herança!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, vamos falar da herança.

Aquilo que o então Primeiro-Ministro, José Sócrates, fez a partir de 2009 em resposta à primeira vaga da crise, foi aquilo que a Europa recomendou que se fizesse, foi o reforço no investimento público, para depois ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Foi, foi. Desculpe, mas foi!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem prometeu, para ganhar as últimas eleições, aumentos dos ordenados e das reformas? E depois o que é que fizeram?

Deputada Benilde Oliveira (PS): E os senhores o que é que fizeram?

A Oradora: O senhor ainda tem um minuto e meio. O PSD ainda tem um minuto e meio, o senhor pode inscrever-se.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: A mesma Europa que depois de recomendar aos estados que aumentassem fortemente o investimento público como forma de proteger as empresas e o emprego, deu uma volta de 180º graus e passou a dar instruções apenas orientadas para a redução do défice custasse o que custasse às pessoas.

Esta é a verdade.

Deputada Judite Parreira (PSD): A sua verdade!

A Oradora: Obviamente que essa Europa encontrou no Primeiro-Ministro Passos Coelho um excelente aliado com os resultados que estão à vista para o país.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade, os resultados estão à vista!

A Oradora: Esta é que é a verdade sobre a herança.

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos a corrigir o que os senhores falharam. Levaram o país à banca rota!

A Oradora: Mas enquanto que em Portugal continental a vaga de emigração é o que é e os números do desemprego são o que são à conta dos emigrantes e à conta de um outro fenómeno para o qual as instituições internacionais têm chamado constantemente a atenção, que é o número de indivíduos que após um tempo muito prolongado no desemprego ...

Deputado Luís Garcia (PSD): A história mostra que é sempre assim, os senhores falham e a gente corrige!

A Oradora: ... e em situação de inatividade pura e simplesmente desistem de procurar emprego e saem das estatísticas do desemprego (é por causa destes fenómenos que a República tem os números que tem), na Região aquilo que o Governo tem feito tem sido um esforço notável na qualificação de ativos e na manutenção de programas que mantêm as pessoas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na qualificação desses ativos!

A Oradora: O senhor está a falar do Governo da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não! De cá também!

A Oradora: Aproveite o minuto e meio que tem.

... e na manutenção de programas que não só têm permitido às pessoas melhorar as suas qualificações profissionais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há jovens a emigrar nos Açores!

A Oradora: ... como lhes tem permitido ter um rendimento, minimizando assim as dificuldades destes tempos que atravessamos.

Aquilo que vos custa a aceitar é que o Governo Regional tem feito muito e as pessoas sabem e sentem e não é admissível qualquer comparação que os senhores possam fazer entre o esforço que na Região se tem feito para proteger e minimizar os efeitos da crise e aquilo que acontece lá fora pelas mãos do Governo que os senhores fervorosamente apoiam.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós sabemos, e está comprovado historicamente, que alguns, de ambos os lados, têm uma certa tendência para reescrever a história, mas é bom que em nome da verdade e da democracia isso não aconteça.

Vem isto a propósito do sentimento proprietário que vejo que assaltou no princípio desta tarde quer a bancada do PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS-PP!

O Orador: ... quer a bancada do PCP, acerca da propriedade ...

Se mudou de nome é um problema que vai ter de resolver internamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! O nome é CDS-PP!

O Orador: A verdade é que esse sentimento proprietário não corresponde à verdade. Se é certo que o CDS-PP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado!

O Orador: ... historicamente sempre esteve a favor do subsídio de insularidade, que foi aprovado nesta casa em 1991, e em princípios de 93 imediatamente revogado pela então maioria absoluta, reganha, do PPD/PSD (também não sei se fazem questão), a verdade é que foi um grupo de trabalho que o Governo dos Açores constituiu em 1999 e numa comunicação desse Governo feita nesta Assembleia, daquela tribuna, na primavera de 1999, foi comunicado que era necessário ao nível da compensação dos custos da insularidade, para além da adaptação fiscal, pensar numa solução global que, para além dos funcionários públicos, englobasse também um acréscimo ao salário mínimo. Pela primeira vez se falou nos Açores que não se esquecessem também os reformados e pensionistas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proposta do PCP!

O Orador: Na sequência disso, a primeira proposta legislativa foi apresentada creio que em setembro de 99 pelo PCP.

Portanto, para que fique claro ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E como é que o PS votou?

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas não era este PCP!

O Orador: ... este Governo e esta maioria sempre foram coerentes e sempre concordaram com essa solução global.

A prova disso é que temos ininterruptamente, ao contrário do que já aconteceu aqui em 1993, as 3 formas de compensação sendo permanentemente atualizadas, de tal sorte que isso com certeza foi decisivo para ser considerado, pelo Tribunal Constitucional, no importantíssimo e recente acórdão sobre a matéria, como um adquirido autónomico.

É, portanto, bom que fique claro que o Partido Socialista e este Governo, os Governos do Partido Socialista, têm toda a legitimidade para se reclamar como co-construtores e nalgumas matérias construtores e pioneiros numa solução global ao nível das compensações dos custos de insularidade e deste conjunto de compensações.

O Sr. Deputado Artur Lima referiu o COMPAMID. Há de convir e concordar comigo que também tem algum mérito quem apoia aquilo que outros propõem e nessa medida, Sr. Deputado, faço-lhe um desafio: é que o presidente do PP/Açores, Artur Lima, proponha ao Vice-Presidente do PP nacional, Artur Lima, que o COMPAMID também seja estendido à República.

Muito obrigado.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por que é que não recomendou ao Sócrates?

Deputado Francisco Coelho (PS): Precisava de dar a entender que estava aqui em 93. A gente já sabia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, com toda a simpatia, devolvo-lhe exatamente a mesma recomendação: por que é que o senhor já não o fez em 2009, em 2008, ao seu camarada Sócrates e seguidores? Já devia ter feito.

Deputado Francisco Coelho (PS): Faltava a propositura do CDS-PP!

O Orador: Eu ainda preocupo-me mais com os Açores, com a minha vivência e com as condições de vida aqui nos Açores do que com a República. Incomoda-me mais os Açores, do que me incomoda a República.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, permita-me que lhe diga o seguinte, para ser rigoroso.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Eu não disse que não!

O Orador: Todas estas questões que coloquei até ao início da tarde, coloquei ao início da manhã à Sra. Secretária. A Sra. Secretária não teve a consideração de me responder. Antes pelo contrário, insultou o Ministro Mota Soares. A resposta que a Sra. Secretária me deu foi um insulto ao Ministro Mota Soares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A intervenção já vinha escrita!

O Orador: Não me respondeu a nenhum dos valores.

(Aparte inaudível do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Pelo menos respeitam-se com consideração, Sr. Vice-Presidente.

Portanto, é de facto lamentável, ...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado disse que a Sra. Secretária não era deste mundo!

O Orador: Já agora, Sr. Deputado Francisco Coelho, não se tira o mérito a quem, em maioria, apoia propostas da oposição e as implementa. Não!

Tira-se o mérito é a quem omite o cunho autoral que o ex-presidente do Governo disse ali (e bem!), que era coisa que ele nunca fazia e ele nunca o fez. Há quem hoje em dia o faça, mas o ex-presidente do Governo nunca o fez.

Há coisas, Sr. Deputado Francisco Coelho, que nós os dois negociámos quando o senhor era líder parlamentar aí e eu aqui e tenho muita honra e muito orgulho de o ter feito a favor dos açorianos. Reconheço isso e digo isso em qualquer sítio.

O que me custa, Sr. Deputado Francisco Coelho, é ter um Governo que há um ano aprovou uma coisa e vir outro Governo que, por razões economicistas, ...

Deputado José San-Bento (PS): E o CDS economicista da República?

O Orador: ... pura e simplesmente as vai revogar como nós ainda as vamos ver hoje à tarde relativamente aos manuais escolares, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado José San-Bento (PS): Acha que alguém acredita nisso?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

É lamentável o que acontece, Sr. Deputado Francisco Coelho, quando as pessoas se comprometem com coisas e a seguir as vão revogar; é quando o Sr. Deputado Berto Messias, na campanha para a Assembleia da República, dizia que o Serviço Regional de Saúde nos Açores era gratuito, mas foi o PS que introduziu as taxas moderadoras.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não foi candidato à Assembleia da República?

O Orador: É o PS que agora vai coartar nos reembolsos, cortar nos reembolsos, cortar nos apoios às pessoas.

É esse PS economicista que nós estamos a ter aqui nos Açores, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Preocupa-me, sim, o Serviço Regional de Saúde que os senhores estão a fazer pior do que se faz na República.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Para uma intervenção.

Presidente: Não pode intervir, Sr. Vice-Presidente.

A bancada do Governo esgotou o seu tempo.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O Sr. Vice-Presidente não ouviu, também não esteve cá, Sra. Deputada Isabel!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições, pelo que pergunto ao Sr. Deputado João Bruto da Costa se ainda vai usar cerca de um minuto e meio que tem para encerrar o debate.

Tem a palavra, então, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo a que assistimos aqui, hoje, no debate que pedimos sobre a situação de emergência social nos Açores foi a um Governo desligado da realidade.

A melhor forma de ilustrar este desligamento do Governo da realidade é desde logo terminar este debate citando uma notícia da Lusa de 4 de abril que diz assim e cito: “Empresários querem que o Governo dos Açores reavalie medidas para combater a crise.

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores defendeu hoje que o Governo Regional deve “reavaliar a eficácia” das medidas adotadas para fazer face ao impacto da crise nas famílias e nas empresas.

A Assembleia Geral da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, reunida na quinta-feira, “manifestou [entre aspas] a sua preocupação com a grave situação económica e social da Região, que está a ter um profundo impacto nas famílias e nas empresas, apesar das medidas que o Governo Regional tem vindo a tomar e cuja eficácia deve ser reavaliada”.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Quem disse isto não foi o PSD.

Deputado André Bradford (*PS*): Quem disse isso? Foi o Sr. Mário Fortuna?

O Orador: Foram os empresários da Região.

O vosso riso e o vosso gozo é profundamente lamentável quando os açorianos estão a passar pelas dificuldades que estão a passar neste momento, quando as empresas estão a fechar, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... quando estão a ser despedidas pessoas.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: A vossa insensibilidade social manifestou-se no vosso gozo quanto a esta questão.

A única coisa que posso pedir ao PS dos Açores e ao Governo dos Açores é que tenham piedade dos açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto 2 da nossa Agenda.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Era para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

(Eram 15 horas e 32 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 10 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos no ponto 5 da Agenda: **Petição n.º 20/X – “Reorganização da rede escolar no concelho da Praia da Vitória”**, apresentada por Maria Eugénia da Costa Lamas da Silveira, na qualidade de primeira subscritora.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes. Cada grupo ou representação parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para a apresentação do relatório dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 20/X

“REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR NO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA”

CAPÍTULO I

Introdução

A 20 de janeiro de 2014 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 20/X, intitulada “Reorganização da Rede Escolar no Concelho da Praia da Vitória”, que reúne um total de 588 (quinhentas e oitenta e oito) assinaturas, tendo como primeira signatária, Maria Eugénia da Costa Lamas da Silveira.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 21 de janeiro de 2014, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 26 de março de 2014, na delegação da cidade de Ponta Delgada.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à Educação, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 24 de janeiro de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto “pedir a intervenção” de Sua Excelência, a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores “no sentido de apreciar e rever a posição do Senhor Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura em extinguir o 3º ciclo do Ensino Básico ministrado na Escola Básica Integrada da Praia da Vitória e a sua conseqüente passagem, integral, para a Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio”. Os peticionários fundamentam este pedido de apreciação pelas condições infraestruturais modernas e adequadas que a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória possui, nomeadamente laboratórios de Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas devidamente equipados para lecionar as disciplinas do 3º ciclo do Ensino Básico, salas e equipamentos devidamente dimensionados para acolher turmas padrão; pelo corpo docente estável; pelo cumprimento da lei quanto ao número de alunos por turma e finalmente, pela garantia de um percurso formativo aos seus alunos, desde a Educação Pré-Escolar até ao final do Ensino Básico, que considera uma mais-valia no sucesso educativo dos seus alunos.

c) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião de 24 de janeiro, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição, Maria Eugénia da Costa Lamas da Silveira;
- Audição do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, Dr. Luiz Fagundes Duarte;
- Solicitação de parecer por escrito às Assembleias de Escola, da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória e da Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio.

**1) AUDIÇÃO DA PRIMEIRA SUBSCRITORA, MARIA EUGÉNIA DA COSTA
LAMAS DA SILVEIRA**

A audição da primeira subscritora teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Angra do Heroísmo, a 07 de fevereiro de 2014. Esta começou por informar que o objetivo da petição é esclarecer vários aspetos relativamente à reorganização pretendida com a transição dos alunos da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória (EBIPV) para a Escola Secundária Vitorino Nemésio (ESVN), nomeadamente:

- Que a EBIPV foi concebida para suportar os 2.º e 3.º ciclos e foi, inclusive, submetida a obras de requalificação e melhoramentos, para poder incluir o Ensino Pré-Escolar e o 1.º ciclo;

- A EBIPV encontra-se muito direcionada para o ensino do 3.º ciclo com modernos laboratórios de Ciências Físico-Químicas, além de dispor de quadros interativos e data-shows em todas as salas de aula, mostrando-se muito mais avançada que a ESVN;

- Em termos de salas de aula, a EBIPV dispõe de 55 salas de aula, com os alunos distribuídos por turmas de 21 alunos, onde a organização decorre da melhor forma;

- A EBIPV dispõe de uma oferta pedagógica para o 3.º ciclo muito superior, com dois polos e um projeto educativo próprio;

Para além destes fatores, a primeira subscritora informou que para além da petição agora em apreciação, decorreu um abaixo-assinado com o mesmo objeto e que contou com 1455 assinaturas, enviado à Direção Regional de Educação.

Seguiu-se um período de debate, com as intervenções das deputadas Judite Parreira e Catarina Moniz Furtado.

A deputada Judite Parreira dirigiu algumas questões à primeira subscritora, designadamente:

- Quantos professores do 3.º ciclo pertencem ao quadro da EBIPV e quantos professores estão a contrato na mesma escola?

- Se tem conhecimento de existirem professores com horários zero na ESVN?
- Se tem conhecimento de que os resultados académicos dos alunos que frequentaram o 3.º ciclo na ESVN sejam melhores do que os da EBIPV, quando ingressam no Ensino Secundário?
- A primeira subscritora da petição respondeu:
- Para o 3.º ciclo estão 23 professores no quadro da EBIPV e 10 professores contratados, mas têm 7 professores destacados noutras escolas, por afetação, tal como têm 8 professores destacados de outras escolas, na EBIPV;
- Não têm professores com horários zero na EBIPV; a EBIPV tem um professor destacado da ESVN;
- Não tem informação sobre os resultados ao nível de Ensino Secundário, mas que os resultados do final do 3.º ciclo na EBIPV tem vindo a melhorar e apresentam melhores resultados que os da ESVN.

A deputada Catarina Moniz Furtado perguntou quantos laboratórios de Biologia e Ciências Físico-Químicas a EBIPV tem e quantos perspetivam fiquem inativos de forma definitiva; qual o espaço que têm afeto à Educação Especial; e, quanto ao projeto educativo e polos referenciados pela primeira subscritora, a deputada diz acreditar que esta transição será realizada de forma faseada, de modo a que os alunos que já iniciaram o 3.º ciclo na EBIPV o possam terminar na mesma e que esta transição será para os que entrem para o 3.º ciclo agora. A deputada pediu que a primeira subscritora esclarecesse se, quando fala em melhores resultados, refere-se a classificações internas ou a exames nacionais ao nível do 9.º ano?

A primeira subscritora respondeu que a EBIPV tem 3 laboratórios de Ciências Naturais, 1 laboratório de Química e 1 laboratório de Física. Quanto à Educação Especial, a EBIPV dispõe de 6 salas num corredor específico para os alunos pertencentes ao UNECA e também de um espaço próprio para o programa Oportunidades. Acrescentou que os alunos com necessidades

educativas especiais têm elevador, andarilhos e outros equipamentos. Em relação ao projeto educativo da EBIPV, a primeira subscritora defendeu que haverá um descontinuar desse mesmo projeto, elaborado para o ciclo todo e que este não é igual ao da ESVN, o que se vai repercutir nos alunos como um retrocesso não só em termos tecnológicos, como educativos.

Respondendo à pergunta dos resultados finais do 9.º ano, a primeira subscritora esclareceu que a informação que dispõe é referente aos exames nacionais ao nível do 9.º ano de escolaridade.

A deputada Catarina Moniz Furtado interveio novamente para perguntar qual a interação existente entre os órgãos de gestão dessas escolas, no sentido de se pensar num projeto educativo conjunto e fomentar sinergias, cumplicidade e trabalho de equipa entre as escolas em questão.

A primeira subscritora sublinhou que sempre existiu cumplicidade entre as duas escolas, estando inseridas numa comunidade bastante alargada, uma escola não invalida a outra; quanto ao projeto educativo cada escola tem o seu, o que permite aos pais optarem por terem os filhos concentrados num mesmo espaço (independentemente do projeto educativo) ou escolher a escola de acordo com o projeto educativo, não tendo conhecimento de alguma vez ter havido intenção de o fazer conjuntamente.

Por fim, a deputada Judite Parreira questionou se existe algum constrangimento por parte dos professores do 3.º ciclo da EBIPV em transitarem para a ESVN e porquê, ao que a primeira subscritora respondeu que, do que tem conhecimento não existe qualquer constrangimento nessa transição. O corpo docente irá para onde for necessário ir; a problemática desta questão não diz respeito aos professores, mas aos alunos. A EBIPV tem mais condições instrumentais que a ESVN, o que vai resultar num retrocesso para os alunos ao serem transitados de uma escola para a outra.

2) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, DR. LUIZ FAGUNDES DUARTE

A audição do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (SRECC) teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Angra do Heroísmo, a 07 de fevereiro de 2014. Este, começou por explicar, a título prévio, que o Sistema Educativo deve ser pensado como um todo e não ser particularizado. O SRECC explicou que a razão desta medida vem ao encontro do que se verifica nas restantes ilhas onde existem Escolas Básicas Integradas e também Secundárias, partindo do princípio que a própria tipologia das escolas e características do corpo docente assim o justificam. Neste caso em particular, a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória (EBIPV) tem professores dos 2º e 3º ciclos e a Escola Secundária Vitorino Nemésio (ESVN) tem professores do ensino secundário com habilitação de 3º ciclo, mas em número insuficiente; portanto, não faz sentido do ponto de vista pedagógico e de recursos humanos que proceda à contratação de novos professores quando os têm na EBIPV. Salienta ainda que, as Escolas Básicas Integradas estão preparadas para lecionar os 1º e 2º ciclos e que as Escolas Secundárias estão preparadas para lecionar o 3º ciclo e Ensino Secundário. Referindo-se à petição, o SRECC explica que os motivos indicados na mesma não estão em questão; a ESVN tem a tipologia de todas as escolas do 3.º ciclo do Ensino Básico e Secundário, com todas as condições ao nível de equipamentos necessários e em termos de quadro docente; os professores que fazem parte do quadro da EBIPV poderão transitar igualmente para a ESVN pois pertencem ao mesmo grupo de recrutamento. Esclareceu ainda que, os alunos do 3.º ciclo da EBIPV são os únicos em toda a Região a frequentarem uma escola com tipologia de EBI, e o sistema educativo da Região não deve ser gerido por interesses parcelares, mas encarado na perspetiva do próprio sistema educativo. Se assim fosse, seria então necessário rever a situação dos alunos do 3.º ciclo dos concelhos da Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento, com as intervenções dos deputados Aníbal Pires, Judite Parreira, Ana Espínola e Catarina Moniz Furtado.

O deputado Aníbal Pires disse que, após ouvir as considerações do SRECC, lhe suscita a dúvida se este concordará com um sistema educativo em que haja 2 ciclos no Ensino Básico e 2 ciclos no Ensino Secundário.

A deputada Judite Parreira questionou o SRECC sobre quais os motivos que o levaram a fazer esta alteração, uma vez que o mesmo já aludiu questões de ordem pedagógica e de gestão do Sistema Educativo, mas a deputada lembrou que a Escola Tomás de Borba, em São Carlos, tem o mesmo tipo de oferta educativa, para não mencionar que além desta existem outras escolas como a Escola Ferreira Drumond e a Escola dos Biscoitos, que lecionam também o 3.º ciclo; levantou também a dúvida se havendo professores que se encontrem em horários zero na EBIPV poderão ser deslocados para outra escola, questionando qual o seu número; questionou ainda se, esta transição terá ou não como consequência a redução de professores nestas escolas e se irão ou não aumentar as turmas para além do valor padrão, referindo que a ESVN não consegue suportar turmas com maior número de alunos devido à dimensão das salas de aula e que em contrapartida, a EBIPV tem salas de Ciências Físico-Química recentes, questionando também qual a finalidade que o SRECC pretende dar às mesmas; por outro lado a deputada perguntou ainda, quanto o SRECC estima poupar com esta transição, e por último levantou a questão relativa aos funcionários afetos ao 3.º ciclo da EBIPV, se estes também transitarão para a ESVN.

O SRECC, em resposta ao deputado Aníbal Pires, esclareceu que não tem nada contra o atual Sistema Educativo, e que este assunto agora em discussão é um dos pontos que deve ser ajustado a esse sistema. O facto de aproximar o 3.º ciclo ao Ensino Secundário prende-se com questões de ordem pedagógica, pelo entendimento que existe em relação ao nível cognitivo, etário e disciplinar se aproximar mais do Ensino Secundário. O facto dos professores habilitados a lecionar o 2.º ciclo não poderem concorrer para lecionar o 3.º ciclo é esclarecedor quanto aos critérios pedagógicos existentes.

Em relação às questões colocadas pela deputada Judite Parreira, o SRECC reforçou a ideia de que o Sistema Educativo deve ser gerido como um todo, sem estabelecer qualquer distinção; permanecer na EBIPV apenas porque os laboratórios são bons não é motivo suficiente; o facto de se afirmar que a escola foi apetrechada com esses laboratórios, deve-se exclusivamente às opções da altura em que foram construídos, existindo sempre a possibilidade de lhes destinar outras funções. Explicou ainda que a fundamentação desta decisão não é económica, e que em relação aos professores estes poderão acompanhar os alunos, por deslocação entre quadros. As turmas manterão o número considerado valor padrão e os professores serão contratados de acordo com as necessidades para essas turmas. Quanto à Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, o SRECC ressaltou que esta também tem ensino pré-escolar e ainda, componente de ensino artístico, não esquecendo que está inserida num meio com o dobro da população.

A deputada Ana Espínola considerou que este episódio traz à tona a questão do encerramento de escolas e questionou o SRECC quais as que este considera necessárias encerrar, ao que este respondeu que, neste momento esse assunto não está na ordem do dia, mas que se encontra disponível para discutir essa problemática de escolas com poucos alunos ou ainda por estarem integradas em meios socioeconómicos desfavorecidos, onde se torna importante ponderar o que será mais benéfico para essas crianças – permanecerem nesse ambiente sócio escolar ou, em alternativa, deslocá-las com transporte e alimentação e integrá-las num contexto social diferente. Nesta sequência lembrou que, a EBIPV foi construída no pressuposto que outras escolas iriam encerrar e os alunos seriam integrados nesta, logo, numa ótica de que não ficaria com salas desocupadas. Mas, independentemente disso, mais importante é não perpetuar a permanência indevida de alunos numa escola onde não devem pertencer.

A deputada Judite Parreira insistiu que o SRECC ao afirmar que não haverá redução de professores este ano, nada garante que no próximo isso não seja uma realidade e, considerou ser importante saber a razão da EBIPV ter

recebido pedidos de afetação por parte de alguns professores da ESVN. Defendeu também que esta decisão implicará encargos financeiros numa escola, como a ESVN, que conta com 22 anos, com algumas infiltrações e opta por encerrar um bloco da EBIPV que tem apenas 10 anos de construção. Para além disto, a deputada ainda referiu que a EBIPV por ser uma escola mais pequena dispunha de melhores horários, permitindo aos alunos frequentar outras atividades, como por exemplo o Conservatório. Desta forma, irão para uma escola maior, com horários mais difíceis, implicando desistir de frequentar essas atividades. Por último, e independentemente dos pareceres das Assembleias de Escola, questionou o SRECC se este considera ou não a hipótese de retroceder nesta decisão.

A deputada Catarina Moniz Furtado interveio para demonstrar uma outra visão acerca da presente discussão, considerando muito positivo que seja motivo de discussão o facto de existir escolas em excesso e infraestruturas com qualificações a mais, em contraste com tempos em que as reivindicações eram a construção e requalificação do parque escolar. Considerou importante reter as considerações do SRECC quando este referiu que o encerramento de escolas será em função dos benefícios para o aluno, salientando que o convívio entre alunos do 3.º ciclo e jovens adultos do Secundário será com certeza privilegiado. E acrescentou também que, considera prematuro opinar sobre o número de escolas a encerrar, uma vez que tal facto dependerá do número de alunos inscritos nas escolas, e deu como exemplo o facto de ter existido dois níveis de ensino na mesma sala de aula, apenas para manter a escola aberta na respetiva freguesia. Manifestou a sua opinião desfavorável em relação a situações deste género.

O deputado Aníbal Pires sublinhou que a discussão não se centra no facto de existirem instalações escolares em excesso; a realidade passa por uma redução da população, designadamente a população escolar como também, por outro lado, a questão também poderá ser abordada por grandes erros do parque escolar, para satisfação de interesses, erros de ordenamento do território e erros de ensino, que levaram ao encerramento de escolas nas zonas rurais. Refutou

também a ideia de haver vantagens no desenraizamento precoce das crianças dos seus locais de residência, apenas para as integrar noutras escolas.

O SRECC esclareceu a deputada Judite Parreira que, , entende que o Sistema Educativo Regional não se pode compadecer com interesses de ordem pessoal ou partidária; e, que neste aspeto temos em análise escolas com tipologias diferentes: uma direccionada para lecionar o 1.º e 2.º ciclos e a outra direccionada para lecionar o 3.º ciclo e Ensino Secundário. Quanto às atividades extra escolares, o SRECC fez a observação que as escolas em questão distam entre si 200 metros, não sendo por isso impeditivo para as crianças continuarem a frequentar as atividades extra escolares habituais.

Por último, o SRECC reforçou as suas afirmações quanto a não haver redução de professores, não haver aumento do número de alunos por turma, e que serão criadas todas as condições para que, nos próximos três anos todos os professores estejam integrados nas escolas a que correspondem as suas qualificações; não se trata de razões economicistas, mas sim de uma melhor gestão de recursos; esta medida reflete uma necessidade do sistema educativo regional, nomeadamente de equiparação em relação a escolas com a mesma tipologia em outras ilhas.

Pareceres rececionados, que fazem parte integrante do presente relatório:

- Assembleia de Escola, da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória;
- Assembleia de Escola, da Escola Secundária Vitorino Nemésio, e ainda o parecer, enviado por iniciativa própria do:
- Conselho Executivo da Escola Secundária Vitorino Nemésio.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 588 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 192° do respetivo Regimento;
- 2) Considerando que tem sido regra no sistema educativo regional que em todos os concelhos onde haja, concomitantemente, uma Unidade Orgânica de tipologia Escola Básica Integrada e uma Unidade Orgânica Escola Secundária, se juntar, progressiva e faseadamente, o 3° ciclo do ensino básico com o ensino secundário. A exceção são as Unidades Orgânicas que ministram desde o pré-escolar até ao final do secundário incluindo o ensino artístico, tendo em conta as características físicas infraestruturais e de equipamentos que tais unidades requerem.
- 3) Considerando ainda, que este princípio subjaz ainda aos normativos que regem, a nível nacional, **o processo de seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário**, em que os grupos de recrutamento se encontram segmentados em 2° ciclo por um lado e 3° ciclo e secundário por outro.

Assim, os docentes que lecionam o 3° ciclo do ensino básico estão simultaneamente habilitados profissionalmente para o 3° ciclo e ensino secundário, pelo que podem ser rentabilizados lecionando quer o 3° ciclo do ensino básico quer o ensino secundário.

Existe na EBI da Praia da Vitória os docentes do 3° ciclo do ensino básico e ensino secundário dos quadros, cujos lugares serão extintos à medida que vagarem. Os docentes transitarão, progressivamente, ao longo dos próximos três anos letivos, da EBIPV para a ESVN, juntamente com os alunos.

- 4) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, declarou manifestar-se favoravelmente quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora, Arlinda Nunes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Domingos Cunha

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. governantes:

O CDS-PP gostaria de começar por saudar os peticionários pela sua ação cívica e democrática, tanto os da petição que agora nos chega com 588 assinaturas, bem como aqueles que pela mesma razão enviaram uma petição à Secretaria Regional de Educação, Ciência e Cultura, com 1455 assinaturas, e que foi incapaz de inverter a decisão do Senhor Secretário Regional.

Ora, defende o Senhor Secretário Regional que “não faz sentido do ponto de vista pedagógico e de recursos humanos que se proceda à contratação de novos professores quando os têm na EBI da Praia da Vitória.”. Essa justificação é tudo menos uma justificação pedagógica. Do ponto de vista da correta gestão de recursos humanos faz sentido não se contratar docentes quando não precisamos deles, mas não parece ser esse o caso. Os professores da EBI da Praia da Vitória cumprem com o estipulado na lei, quer isso dizer que tem carga horária adequada e turmas dimensionadas de acordo com os parâmetros definidos pelo Governo Regional. Assim sendo onde entra a justificação pedagógica?

Como se resolve o problema da falta de professores na Secundária Vitorino Nemésio quando irá crescer, com a transferência de alunos da EBI da Praia da Vitória, as turmas do 3º ciclo? Se os professores do 3º ciclo forem dar aulas no Secundário, continuarão a faltar professores para o 3º ciclo para essa escola. Por outro lado, a Escola Secundária Vitorino Nemésio ficará temporariamente sobrelotada com alunos resultantes dessa transferência. Tal decisão fará diminuir a qualidade do ensino, porque vai piorar a gestão dos horários e como consequência poderá aumentar o insucesso escolar. Como se justifica isso pedagogicamente.

Acresce que os resultados do terceiro ciclo na EBI da Praia da Vitória são melhores que os resultados do 3º ciclo da Escola Secundária Vitorino Nemésio. Essa reorganização serve para melhorar o desempenho dos alunos e por consequência aumentar o sucesso escolar? Evidentemente que não.

A outra justificação dada pelo senhor Secretário Regional, para a reorganização da EBI da Praia da Vitória é que é uma exceção à tipologia de EBI. Afinal qual é a tipologia das EBI? A Escola Básica e Secundária, por exemplo, Mouzinho da Silveira no Corvo também não é uma exceção à tipologia de escolas?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Oh, homem! Leia o texto!

O Orador: Não possui também, por exemplo, a Escola Básica e Secundária Tomaz de Borba na Terceira uma tipologia que é exceção a todas as outras escolas da Região Autónoma dos Açores?

Afinal qual é o problema das escolas-exceção quando funcionam e até parecem produzir melhores resultados que as outras?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É uma criação do Partido Socialista!

O Orador: Como se justifica que um edifício renovado, com adequados meios didáticos, onde se investiram milhares de euros seja daqui a três anos praticamente abandonado? O que é que se ganha com isso?

Qual é o ganho económico dessa medida? Qual é a avaliação custo-benefício dessa medida?

É sabido que quando se deslocalizam escolas ou locais de concentração de pessoas, que os pequenos negócios que se desenvolveram em torno dessas infraestruturas vão à falência e colocam no desemprego de algumas pessoas. Quantos pequenos negócios e quantos desempregos criará essa reorganização? Manter empregos não é importante nestes tempos de crise?

Defende o Senhor Secretário “que aproximar o 3.º ciclo ao Ensino Secundário prende-se com questões de ordem pedagógica, pelo entendimento que existe em relação ao nível cognitivo, etário e disciplinar desses alunos que ficarão melhor servidos junto de alunos do Ensino Secundário”. Não sei qual foi o psicólogo que pode ter dito uma coisa dessas.

Se tivéssemos estudado as dificuldades dos alunos dos Açores, verificaríamos facilmente que os níveis de insucesso na maioria das escolas aumenta do 1º ciclo para o 3º ciclo, podendo isso querer significar que há dificuldades dos alunos do terceiro ciclo nas operações formais. Parece ser essa a nossa realidade.

Onde está o estudo que demonstra que a preocupação pedagógica do Senhor Secretário está correta?

No que respeita ao sucesso escolar, só interessa o que funciona, e não o que se teoriza a partir de um modelo de desenvolvimento cognitivo que não interpreta a realidade.

A justificação para a exceção para a Escola Tomaz de Borba, em oposição à tipologia da EBI da Praia da Vitória, é que a escola está inserida num meio com o dobro da população. Onde está o estudo que diz que a dimensão da população envolvente tem efeitos no sucesso escolar?

Possui a Escola Secundária Vitorino Nemésio espaços adaptados a alunos com deficiências, como existe na EBI da Praia da Vitória? Isso não é algo a ter em consideração na reorganização da rede escolar?

Não parece existir um argumento válido para a reorganização da rede escolar da Praia da Vitória por várias razões:

-Pelo exposto pela primeira peticionária o sucesso escolar é maior na EBI da Praia da Vitória do que na escola que se situa a 200 m desta, logo o argumento pedagógico não parece ser válido.

-A EBI da Praia da Vitória cumpre com os parâmetros legais: números de alunos por turma e não tem professores com horário zero, logo não contribuirão para fazer face à falta de pessoal na Escola Secundária Vitorino Nemésio. Ou seja, não há otimização de quaisquer recursos.

-A Escola Secundária Vitorino Nemésio ficará sobrelotada, com dificuldade de gerir espaços de aulas e cantinas, situação que só se prevê que melhore nos próximos três ou quatro anos, logo, a medida vai provocar problemas de gestão de espaço e de horários nessa escola, prejudicando os alunos das duas Escolas.

-O esvaziamento da EBI da Praia da Vitória, terá consequências nefastas em termos económicos e no emprego dos pequenos estabelecimentos em torno da escola, o que é socialmente desaconselhável.

-A EBI da Praia da Vitória tem espaços adaptados a alunos com mobilidade reduzida, o que não acontece com a escola para onde se os pretende transferir.

-A EBI da Praia da Vitória possui melhores materiais didáticos do que a escola para onde se pretende transferir esses alunos.

-Não há qualquer estudo que demonstre que os alunos do 3º ciclo têm maior sucesso escolar quando coabitam com alunos do ensino secundário.

-O investimento feito na EBI da Praia da Vitória é desaproveitado e não há qualquer valorização do espaço da Escola Secundária Vitorino Nemésio.

-Afim o que é que se ganha com essa transferência? Se se ganha alguma coisa, o Senhor Secretário deveria explicar-nos claramente.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não posso!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): O Governo não pode falar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

Deputada Judite Parreira (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD/Açores começo por saudar os cerca de seiscentos cidadãos subscritores desta petição, na pessoa da primeira signatária, a professora Maria Eugénia Silveira, pela sua participação cívica e pela boa prática de cidadania que uma petição pública envolve.

A petição em análise tem por base o descontentamento da comunidade educativa da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, face às intenções manifestadas pelo Senhor Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura em reorganizar a rede escolar no concelho da Praia da Vitória, extinguindo a oferta de ensino do 3º Ciclo do Ensino Básico na Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, passando-o integralmente e de uma forma faseada para a Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio a partir do próximo ano letivo.

Há 22 anos que esta situação se verifica na Praia da Vitória. No interesse de alguém? Sim Senhor Secretário, no interesse pedagógico dos alunos do concelho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nestes 22 anos (17 dos quais de Governos PS), nenhum secretário (e foram vários), equacionou a hipótese de efetuar esta reorganização. Pelo contrário, há apenas 10 anos, o Governo investiu milhões do erário público em obras de grande vulto na Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória (que bem necessitada estava, diga-se), dotando-a das condições necessárias para receber alunos do Pré-escolar ao 3º Ciclo, equipando-a com modernos laboratórios de Ciências Naturais e Físico-Químicas, com computadores, projetores e quadros interativos em todas as salas de aula, e foi motivo de orgulho do Governo de então e dos praienses em geral. Onde é ministrado também o Ensino Artístico a alunos de todos os Ciclos de ensino.

Por outro lado, a Escola Vitorino Nemésio tendo a tipologia de todas as escolas secundárias, possuindo recursos físicos e humanos para a integração na escola de todos os alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico da área pedagógica da Praia da Vitória, contribuindo para um maior equilíbrio entre o número de níveis de ensino a oferecer pelas Unidades Orgânicas do Concelho é um edifício com 22 anos, com necessidades de intervenção e que independentemente de haver, ou

não, a integração de alunos do 3º Ciclo já no próximo ano letivo, necessita de obras que minimizem o desgaste sofrido ao longo dos anos, nomeadamente infiltrações. Necessita, ainda, de obras que garantam as condições de mobilidade a alunos portadores de deficiência e a alunos com mobilidade reduzida.

Mas, e para poder receber mais alunos, tem também de garantir a capacidade do refeitório e de espaços letivos que permitam que as aulas sejam ministradas em salas destinadas a esse fim e não outros espaços.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores não tem preferência por um estabelecimento de ensino em detrimento do outro, pelo que não somos contra o reordenamento da rede escolar em si. Somos sim contra a má gestão dos dinheiros públicos, contra a construção de escolas sobredimensionadas, para, passados alguns anos, serem encerradas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ou será que as salas que ficarão vagas na EBI não são para encerrar? Até agora ninguém sabe ao certo que fim lhes será dado (é mistério)! Temos, porém, a palavra do Senhor Secretário da tutela de que não serão encerradas escolas do 1º Ciclo no concelho para que os alunos sejam instalados nas referidas salas. Também somos contra a forma apressada e baseada em suposições com que o processo está a ser encaminhado.

Não existe fundamento com base na qualidade do ensino ministrado nas duas escolas.

Não existe a garantia de que a nova escola profissional da Praia da Vitória esteja concluída já no início do próximo ano letivo, permitindo a integração de mais alunos da Escola Vitorino Nemésio no ensino profissional. (Aliás, ao ritmo a que as obras estão a decorrer, nem no início do próximo ano civil a escola estará concluída).

Existe, sim, a necessidade de que sejam garantidas as condições para que a reorganização se processe sem prejuízo para os alunos, de forma a que os resultados escolares não sejam postos em causa.

Existe, sim, a necessidade de que a Escola Vitorino Nemésio seja dotada de equipamentos semelhantes aos existentes na Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória, para que os interesses físicos e pedagógicos dos alunos fiquem defendidos.

Existe, sim a necessidade de acautelar a oferta educativa do Ensino Artístico, com horários que permitam a deslocação dos alunos de uma escola para a outra em tempo útil.

Existe, ainda a necessidade de garantir que todos os professores acompanharão os seus alunos, não havendo lugar a despedimentos e que a manutenção do pessoal não docente será salvaguardada, numa e noutra escola.

Assim, o PSD/Açores entende que as opções políticas e os interesses economicistas do Governo não se devem sobrepor aos interesses pedagógicos dos alunos e que o Governo Regional deve apreciar e rever a sua posição de reorganizar a Rede Escolar no Concelho da Praia da Vitória, não pondo em prática a medida sem que antes fique garantido que todas as condições expostas serão salvaguardadas, por forma a assegurar a estabilidade do ensino em ambas as escolas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A petição sobre a reorganização da rede escolar da Praia da Vitória é compreensível e é de saudar. Aliás, foi com gosto que ouvi a Sra. Deputada Judite Parreira também saudar os signatários, os peticionários, uma vez que é o mesmo partido que pôs um projeto de resolução a esta casa para impedir uma petição de cá chegar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Impediu o quê, Sra. Deputada?

A Oradora: Esta petição é compreensível na ótica dos pais e encarregados de educação que naturalmente face a uma alteração anunciada, e com os consequentes receios das mudanças, se organizaram e se manifestaram a esta casa.

É de louvar, numa altura em que por vezes se queixam e nos queixamos da falta de atenção e da falta de envolvimento na vida escolar por parte das famílias. Neste caso estamos perante uma atividade salutar e preocupada com a sua comunidade educativa.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Contudo, é importante tranquilizar os peticionários com o cabal esclarecimento que foi possível apurar na apreciação da petição em sede de comissão.

Importa assim referir que os alunos vão transitar de modo faseado da escola EBI, portanto, da Básica e Integrada da Praia da Vitória, para a Vitorino Nemésio. Ou seja, os alunos que estão a frequentar o 3.º ciclo vão continuar na Francisco Ornelas da Câmara até terminarem o seu ciclo e apenas os que estão no 6.º ano, e que concluírem o 6.º com aproveitamento, iniciarão o 7.º ano na Vitorino Nemésio. Desta forma não há interrupções nem de projetos educativos, não há interrupções em relação aos professores que acompanham os seus alunos, não há sobrelotação da Vitorino Nemésio.

Isto foi-nos dito em sede de comissão e foi explicado pelo Sr. Secretário exatamente para podermos esclarecer.

Temos assim garantido que não haverá interrupções, nem mudanças, como eu dizia.

Há também condições infraestruturais na Vitorino Nemésio de acordo com as declarações do Sr. Secretário e sobretudo de acordo com quem está na escola com o parecer recebido pela própria escola Vitorino Nemésio que fez o favor de anexar quadros dos seus espaços físicos que demonstram que, sendo uma mudança faseada, ...

Deputada Judite Parreira (PSD): Baseada em suposições!

A Oradora: ... não haverá sobrelotação nos seus espaços para receber de forma cabal e com condições de ensino e de aprendizagem quer ao nível infraestrutural, quer ao nível de equipamentos e de recursos.

As razões aduzidas pelos peticionários relativamente à disponibilidade de salas de aula que ficarão na Francisco Ornelas da Câmara, nomeadamente os laboratórios de ciências naturais, quer de biologia, da física e da química, consideramos que tendo em conta as metas curriculares do 2.º ciclo do ensino básico, entende-se que esses recursos laboratoriais devem ser potenciados para incrementar as vertentes experimentais de disciplinas afins das ciências, utilizando condições ímpares se tivermos em conta que os rácios de equipamentos, como microscópios e material de laboratório por aluno, ficarão numa situação muito, muito imparável em relação a outras escolas desta Região, para não falar em termos do país.

Importa ainda por último referir que a Praia da Vitória tem uma particularidade pouco comum noutros concelhos da Região, a proximidade física de três equipamentos escolares complementares: a EBI da Praia da Vitória, portanto, com a Escola Francisco Ornelas da Câmara; a Escola Vitorino Nemésio e a Escola Profissional da Praia da Vitória.

Assim, e para já, o receio do fecho e encerramento de pequenos estabelecimentos creio que fica posto de lado. Assim (e como dizia) e tal como tem sido feito (e as peticionárias afirmaram que sempre existiu cumplicidade entre as duas escolas e os seus órgãos de gestão), deve potenciar-se essa proximidade para uma maior interação dos 3 equipamentos, promovendo ações de iniciativa tripartida e caminharem de preferência para a elaboração de projetos educativos complementares, ou quem sabe, até de um projeto educativo comum que integre os 3 planos atuais anuais de atividades, servindo assim a mesma comunidade educativa.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP saúda os peticionários nesta iniciativa cidadã que nos traz um problema que, sendo muito localizado (tem a ver com o concelho da Praia da Vitória e com a reestruturação que a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura pretende levar a cabo), traz-nos aqui à discussão algumas questões que me parecem importantes.

Desde logo é necessário percebermos que o ensino dito ensino básico está organizado em 3 ciclos de ensino: 1.º, 2.º e 3.º. Portanto, do 1.º ao 4.º ano; do 5.º ao 6.º ano e do 7.º ao 9.º ano.

Este é o ensino básico e também como todos sabemos estes 3 ciclos estão organizados no ensino básico, porque são sequenciais, porque se pretende que os alunos ao fim do cumprimento do ensino básico tenham um conjunto de competências e um perfil idêntico que é idêntico para todos os cidadãos nacionais.

É evidente que também sabemos que há vontade de introduzir alterações a este modelo organizacional, mas a verdade é que ele não aconteceu e a lei de bases do sistema educativo, do sistema de ensino no país e na Região, tem o ensino organizado desta forma o que conduziu a que o parque escolar até determinada altura funcionasse com escolas do 1.º ciclo, depois com escolas do 2.º e do 3.º ciclo (algumas ainda estão em funcionamento) e com escolas secundárias onde estava o 3.º e o ensino secundário.

Mas a verdade é que estas coisas não acontecem por acaso.

Depois temos aqui outras questões que entretanto, nos últimos tempos, se começaram a verificar no país (e no país pela mão do Eng. José Sócrates, pela mão do Partido Socialista), que foi a concentração da população escolar e o encerramento, no caso do continente português, de milhares de escolas e aqui também o encerramento de muitas escolas com os efeitos perversos que isso teve em termos da própria coesão territorial e social.

Aliás, não me canso de referir aqui o exemplo de S. Jorge, cujas freguesias foram, digamos, alvo de destruição por opções que foram feitas em termos

económicos na ilha de S. Jorge, com a concentração da produção de queijo na Uniqueijo e depois com a concentração e com o encerramento de escolas nas freguesias rurais no norte de S. Jorge.

Mas a verdade é que também aqui na Região este fator contribuiu para que houvessem algumas alterações. A verdade é esta e não se compreende efetivamente que, sendo aquela escola, a escola EBI da Praia da Vitória, uma escola dimensionada para ter o 2.º e o 3.º ciclo e sendo o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico, haja algum motivo de ordem pedagógica que leve a transitar os alunos para um estabelecimento de ensino, para uma unidade orgânica que foi dimensionada e vocacionada para o ensino secundário.

Dir-me-ão que há aqui um outro fator que deve ser tomado em consideração, que tem a ver com a questão dos docentes e a habilitação dos docentes, que os docentes do 3.º ciclo e do secundário têm os mesmos grupos de recrutamento. É verdade, sim senhor, mas a sobrepor a isso tem de facto aqui um modelo organizacional de ensino que ainda existe na Região que é: o ensino básico é até ao 9.º ano e o 2.º e o 3.º ciclo fazem parte do ensino básico.

Portanto, não há aqui nenhum motivo, nem de rentabilização dos recursos, nem motivos de ordem pedagógica que justifiquem esta opção do Governo Regional. É isso que nos quer parecer.

Julgamos, portanto, que este é efetivamente um erro que se está a cometer. Um erro porque não há justificação alguma que leve a esta tomada de posição.

Lamentavelmente sabemos que antes desta petição houve uma outra petição, ainda com um maior número de assinaturas, que solicitava que esta questão fosse tomada em consideração e ela não foi tomada em consideração.

De facto, para o PCP, esta decisão não é compreensível e as justificações que o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura acabou por dar na comissão julgo que não são convincentes e que não sustentam em si mesma aquela decisão. A decisão foi uma decisão puramente administrativa e não teve efetivamente, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, nenhuma consideração de índole pedagógica ou de gestão de recursos humanos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começo obviamente por saudar os peticionários e as peticionárias, cujo número sendo suficiente para subir a plenário e ser aqui avaliada por este Parlamento, é nele próprio um sinal da preocupação e do significado que esta problemática, que esta questão levanta direta e indiretamente à comunidade escolar que está envolvida, tanto mais que nós sabemos que neste momento estamos a falar de cerca de 600 assinaturas, mas de facto houve um abaixo-assinado enviado à Direção Regional da Educação, do qual constavam 1.455 assinaturas. É bem revelador não só da preocupação, como eventualmente do convencimento da justeza das suas pretensões.

De acordo com os peticionários e as peticionárias trata-se de pedir a este Parlamento que aprecie e reveja a posição do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura em extinguir o 3.º ciclo do ensino básico ministrado na Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória e a sua conseqüente passagem integral, ainda que faseada, para a Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio.

É uma petição, no seu conteúdo, singela (poderíamos dizer), simples, nada complexa, mas do nosso ponto de vista muito bem fundamentada na sua meia dúzia de considerandos e não resisto a dizer, a referir essa fundamentação.

A Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória possui uma infraestrutura moderna construída para receber alunos do 3.º ciclo do ensino básico; esta escola possui laboratórios de ciências naturais e ciências físico químicas devidamente equipados para o ensino das referidas disciplinas do 3.º ciclo do ensino básico; esta escola possui um corpo docente estável em todos os ciclos do ensino básico da educação pré-escolar e da educação especial; esta escola cumpre integralmente com a lei e não possui qualquer turma com o número de alunos para além da turma padrão; esta escola possui salas e equipamentos devidamente dimensionados para acolher turmas padrão em condições

favoráveis ao processo ensino/aprendizagem e, finalmente, esta escola garante um percurso formativo à maior parte dos seus alunos desde a educação pré-escolar até ao final do ensino básico, constituindo este facto uma mais-valia de forma alguma desprezável no sucesso educativo dos alunos.

Fiz questão de ler estes considerandos, estes breves e singelos considerandos, porque eles são absolutamente claros, inegáveis e levam-nos a levantar imediatamente a pergunta: então por que é que se vão alterar, por que é que se vai alterar esta situação e se vão transferir os alunos de uma escola para outra?

Ora, para além deste conteúdo singelo, como eu dizia, esta petição põe a nu, do nosso ponto de vista e daí também a sua importância, nomeadamente pela argumentação aduzida pelo Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, e pelo próprio Partido Socialista em sede de Comissão de Assuntos Sociais, as incongruências, contradições, avanços e recuos daquilo que deveria ser uma política educativa na Região Autónoma dos Açores.

Defende o Governo Regional e o Partido Socialista que a transferência dos alunos de uma escola para outra se deve, sobretudo, ou tem, duas componentes fundamentais.

Primeira, para garantir uma boa gestão de recursos humanos dos docentes.

Sr. Secretário Regional, o Bloco de Esquerda espera que a gestão dos recursos humanos docentes, entre aspas, na semântica do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, não queira dizer o mesmo que requalificação, entre aspas, quer dizer na semântica do Governo PSD/CDS na República, ou seja, uma e outra, desemprego. É uma expectativa nossa que não seja esse o significado.

Segunda razão apresentada pelo Governo Regional é uma razão, ou razões, do foro pedagógico e também do foro de desenvolvimento e amadurecimento dos alunos, quer do ponto de vista intelectual e físico, no seu contato, digamos, com alunos de uma fase etária diferente.

Ora bem, esta situação que referi coloca um problema, é que sendo assim o Governo Regional está a chegar à conclusão, mesmo não o admitindo, que as

megas escolas e os mega agrupamentos são um erro pedagógico e são um erro no desenvolvimento harmonioso dos alunos. É o que esta decisão em si mesma significa, pelo menos do ponto de vista implícito e que legitimamente se pode concluir.

Mas a incongruência e as contradições na política escolar têm ainda um outro aspeto: fazem-se obras de luxo numas escolas, mas depois mandam-se alunos para escolas mais degradadas. É exatamente a situação que nós estamos a falar, quando falamos na Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória e na Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio.

Ou seja, estamos face a um pensamento estratégico relativamente à educação que não diria de zero, mas que anda lá perto. É o tal avanço, recuo e alterações.

Ou então se calhar, na pior das hipóteses, Sr. Secretário, nada disto é uma incongruência, mas é uma decisão muito bem pensada. E porquê?

Porque todos sabemos que há pouco tempo foi anunciado em Angra do Heroísmo o nascimento de um colégio privado exatamente com resposta escolar para o 3.º ciclo do ensino básico e secundário.

Ora, corresponderá o pensamento estratégico do Sr. Secretário a uma necessidade pedagógica dos alunos em questão, ou a uma necessidade de arranjar alunos, de garantir alunos para este colégio?

É que também é público que o Governo Regional vai pagar 200 euros do erário público por aluno, por mês, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não, não! Isso é mentira!

A Oradora: ... para o 3.º ciclo do ensino básico e 250 euros para o ensino secundário.

Se é mentira, Sr. Secretário, ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): É mentira! Eu estou a dizer!

A Oradora: ... e aceito que seja mentira, tem de desmentir as notícias que vêm no jornal.

Deputado André Bradford (PS): Não pode!

A Oradora: Eu aceito que seja mentira, mas o Sr. Secretário tem que passar a desmentir as notícias erradas que vêm na comunicação social.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que para o Bloco de Esquerda o mesmo Secretário Regional e o mesmo Governo que reiteradamente neste Parlamento afirmam não haver dinheiro, não haver recursos para responder a todas as exigências da escola pública, se for verdade esta hipótese ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não é!

A Oradora: Se for! Estou a dizer se for verdade esta hipótese que estou a levantar, ela é grave, porque então teremos de chegar à conclusão que não há dinheiro para uma coisa, mas depois há dinheiro sempre para alguns.

Mas também tenho que dizer uma outra coisa, Sr. Secretário Regional: se for verdade ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não é!

A Oradora: ... (e volto a dizer que aquilo que eu sei, provavelmente é aquilo que qualquer outro cidadão sabe, é o que vem na comunicação social e que não foi desmentido), Sr. Secretário, aquilo que ainda hoje está a ser discutido na República, que é o chamado (e maldito, do nosso ponto de vista) “cheque ensino”, é algo que afinal já começa a ser aplicado ou começaria a ser aplicado na Região Autónoma dos Açores. Aliás, já está a ser aplicado em S. Miguel e agora passaria a estar aplicado na ilha Terceira.

Portanto, para finalizar, mais uma vez reitero a importância desta petição que, na sua singeleza de fundamentação e de propósitos, põe de facto a nu a real política do Partido Socialista para a educação e volto a repetir: incongruência na conceção e desqualificação da escola pública no seu objetivo e na sua prática.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria também de começar por saudar os peticionários.

Este processo envolveu um grande número de pais, famílias da comunidade educativa e também do concelho.

Tivemos um abaixo-assinado que contou com 1.455 assinaturas, uma petição com cerca de 600 assinaturas. Portanto, há uma participação muito ampla.

Noutros países da Europa existe uma prática de diálogo muito grande entre as instituições educativas e a comunidade educativa que integra essas escolas, nomeadamente as boas práticas na Europa do Norte são no sentido de serem observadas as questões que são colocadas pela comunidade educativa e na maior parte das vezes essas decisões, essa apreciação, é respeitada.

Neste caso, o PPM, a nossa posição é a seguinte. Nós percebemos a racionalidade que é preciso colocar na definição da nossa rede escolar. Nós compreendemos e acautelamos esse princípio.

Em segundo lugar, nós também consideramos que é fundamental, para ganhar a batalha do sucesso educativo, é necessário contar com os pais e a última coisa que nós podemos fazer, se queremos obter sucesso educativo, se queremos que as famílias se empenhem no âmbito do sistema educativo e também naquele que é o seu objetivo, que é o sucesso educativo das crianças, a última coisa com que nós podemos é contar com a animosidade dos pais e a não envolvência da comunidade educativa.

Portanto, Sr. Secretário, compreendo e tenho apoiado algum processo de reestruturação do sistema educativo e, aliás, já fiz propostas nesse sentido e quero referenciar-lhe essa matéria. Sei que o Sr. Secretário não pode responder (até acho que o Regimento nesta parte não corresponde àquela que é a necessidade também desta casa, mas isso é outro assunto), não lhe vou colocar nenhuma questão, estou apenas a fazer-lhe uma referência e deixar-lhe também aquela que é a minha opinião. Acho que deve discutir com a comunidade educativa, com os representantes da comunidade educativa esta questão pormenorizadamente.

Acho que o diálogo é sempre muito favorável. Acho que se devem criar também as condições, não digo que não se façam as alterações que estão propostas, mas tem que se garantir que as condições de funcionamento a que estas crianças tinham acesso, continuem a ser ótimas e tão boas como eram. Esta é uma vertente absolutamente fundamental.

Depois também quero dizer o seguinte. Veja por exemplo o caso do Corvo em que o pré-escolar funciona numa instituição privada. Aqui temos uma exceção à rede escolar que foi desenhada no resto da Região.

Já tive a oportunidade há 3 anos de apresentar uma proposta para que a rede do pré-escolar fosse integrada na escola básica e integrada exatamente com os mesmos argumentos com que os senhores avançam agora, que é necessário garantir a continuidade pedagógica numa mesma instituição. Um argumento que vale agora com que eu concordo (acho que é um argumento importante e é um argumento válido, cientificamente testado e pedagogicamente penso que irrefutável), também é o mesmo argumento que os senhores se recusam a considerar válido no caso da Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira, em que o pré-escolar funciona a uns metros, desligado, do ponto de vista do projeto educativo, de uma escola que tem 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e ensino secundário.

Faz algum sentido quando isto não se faz em mais nenhuma unidade escolar desta Região? Faz algum sentido?

Não faz! Mas agora para este caso específico já faz.

Portanto, esta incongruência, esta incoerência em que para os senhores cada caso é um caso, mas é gerido do ponto de vista político e não do ponto de vista pedagógico, que muitas vezes coloca os responsáveis educativos do Governo do Partido Socialista no descrédito, porque aquilo que é válido, aquilo que os dizem que pedagogicamente é irrefutável, que é este o caso (os senhores dizem: “Continuidade pedagógica entre o 3.º ciclo e o ensino secundário”), este argumento que os senhores agora apresentam de forma irrefutável, é o mesmo argumento em relação ao pré-escolar e 1.º ciclo que os senhores não consideram noutra situação, porque do ponto de vista político querem ter uma outra gestão e

querem ter outro tipo de prioridade que não corresponde àquele que é o interesse pedagógico naquela situação.

Portanto, é este conjunto de incoerências, é esta incongruência em relação àquilo que os senhores decidem caso a caso que depois desacredita este tipo de propostas.

Quero terminar sugerindo ao Sr. Secretário que ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está amordaçado!

O Orador: ... racionalize a rede escolar, com certeza, mas que o Sr. Secretário não deixe de ter um diálogo aberto com a comunidade educativa, porque teve uma ampla participação em relação a este processo, que se façam as reformas que se têm de fazer, mas acautelando em todo o momento o envolvimento da comunidade educativa, porque gerir as nossas instituições escolares contra os encarregados de educação, contra os pais, contra as famílias é a pior coisa que nós podemos fazer.

Portanto, da minha parte, considero que as questões que aqui foram levantadas são questões relevantes, compreendo os argumentos pedagógicos que são avançados, mas não deixo de apelar ao diálogo nesta matéria e que o Sr. Secretário, em relação a esta matéria, não tenha uma posição dogmática.

E já agora, no caso da ilha do Corvo, que já lhe falo há 2 anos nesta casa, pois que decida com aquilo que é o interesse pedagógico e a racionalização da rede escolar na ilha do Corvo. Portanto, que decida de uma forma racional e coerente também naquela situação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos assim este ponto.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Para uma interpelação.

Foram feitas aqui afirmações que denotam alguns erros ou deficiências de informação e gostaria de explicar.

Presidente: Sr. Secretário, percebo a sua posição, mas, aliás como o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu, esta figura regimental não permite que o Governo possa participar e por isso não lhe posso dar a palavra para os esclarecimentos que pretende fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas vai ter oportunidade a seguir!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h15.

(Eram 17 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 29 minutos)

Vamos avançar para o ponto 6 da Agenda da Reunião: **Projeto de Resolução n.º 57/X – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do DLR n.º 26/2012/A, de 19 de junho, Empréstimo de Manuais Escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

O Bloco de Esquerda, o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos;

O PSD de 20 minutos;

O CDS-PP de 13 minutos;

O PCP e PPM de 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar esta história pelo princípio e o princípio começa, do ponto de vista desta casa, no dia 23 de janeiro deste ano, quando a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou nesta Casa um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo Regional medidas para o cumprimento, pelas unidades orgânicas do sistema educativo regional, do Decreto Legislativo Regional nº 26/2012/A, de 19 de junho, com a epígrafe “Empréstimos de Manuais Escolares”.

Nesse nosso Projeto de Resolução pedíamos a urgência no debate e na análise desta problemática dado o interesse público e, diria mesmo, legal de que uma lei aprovada nesta Assembleia fosse cumprida por todas as unidades orgânicas.

Nesse sentido, o nosso Projeto de Resolução tinha dois pontos (tinhas duas resoluções, digamos assim). Primeira, recomendava ao Governo que tomasse as medidas necessárias para o cumprimento, em todo o sistema educativo regional, do Decreto Legislativo Regional sobre a epígrafe “Empréstimos de Manuais Escolares”; a segunda resolução dizia que “a Inspeção Regional da Educação exerça a fiscalização da conformidade do diploma com a prática das unidades orgânicas do sistema educativo regional”.

É bom lembrar que este Projeto de Resolução surge em janeiro deste ano depois de denúncias feitas pelo Bloco de Esquerda e por outros partidos, nomeadamente o CDS (até porque o Projeto de Decreto Legislativo Regional “Empréstimo de Manuais Escolares”, aqui aprovado nesta Casa é da sua autoria), fora desta Casa e dentro desta Casa, meses antes.

Vamos dizer isto de outra maneira:

Desde novembro de 2013 que o Governo Regional, pelo menos a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, tinha conhecimento de que havia alguma irregularidade a decorrer no cumprimento da lei dos empréstimos de manuais escolares.

Este pedido de urgência feito em 23 de janeiro foi reprovado pelo Partido Socialista com uma argumentação que eu tenho, necessariamente, que repetir, porque é importante para entendermos o seguimento do Projeto.

Nessa altura quem falou foi o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, para justificar o chumbo da urgência que foi aprovada por todos os outros partidos. Nessa justificação disse, entre outras coisas, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues:

“O Projeto de Resolução em causa apresentado pelo Bloco de Esquerda, no ver do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, carece de uma análise em comissão.” – em janeiro, Sras. e Srs. Deputados.

“Aliás, de acordo com os pontos resolutivos do próprio projeto em causa, é importante também nesta fase perceber qual foi o trabalho, qual é o trabalho efetivamente a ser realizado ou que está a ser realizado pela própria Inspeção Regional da Educação.” – volto a repetir, em janeiro. Afirmou isto o Sr. Deputado Lúcio, em janeiro, nesta Casa.

Continuou o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues:

“Importa realçar que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista temos todo o interesse que se cumpra de forma efetiva o Decreto Legislativo Regional em vigor sobre o empréstimo dos manuais escolares, tendo em conta o seu verdadeiro objetivo que é o objetivo social.”

E ainda acrescentou:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem era o Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Lúcio!

A Oradora: “Por estas razões apresentadas por nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vamos votar contra o pedido de urgência para que este Projeto de Resolução seja analisado [e agora reparem bem, Sras. e Srs. Deputados] de uma forma mais refletida em sede de Comissão de Assuntos Sociais.”

Na declaração de voto, após o chumbo, feita pelo mesmo Sr. Deputado, teve ele a ocasião de dizer, em janeiro:

“Peço a palavra para uma declaração de voto para que fique em Diário das Sessões [e ficou] que mais uma vez o Partido Socialista coloca os interesses

efetivos dos alunos à frente de quaisquer quezílias políticas que ao longo, infelizmente, dos debates da educação desta semana se têm revelado neste Parlamento.”

E acrescentou:

“...o que me faz lembrar claramente uma história [dizia o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues] que ouvia muito em pequeno quando a minha avó ia às compras e me dizia todos os dias uma história diferente.”

E continua o Sr. Deputado:

“Eu perguntava-lhe e ela [a avó do Sr. Deputado] dizia que a história foi alguém que contou.”

Conclusão do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues:

“O que veio aqui ser referenciado hoje foi isso mesmo.”

Eu interpreto isto com aquele ditado popular “quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto”, eventualmente.

Portanto, a avó do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues partia do princípio, se calhar correto, de que “quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto”.

O Sr. Deputado dava a entender que o Bloco de Esquerda, ao denunciar nesta Casa, através do seu Projeto de Resolução, o incumprimento, por parte da grande maioria das unidades orgânicas, desta legislação do “Empréstimo dos Manuais Escolares” estava a acrescentar um ponto ao conto.

Não estava!

O Sr. Deputado enganou-se, como teremos oportunidade de provar.

Para concluir o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues disse ainda:

“Mais uma vez o Grupo Parlamentar do Partido Socialista coloca este tema à comissão para que seja debatido de uma forma refletida e de uma forma consensual.”

Muito bem! Janeiro, Sras. e Srs. Deputados!

Fevereiro, março, abril... Comissão de Assuntos Sociais!

O que é que acontece em comissão?

O Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, na sua audição, disse o seguinte:

“(…) o Governo Regional entendeu reformular o pacote de apoio social escolar existente e apresentará oportunamente na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma proposta de alteração ao diploma da ação social escolar, que integrará os manuais, o material e os transportes escolares.”

Incumprimento? Quantas unidades orgânicas? Quais? Como é que não cumpriram? O que é que não cumpriram? O que é que se vai fazer para se fazer cumprir? Nada! Zero!

Ou seja, o que é que fez o Sr. Secretário Regional?

Apagou a história e agora diz o que vai fazer para a frente. Com toda a legitimidade. Pode fazer para a frente o que muito bem entender. Não pode é ilibar-se daquilo que está para trás, porque é responsabilidade da sua tutela.

Depois, o mesmo Sr. Secretário, respondeu a uma pergunta feita sobre, qual tem sido o papel da Inspeção Regional da Educação? Disse o Sr. Secretário:

“(…) que essa averiguação está a ser efetuada pela Inspeção Regional de Educação”

Estamos em abril, Sr. Secretário Regional, quando o senhor diz isto!

A denúncia foi feita em outubro e novembro de 2013.

O Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda veio a esta Casa, com pedido de urgência, em janeiro deste ano.

Em abril o Sr. Secretário diz que a Inspeção Regional da Educação ainda está a ver o que é que se passa. Trabalha muito esta Inspeção Regional.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Por acaso até trabalha!

A Oradora: E “relembrou que as unidades orgânicas tiveram orientações para proceder conforme, por circular de 5 de setembro de 2012. Concluiu, distinguindo as situações referidas: uma situação é a aplicação da lei em vigor, e outra situação, (...) é a nova versão do diploma da Ação Social (...)” que vai por aí aparecer.

Ou seja, relativamente aos factos, o Sr. Secretário, na realidade, não disse nada, a não ser que a Inspeção Regional da Educação anda desde novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril (meio ano, Sr. Secretário!) para ver se

descobre alguma coisa, coisa que todos os encarregados de educação, professores e cidadãos em geral, sabem o que é que se passa.

Se calhar não precisa perguntar à Inspeção. Pergunte-nos a nós que nós dizemos o que é que está a ser feito com a legislação dos manuais escolares.

Evidentemente que o Partido Socialista também votou contra, o que não deixa de ser uma coisa extraordinária, em sede de comissão. O Partido Socialista votou contra o cumprimento de uma lei que ele próprio aprovou neste Parlamento! Coisa mais bizarra e extraordinária é difícil de encontrar, mesmo na Madeira, que é, enfim, um dos exemplos máximos da bizzarria.

Mas vamos continuar. A propósito desta afirmação do Sr. Secretário Regional, de que todas as unidades orgânicas tiveram orientações para cumprir, eu gostava de aqui referir, porque é merecido, alguns dos pareceres que foram emitidos pelas unidades orgânicas e diferentes entidades a quem a Comissão de Assuntos Sociais e muito bem, pediu opinião.

Por exemplo, a Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada diz o seguinte:

“A Santa Casa considera a iniciativa de empréstimo de manuais escolares muito positiva, uma vez que promove a igualdade de oportunidades no acesso aos mesmos.

Considera também que a criação do fundo bibliográfico e as condições de empréstimo promovem a responsabilidade individual e a consciência social”.

Diz ainda que “face ao explanado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, a direção desta escola [desta escola da Santa Casa da Misericórdia] concorda que a Inspeção Regional da Educação faça uma fiscalização às unidades orgânicas onde estas situações ocorrem, de modo a que não haja situações discriminatórias nos seus procedimentos”.

Mais uma, desta vez o parecer da União das Associações e Representantes de Pais e Encarregados de Educação da Unidade Orgânica EBI Roberto Ivens, que diz:

“O regime estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional [Empréstimo de Manuais Escolares] é um regime universal, quer quanto aos graus de ensino

abrangidos, quer quanto aos seus beneficiários, pois destina-se a alunos de todos os ciclos de ensino básico e secundário”.

Diz também, no seu ponto 4:

“Até à presente data [a data é 31 de março, Sr. Secretário Regional; este parecer é datado de 31 de março] o Governo Regional não deu cumprimento a nenhuma das suas obrigações legais, pelo que o regime de empréstimo de manuais escolares ainda não foi aplicado no sistema educativo regional.”

Em 31 de março, mas o Sr. Secretário Regional diz que deu, sim senhor.

Alguém está confundido aqui ou está a mentir, obviamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A mentira é do Sr. Secretário!

A Oradora: Diz também a União das Associações e Representantes dos Encarregados de Educação que nunca foi consultada “pelo órgão executivo da unidade orgânica quanto ao planeamento, modo de funcionamento e gestão de fundo bibliográfico de cada unidade orgânica.”

Coisa extraordinária! Veja bem quando é que isto foi aprovado.

Há uma escola, entre muitas outras, que os encarregados de educação nem sabiam que podia haver um fundo bibliográfico, que podiam contribuir para ele, que havia empréstimo de manuais escolares. Nada!

Este parecer, que eu não vou continuar a ler, Sr. Secretário Regional, é absolutamente lapidar e demolidor para aquilo que o Sr. Secretário eventualmente poderá querer salvar, que é o chumbo do Partido Socialista quer à urgência, quer à própria resolução, conforme já o fez em sede de comissão.

Mas há mais!

A Escola EBS Tomás de Borba, entre muitas outras coisas, diz o seguinte:

“A Ação Social Escolar rege-se por legislação própria, complementada por circulares emanadas da DRE, diferente da situação relativa ao empréstimo de manuais escolares a alunos não abrangidos pela Ação Social Escolar, criando as situações descritas no Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda”.

Diz mais:

“Não estão explícitos os mecanismos a adotar em situação de empréstimo dos manuais escolares aos alunos beneficiários da Ação Social Escolar”.

Isto é verdadeiramente inacreditável, Sr. Secretário Regional, num Governo do Partido Socialista. São exatamente as crianças que mais precisam que as escolas não têm nenhum tipo de circular a dizer como é que têm que fazer.

Continua a mesma escola, a mesma unidade orgânica:

“Este Decreto apenas refere a isenção do pagamento da caução de 20%...”, o que não é verdade, porque há escolas que o aplicam mesmo aos estudantes que beneficiam da Ação Social Escolar e não 20, mas 30%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E mais!

A Oradora: E quando chegam ao fim do ano e eles devolvem os seus manuais em condições de serem reutilizados, não lhes é devolvido o dinheiro e o Sr. Secretário Regional sabe isto porque desde outubro e novembro do ano passado isto é denunciado dentro desta Casa.

Vou poupar-lhe à continuação também deste parecer. Mas há mais!

Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe:

“Por razões pedagógicas, complexidade dos programas em vigor, por exemplo, e até afetivas, este Decreto Legislativo Regional do Empréstimo dos Manuais Escolares não deveria abranger os alunos carenciados integrados no 1º ciclo do ensino básico, porque infelizmente o manual escolar é o único livro na vida de muitas crianças da Vila de Rabo de Peixe”.

É bom, Sras. e Srs. Deputados, que nós não nos esqueçamos que estas situações também se vivem na nossa Região.

E continua:

“Esta situação deveria ser supervisionada pela Inspeção Regional da Educação assim como qualquer outra vertente do funcionamento das escolas, sempre com o intuito do acompanhamento e do apoio técnico.”

Depois, Escola do Nordeste:

“Nada temos a obstar ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento pelas unidades orgânicas do sistema educativo regional.”

Finalmente, da Escola Básica Integrada da Maia, leio apenas uma parte do segundo parágrafo:

“Concordamos que todos os alunos devem usufruir do direito do empréstimo dos manuais, independentemente da condição socioeconómica das famílias, que deverá ser divulgada a qualquer aluno, podendo este requerer o empréstimo de livros, independentemente da sua condição económica, uma vez que há famílias sem escalão atribuído que podem ter dificuldades na aquisição de manuais”.

Eu diria, não podem! Têm! Têm, Sr. Secretário Regional da Educação. Têm dificuldades e muitas. E se então em vez de um tiverem dois ou três filhos a estudar, têm muitíssimas, têm que prescindir de alguma coisa, às vezes de uma comida saudável e decente, para poderem chegar aos manuais.

Finalmente, diz ainda:

“Não nos parece justificado que cada aluno beneficiado [repare bem, Sr. Secretário] pague o manual emprestado a 100% e isto porque a tutela não pretenderá fazer negócio com os livros das crianças”. É uma coisa que eu já ponho em dúvida, Sr. Secretário Regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, fez, fez!

A Oradora: ... para lhe falar com toda a frontalidade.

Ora, se o aluno pagou o livro a 100% no primeiro ano letivo em que o mesmo lhe foi emprestado, o próximo colega, no ano subsequente, teria forçosamente que proceder ao pagamento da mesma quantia, o que acontece. Isto chama-se roubo, Sr. Secretário Regional! Isto chama-se roubo! É pôr os encarregados de educação, os pais e as mães desta Região a pagar três, quatro, cinco e seis vezes o mesmo livro. O mesmo livro que o Governo Regional diz que ao abrigo do Decreto Legislativo Regional “Empréstimo de Manuais Escolares” é gratuito sobre certas condições, nomeadamente responsabilidade individual no seu manuseamento e no seu tratamento.

Portanto, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, para terminar esta primeira parte dizer-lhe apenas que esta situação envergonha qualquer Governo, envergonha qualquer tutela da educação, mas terá, por força de razão, que envergonhar um Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura do Partido Socialista, porque isto que aqui está nem a direita mais feroz seria capaz de reconhecer. Fá-lo, mas não seria capaz de reconhecer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma vergonha!

A Oradora: Quando o Partido Socialista vota contra este Projeto de Resolução, contra a sua urgência...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): À esquerda são uns anjinhos?

A Oradora: Não é isso que eu estou a dizer, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas foi isso que percebi!

A Oradora: Ele percebeu bem. A direita fá-lo, mas não o reconhece. Esta esquerda fá-lo, mas não consegue de maneira nenhuma escondê-lo, porque quando reprovamos o nosso projeto que manda fiscalizar e cumprir, o Partido Socialista vota contra, Sr. Secretário Regional, e o senhor diz em sede de comissão que o passado já lá vai, que o que interessa agora é o que vem aí de novo.

Então e os pais que pagaram e não foram ressarcidos?

E os livros que foram pagos duas vezes?

O passado não interessa, Sr. Secretário Regional?

Não esteve sobre a sua tutela?

O senhor chegou ontem?

Não, Sr. Secretário! Não é empurrando com a barriga para a frente que o Governo se ilibata da responsabilidade daquilo que fez nos anos transatos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem algumas.

Dou então a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo Regional medidas para o cumprimento pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do DLR nº 26/2012/A, de 19 de junho, Empréstimo de Manuais Escolares. Ou seja, debatemos a necessidade de averiguar a correta aplicação do disposto num diploma que foi aprovado por unanimidade, aqui, nesta casa, ainda não há dois anos.

Ainda não há dois anos todos reconheciam a bondade do diploma apresentado pelo CDS/PP, admitindo que a medida, sendo extensiva a todos os alunos e não apenas aos beneficiários da Ação Social Escolar, seria um importante contributo no sentido de apoiar as famílias tendo em conta o contexto económico e social em que se vivia e que teria um impacto positivo na economia das famílias, diminuindo as despesas destas com a educação dos filhos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não fosse ano de eleições!

A Oradora: Todos, inclusive a então secretária da tutela, foram unânimes em apontar a relevância desta medida. Aliás, foi até lembrado por esta bancada, pelo Deputado Jorge Costa Pereira, que já em 2007 Carlos César tinha anunciado que os manuais seriam gratuitos nos Açores a partir de 2009. E que em 2008 a senhora Secretária da Educação havia dito que até ao final de 2012 os manuais seriam gratuitos na escolaridade obrigatória, o que até então não tinha acontecido, pelo que o diploma tinha o mérito de obrigar, por via legislativa, ao cumprimento destas promessas.

Passados que são menos de dois anos, diz-nos o senhor Secretário da Educação, em sede de comissão (como pode ser lido no relatório da Comissão de Assuntos Sociais do dia 4 de abril) que o Governo Regional apresentará, oportunamente, a esta câmara o novo pacote de apoio social escolar contendo uma proposta de alteração que integrará manuais, materiais e transportes escolares, considerando e passo a citar “ser pouco justo o facto de os manuais escolares serem emprestados indiscriminadamente quando na realidade sabemos que alguns alunos terão maior necessidade desse empréstimo em relação a outros”, fim de citação.

São estas as respostas e os apoios sociais que o governo pretende dar às famílias açorianas?

Mas afinal a medida não era assim tão boa, Senhor Secretário? Ou isto é apenas mais uma tentativa de corte com o passado e com as políticas dos governos PS tomadas anteriormente?

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: É aceitável, é mesmo legítimo que cada secretário queira deixar a sua marca pessoal. Mas, permita-me Senhor Secretário que, com toda a consideração, estima e respeito que tenho por si, lhe diga que: há marcas que são nódoas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não queira deixar uma nódoa associada ao seu nome, Senhor Secretário. O senhor não merece. E as famílias açorianas também não merecem.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Mas voltando ao objeto do nosso debate, acrescento que no mesmo Diário de Sessão, pode comprovar-se uma preocupação geral na responsabilização por parte dos alunos com a utilização e preservação dos manuais, para que outros alunos possam usufruir deles em boas condições. E com a necessidade de um reforço de autonomia das Unidades Orgânicas para uma boa implementação e gestão deste programa. Sendo referida a necessidade de se criarem critérios e regras específicos que minimizassem dificuldades concretas com a sua aplicação.

Passados que são menos de dois anos, há denúncias por parte de pais e encarregados de educação de que a legislação não está a ser cumprida, tendo sido detetados procedimentos contrários à legislação por parte de algumas Unidades Orgânicas.

Não estranhamos que isso aconteça, dado que são muitas as Unidades Orgânicas e que nem sempre a lei é interpretada da mesma forma, envolvendo, por vezes, alguma dificuldade e subjetividade. Aliás essa dificuldade é mesmo apontada por algumas Unidades Orgânicas, em pareceres que chegaram à CAS. E, portanto, é perfeitamente natural o projeto de resolução apresentado pelo BE, no sentido de que sejam tomadas medidas para que o disposto no DLR seja cumprido em todo o Sistema Educativo Regional e que seja a Inspeção Regional da Educação, a exercer a fiscalização.

Tão natural, que o senhor Secretário da Educação respondendo à questão colocada pelo PSD em sede de comissão, no sentido de saber se, após a apresentação da iniciativa aqui na ALRA, havia efetuado alguma diligência no sentido de perceber se a lei estava a ser aplicada, afirmou que apesar de as Unidades Orgânicas terem tido orientações para proceder em conformidade, por circular de 5 de setembro de 2012, essa averiguação está a ser efetuada pela Inspeção Regional da Educação, entidade com competência na matéria, não dispondo, ainda, de qualquer conclusão.

Pelo que não compreendemos a atitude do PS em votar contra uma iniciativa que propõe que seja tomada uma medida que o senhor secretário diz já ter tomado.

Assim, o PSD Açores vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, por reconhecer a necessidade de serem acionados mecanismos que garantam que todos os alunos açorianos beneficiem dos manuais escolares em igualdade de circunstâncias.

Disse.

Deputados Cláudio Almeida e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Governantes, Sra. Governanta:

Realmente o que se pode concluir disto é que para este novo Governo o que era verdade ontem hoje é mentira.

Este novo Governo age de má-fé, este novo Governo não cumpre com aquilo que se comprometera o outro velho Governo que nessa matéria sempre cumpriu.

Este novo Governo é um governo que não é sério e que não cumpre aquilo a que se comprometeu. É isso que se passa aqui. É um Governo que age de má-fé, é um Governo que a indignidade é palavra de ordem em muitas matérias.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Essa ficou-lhe hoje para o dia todo. Essa doeu-lhe!

O Orador: Indignidade, Sr. Secretário Regional, é um aluno da Ação Social que recebe determinada quantia para apoio aos seus materiais escolares (canetas, esferográficas, etc.), na escola, fazerem a conta a quanto custa os manuais e deduzirem desse valor ao apoio que tinha para comprar lápis, papel, caneta, etc. Isso nem é roubar, isso é espoliar os pobres, Sr. Secretário Regional, e o senhor sabe, é conivente e é responsável por isso, porque foi denunciado em novembro aqui que isso se fazia e até lhe dissemos a escola onde isso se fazia. O senhor até hoje não fez nada em uma das escolas.

Os senhores roubam e andam a espoliar quem mais precisa. É roubar os pobres! É espoliar os pobres!

Sra. Deputada Zuraída Soares, isto é política da esquerda, ou da dita esquerda socialista, do PS, de um partido que se diz de esquerda, é um partido que anda a espoliar aqueles que mais precisam, que são os alunos pobres.

Mais, Sr. Secretário. Até agora começou nos manuais escolares, mas já vai no transporte escolar. O senhor já vai avisando que já está a fazer, porque aumentou a distância. Mas sabe quem é que vai a pé para a escola, Sr. Secretário? Não são os ricos! Os ricos têm carro para ir para a escola. São os pobres que ficam a mais de 2 km da escola e vão a pé. Experimente o senhor a ir a pé num dia de chuva e de vento. O rico vai no seu carro. O pobre que reside a mais de 2 km, esse vai a pé e a apanhar chuva, porque o senhor lhe alterou as regras, as regras foram alteradas.

Sr. Secretário Regional, a indignidade que o Sr. Vice-Presidente falava é esta e foi aprovada nesta casa legislação e verba no orçamento. Os senhores vão explicar o que é que fizeram aos 114 mil 525 euros que foram aqui aprovados. O que é que os senhores fizeram a isto? É isso que os senhores têm que dizer.

Os senhores não são sérios! Os senhores não merecem! São medidas de austeridade drásticas que os senhores aplicam nos Açores.

O senhor já veio dizer, Sr. Secretário, que o empréstimo ao apoio de manuais escolares seja efetuado no âmbito da Ação Social Escolar. Sempre foi!

Esta é uma medida inovadora e que nos diferenciava no Continente, para melhor, apoiando aquelas famílias que foram vítimas de cortes do Governo da República que os senhores tanto criticam.

Os senhores, a família da classe média, que precisam destes livros que os senhores cortaram-lhes o apoio. Hoje é na educação, amanhã será na saúde, com as medidas que aquele senhor se prepara para fazer aprovar aqui. Ataque serrado à classe média açoriana na educação e amanhã na saúde, Sr. Secretário.

O senhor está divertido? Acha graça roubar os pobres? Acha graça espoliar os alunos pobres? Acha graça Sr. Secretário?! Está divertido?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não, não estou!

O Orador: Isso diverte-o? Isso revela bem o vosso espírito de solidariedade e dessa esquerda anquilosada em que o senhor se insere.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM vai votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda. Nós concordamos que se tenha que tomar as medidas necessárias para que se cumpra esta legislação referente aos manuais escolares.

Se existem referências que ela não se está a cumprir por dificuldades várias, por incompreensão da legislação ou por outros fatores isso está errado. O que se deve fazer é garantir o cumprir. Se não está a ser feito, o que se tem que garantir é que de facto irá ser feito um esforço no sentido da aplicação desta legislação ser universal.

Em relação a esta perspetiva penso que não existirão discordâncias nesta casa. Nós estamos de acordo que isto se faça, sendo que em relação a entidades que não estejam a aplicar e verifica-se a existência de situações deste tipo que revelem má-fé ou que revelem a existência de situações menos claras, eu considero que essas situações devem ser investigadas.

Outra questão, Sra. Deputada. Eu já estive ao lado da sua barricada muitas vezes, em muitas lutas.

Não posso aceitar essa demonização que a Sra. Deputada faz da direita...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor é da direita?

O Orador: ... e depois dizer, meus camaradas de esquerda os senhores não podem fazer isto porque são da esquerda. A direita pode.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas então o senhor é de onde? Da direita? Da esquerda? Do centro?

O Orador: Eu não aceito que o Bloco de Esquerda me envie “azeite a ferver” para este “inferno ideológico”.

Quero dizer-lhe o seguinte: ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Monarquia não tem lado!

O Orador: Ouça! Eu defendo a iniciativa privada. Considero, e a direita também, que isso significa progresso económico.

Eu defendo o pluralismo democrático e partidário e não vejo em muitos sistemas de esquerda, e na totalidade dos esquemas dominados pelo Partido Comunista de então, nenhum sistema, nenhum pluralismo partidário. Isto também nos dispara a qualidade da democracia, a liberdade de expressão.

A defesa da liberdade de expressão e do pluralismo partidário é também, digolhe já, da parte da direita, um dos nossos vetores fundamentais do ponto de vista ideológico.

Eu defendo o progresso económico. Eu defendo a propriedade privada, Sra. Deputada.

Como temos visto na maior parte dos regimes de esquerda essa propriedade privada não é respeitada. Portanto, a propriedade privada faz parte do corpo ideológico da direita.

Eu defendo a igualdade de oportunidades e a igualdade de oportunidades em que o Estado deve ser o mediador e deve garantir que todas as pessoas, independentemente da sua situação social e económica, têm iguais oportunidades, Sra. Deputada. Isto também é um património com 300 anos do ponto de vista histórico da direita.

Quero dizer-lhe também que em relação à sociedade solitária, à ética da responsabilidade, à ética do Governo, é fundamental também conhecer que isso é o património da direita, Sra. Deputada.

Neste sentido, eu não vejo, não reconheço à esquerda nenhum mérito especial do ponto de vista dos sistemas democráticos, absolutamente nada. Nós sabemos como é que a esquerda nasceu na história. A esquerda nasceu a “cortar cabeças”.

(Risos da bancada do PSD)

Meus senhores, a esquerda nasceu a “cortar cabeças”.

Sr. Deputado Francisco Coelho, se não concorda podemos discutir, mas este é um facto indesmentível. Sra. Deputada, esta questão é fundamental.

A esquerda portuguesa ainda é pior, Sra. Deputada, porque a esquerda portuguesa nem sequer tem a ética de responsabilidade.

Veja bem em quase 40 anos de sistemas democráticos quando é que a esquerda pôde garantir a governabilidade do país? Eu nunca vi o Bloco de Esquerda, o PCP ou o Partido Socialista, do ponto de vista da governabilidade (e eu termino já, Sra. Presidente), garantirem a governabilidade do país. A esquerda só consegue governar quando tem maiorias absolutas.

Presidente: Não é para terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino...

Presidente: Não é para terminar, Sr. Deputado. É só para entrar no debate em questão, uma vez que já despendeu algum do seu tempo a debater outras matérias que não propriamente o Projeto de Resolução.

O Orador: Sra. Presidente, eu vou respeitar obviamente, como sempre faço, mas é evidente que eu não posso ficar sentado quando me aparece uma Sra. Deputada de esquerda e diz-me: “os senhores são uns “diabos”, estou aqui a dirigir-me aos “anjos”.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Eu não posso aceitar no debate parlamentar este tipo de visão das bancadas. Obviamente tive de fazer referência a isto.

Quero dizer-lhe, e termino, que em relação aos manuais escolares que é fundamental garantir na nossa Região que se criem condições, as tais igualdades de oportunidades que eu estava a referenciar há pouco.

Deputado André Bradford (PS): Não, não! Não é isso que significa “igualdade de oportunidades”!

O Orador: Igualdade de oportunidade significa que todas as crianças têm acesso também aos manuais escolares e às mesmas condições, do ponto de vista dos aspetos mais importantes, para a frequência do sistema escolar.

O que é que temos na nossa Região, governada pela esquerda, curiosamente?

Temos uma sociedade cada vez mais desigual, temos uma sociedade em que as crianças pobres têm cada vez maior dificuldade em aceder à universidade, temos cada vez maiores dificuldades do ponto de vista social no sucesso dos alunos, também da responsabilidade de um governo de esquerda.

Portanto, esta questão dos manuais escolares, sendo uma questão sectorial, é uma questão com que nós concordamos em absoluto. É uma questão fundamental para a direita, que é garantir a igualdade de oportunidades.

Termino já, Sra. Presidente, mas deixe-me dizer, em relação ao Presidente do Governo, hoje, de manhã...

Presidente: Eu não lhe estou a dizer que tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... hoje, de manhã, V. Exa. foi muito mais tolerante.

Presidente: O senhor ainda tem 3 minutos.

O Orador: Mas eu termino.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ele não tinha nada para dizer sobre a matéria!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa tem sempre alguma atividade, porque tem outras coisas para fazer.

Eu não estava, nestes movimentos, a dizer-lhe, nem a dar-lhe nenhuma sugestão, que teria que terminar.

Também aproveito para lhe dizer que a tolerância que a Mesa dá, dá por igual a todas as bancadas.

Deputados Ricardo Cabral (PS) e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Após esta intervenção do Deputado Paulo Estêvão eu diria que terei perdido um pouco sobre o debate, mas uma coisa ficou clara hoje, o Deputado Paulo Estêvão é assumidamente um homem de direita. Eu pensei que o Deputado Paulo Estêvão fosse um homem do centro, mas não! Hoje ficou claro que é um homem de direita, ou então, talvez como a cortiça, anda à tona conforme dá mais jeito. Mas isso é outra questão.

Agora, relativamente à iniciativa que estamos aqui a discutir, em minha opinião, as/os açorianas/os que estiverem a assistir a este debate poderão considerar que há qualquer coisa que não está bem aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a esquerda a roubar os pobres!

O Orador: Então, o que é que se passa? Visto que o Partido Socialista ainda não disse nada, o que é que se passa aqui?

Há um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo Regional que cumpra a lei.

Deputada Zuraida Soares (BE): É a segunda vez!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ah! É cumprir a lei!
Que fique registado que é para cumprir a lei!

O Orador: Parece-me que isto é o que estamos a discutir.

O Partido Socialista ainda não disse nada. Alguma justificação o Partido Socialista terá para reprovar esta recomendação que, em princípio, até nem faria muito sentido o Parlamento recomendar que se cumpra a lei.

Não! A lei é para ser cumprida.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Mas já que não se cumpre...

O Orador: Já que não se cumpre, recomendemos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é delicada, porque tem a ver com a vida e com o rendimento das famílias.

Quando o diploma foi aqui aprovado também mereceu o voto do Partido Comunista Português. Aliás, o Partido Comunista Português já aqui trouxe (julga até que se poderia ir mais além) que os manuais escolares deviam ser oferecidos por todos os alunos, até porque uma das posições que nos chegou, das auscultações que foram feitas, como muito bem é dito em determinado momento, os manuais escolares, em alguns lares açorianos, são os únicos livros que existem.

Por outro lado, uma coisa é ter um manual e manusear um livro que tem que ser devolvido nas devidas condições no fim do ano, outra coisa é manusear um manual escolar que é propriedade do aluno.

Mas a verdade é que estamos aqui a recomendar ao Governo que cumpra a lei. Mas não é só isso. É que quando aprovámos aqui o diploma do empréstimo dos manuais escolares foi como uma medida de apoio às famílias.

Essa medida de apoio às famílias não está a ser cumprida. Portanto, isto tem implicações no rendimento das famílias e tem implicações na vida escolar das nossas crianças.

Portanto, para o Partido Socialista e para o Governo Regional julgo que não há nenhum motivo plausível (eu ainda vou aguardar pela justificação e pela explicação do Partido Socialista) para que esteja a acontecer aquilo que está a

acontecer, isto é, o incumprimento de um Decreto Legislativo Regional que aqui foi aprovado neste Parlamento.

Vou terminar por agora porque quero ouvir com muita atenção aquilo que o Partido Socialista tem para dizer sobre este assunto.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Um bom princípio!

Assim irá aprender algumas coisas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Agora pode falar! Finalmente! Fale, fale!

Deputado André Bradford (*PS*): Se deixarem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas tenha cuidado para a Deputada Catarina não lhe “puxar as orelhas”!

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Suponho que posso começar a usar da palavra e merecer a atenção com que tenho estado a ouvir tudo aquilo que foi dito nesta casa.

Gostaria de começar por recordar que o regime de empréstimo de manuais escolares nas unidades orgânicas do Sistema Educativo da Região Autónoma dos Açores rege-se pelo disposto em dois decretos legislativos regionais:

O primeiro é o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho, na parte respeitante à Ação Social Escolar – uma vez que o restante já foi revogado e substituído pelo atual diploma do Estatuto do Aluno.

A parte deste Decreto relativa à Ação Social Escolar, onde se incluem os manuais escolares, encontra-se em vigor porque nunca foi revogada e constituirá o corpo do já anunciado, e que eu reafirmo aqui, novo Decreto Legislativo Regional, cuja proposta está a ser ultimada pelo Governo (e poderei explicar por que é que ainda não foi entregue) e será em breve posta à discussão pública e apresentada a esta Assembleia.

Temos também o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, que trata exclusivamente do empréstimo de manuais escolares.

Estamos perante dois diplomas que tratam da mesma matéria, mas como se verá tratam de maneira diferente. Ambos estão em vigor e foram aprovados nesta casa. Portanto, o Governo limita-se a cumprir a lei que está em vigor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, o Governo escolhe! É como lhe dá mais jeito!

O Orador: Por isso é que vamos apresentar a nova proposta.

Para um tratamento sistémico desta matéria, dever-se-á ainda ter em conta os Decretos Legislativos Regionais relativos ao Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para os anos de 2013 e 2014, nos quais a ação que anteriormente existia para os manuais escolares foi eliminada, transitando as respetivas provisões para a ação referente à Ação Social Escolar.

Ou seja, o Governo propôs, a Assembleia aprovou, que o empréstimo de manuais, com o respetivo fundo bibliográfico, deve ser assumido pela (e como tal integrar a) Ação Social Escolar. É nesse sentido que o Governo está a ultimar, como já referi, uma proposta de Decreto Legislativo Regional exclusivamente dedicado à Ação Social Escolar, incluindo o sistema de empréstimo de manuais escolares.

Temos o dos transportes, etc., mas como esse ainda não é público, nem foi apresentado aqui, não sei como é que o Sr. Deputado Artur Lima já fala em corte e em aumento de distância nos transportes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eu vou explicar-lhe a seguir.

O Orador: Agradecia que explicasse, porque naturalmente não é o senhor que faz a proposta do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou é gastar latim, porque o senhor não faz caso do que lhe dizem!

O Orador: No primeiro dos referidos decretos – que, recorde-se, nunca foi revogado no que diz respeito à Ação Social Escolar, onde se inclui a comparticipação na aquisição dos manuais escolares –, determina-se que estes são comparticipados em função do escalão de rendimentos em que se inserem

os alunos e definem-se os valores percentuais relativos a cada escalão da Ação Social Escolar.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, não podem, para já, ser os manuais gratuitos, porque o que está nos Decretos Legislativos aprovados nesta Assembleia assim o determina.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas vou trazer de novo o diploma!

O Orador: Neste diploma, determina-se ainda (n.º 7 e 8 do art.º 113.º) que “os livros, equipamentos informáticos e materiais duradouros que forem integralmente comparticipados são propriedade da unidade orgânica, podendo esta exigir a sua devolução após o termo da utilização” – o que configura, embora não o diga expressamente,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por que é que não pratica a lei?

O Orador: ... o mecanismo de empréstimo que viria, pelo segundo destes decretos, a ser definido e regulamentado, bem como a constituição de um fundo bibliográfico para utilização, nos anos subsequentes, pelos “alunos mais carenciados”. É o que está na lei!

Por sua vez, e como já foi referido, o segundo decreto vem instituir, de um modo mais formal, o fundo bibliográfico subjacente ao mecanismo do empréstimo de manuais escolares. E neste diploma se considera que todos os alunos do Sistema Educativo Regional podem ser beneficiários do regime de empréstimo – incluindo, note-se, os beneficiários do regime de Ação Social Escolar.

Este regime de empréstimo de manuais escolares é considerado, no preâmbulo do diploma, como “um sistema complementar de apoio ao já previsto na Ação Social Escolar”, no sentido de reforçar os princípios da equidade e da promoção da igualdade de oportunidades dos alunos no acesso aos meios de informação, aos manuais escolares e a outros recursos didático-pedagógicos.

Ao definir os critérios de aplicação do regime de empréstimo de manuais escolares, o decreto determina que:

a) incumbe às unidades orgânicas “planear e assegurar a execução e gestão do fundo bibliográfico”,

Isto está na lei. É uma competência das unidades orgânicas.

b) os encarregados de educação têm que prestar uma caução correspondente a 20% do preço de compra do manual escolar, que será restituída no final da utilização, depois de verificada a sua devolução em condições de reutilização, e;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, sabemos ler!

O Orador: c) os alunos beneficiários de auxílio económico relativo aos manuais escolares, no âmbito da Ação Social Escolar, estão isentos da prestação da caução.

Temos aqui uma porta aberta para a comparação entre os dois diplomas, ambos em vigor, Sras. e Srs. Deputados, que são, em certa medida, incompatíveis entre si sobre a mesma matéria.

O Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007 considera que o valor máximo da comparticipação do fundo escolar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem é que aprovou este diploma?

O Orador: ... na aquisição de manuais varia entre 15% para os escalões I e II e 5% para os escalões III e IV, no 1.º Ciclo do ensino básico, enquanto para os alunos do 2.º e do 3.º Ciclo do básico e os do secundário tais comparticipações sobem para 40% no escalão I, 35% no escalão II, 30% no escalão III e 20% no escalão IV – admitindo ainda uma comparticipação integral, situação em que o aluno fica obrigado à devolução dos manuais, ou seja, entra num regime de empréstimo.

Por seu lado, o segundo decreto introduz a caução de 20% sobre o preço de capa do manual – esquecendo que, sendo os manuais reutilizados (esta preocupação já foi manifestada aqui, eu também a tenho, mas é o que está na lei...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que está na lei?

O Orador: ... e é por isso que vamos alterar a lei), o seu preço de compra já não deveria ser usado como referência para os manuais anteriormente utilizados por outros alunos, porquanto já estarão desvalorizados do ponto de vista comercial. Isto está aqui e diz 20% sobre o preço de capa. Não faz distinção para a reutilização.

E ainda determina, o mesmo diploma, que os alunos beneficiários da Ação Social Escolar estão isentos da prestação de caução – e eu já referi isso –, o que os coloca, automaticamente, ao abrigo do diploma da Ação Social Escolar (portanto, transitam de um par ao outro) que, de facto, não prevê caução mas sim uma comparticipação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que se passa. É um roubo!

O Orador: Ou seja, os pais não têm que prestar uma caução mas ficam obrigados a comprar os livros e a ter uma comparticipação que pode ser 5%. É o que está na lei, Sras. e Srs. Deputados, que não foi revogada, nos modos e valores percentuais que já referi.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é isso que se faz!

O Orador: Ou seja, se o aluno escalonado pela Ação Social Escolar se candidatar ao abrigo do diploma em vigor da Ação Social Escolar pode ter manuais gratuitos, com devolução, ou então uma comparticipação que vai de 5% a 40% do preço de capa, ou seja, paga e tem essa comparticipação.

Mas, se se candidatar ao abrigo do decreto mais recente, o mesmo aluno tem direito ou ao empréstimo gratuito (ou seja, sem caução), previsto em ambos os diplomas, ou a uma comparticipação para a compra.

Por sua vez, os alunos não escalonados pela Ação Social Escolar (os do escalão V), que não são naturalmente considerados no primeiro decreto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O carnaval já passou!

O Orador: ... passam a sê-lo, indiretamente, ao abrigo do segundo: com efeito, ao prestarem uma caução de apenas 20% do preço de compra do manual – se não o devolverem, é como se o tivessem adquirido pelo preço de 20% do valor de capa, sendo os restantes 80% suportados pela Ação Social Escolar.

Ou seja, o decreto dos empréstimos, que o Sr. Deputado tanto se orgulha, de manuais escolares permite, na prática, que os alunos não escalonados pela Ação Social Escolar tenham uma comparticipação de 80% na aquisição dos manuais – o que, como é fácil de entender, constitui uma injustiça face àqueles que mais necessitam.

O Sr. Deputado estava muito preocupado com isso, mas essas contas....

Dou um exemplo: em 2013, ou seja, no presente ano letivo, houve 161 alunos não beneficiários da Ação Social Escolar (escala V) que aderiram ao regime de empréstimo de manuais, pagando até a tal caução de 20%. Se, findo o presente ano letivo, estes alunos não devolverem os manuais, a caução de 20% não lhes será devolvida (muito bem!) – o que significa que os restantes 80% corresponderão a encargos para a Ação Social Escolar. Portanto, é preciso ter isso em conta.

Ou seja, o regime de empréstimo criado por este decreto permite que os alunos não beneficiários da Ação Social Escolar possam sê-lo no que diz respeito aos manuais escolares. É por isso, mais uma vez, que tudo isto tem que ser corrigido e é por isso que estamos a trabalhar na preparação de uma nova proposta.

Essa Proposta de Decreto integrará, criticamente, os conteúdos dos dois decretos, introduzindo as alterações necessárias para garantir aos alunos uma real igualdade de oportunidades, prevendo os apoios para aqueles que de facto deles necessitam e evitando que, graças à utilização de fragilidades detetadas nos dois diplomas em vigor, os alunos que não necessitam de apoios deles venham, na prática, a usufruir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O melhor é fazer 20 leis e depois escolhe!

O Orador: Por isso, a aplicação à letra do disposto no decreto dos empréstimos dos manuais escolares não impede que as escolas, no âmbito das suas competências, apliquem também o Decreto da Ação Social Escolar que está em vigor no que diz respeito aos manuais escolares – o que implica o efeito das fragilidades em ambos detetadas.

De qualquer modo, a Inspeção Regional de Educação estava e está no terreno a verificar a prática das nossas unidades orgânicas nesta matéria – o que, naturalmente, prejudica o ponto 2 do projeto de resolução aqui em discussão.

Adiantando-me de certa maneira ao fim da minha intervenção, mas respondendo já a algumas questões que aqui foram colocadas, posso garantir aqui que mal tenha identificadas situações de não devolução de cauções (foi

uma das situações aqui colocadas) até ao final de maio, essas devoluções serão feitas, se forem verificadas.

Eu gostaria de salientar, como a lei aprovada nesta casa diz,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A lei não fala!

O Orador: ... que a gestão integral deste sistema é das unidades orgânicas.

Portanto, a Inspeção está a fazer o seu trabalho, a Inspeção está a fazer muitos trabalhos de inspeção nas unidades orgânicas a vários níveis, mas posso garantir que se forem provadas, e quando forem provadas essas situações, elas serão imediatamente corrigidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Roubo!

O Orador: No que diz respeito ao ponto 1 do projeto da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Governo vai um bocadinho mais longe: verifica a aplicação do primeiro decreto (está a ser feito!) e, muito em breve, trará a esta casa uma proposta de Decreto Legislativo Regional (gosto de o frisar, já o disse muitas vezes, e refiro outra vez) que corrigirá e harmonizará aquilo que, neste momento, é matéria de dois Decretos Legislativos Regionais que, no que diz aos manuais respeito, brigam entre si, sem que o mais recente deles tenha revogado o mais antigo, dando assim origem a diversas situações de pormenor que têm sido aqui referidas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas afinal de contas!... Conclua, Sr. Secretário!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima está a fazer um gesto extremamente elegante, insinuando que alguém está a roubar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo! Não é alguém! É o Governo!

O Orador: O Sr. Deputado na sua intervenção referiu 114 mil euros. Perguntou o que é que tinha sido feito a esse dinheiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é roubar, é espoliar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O efeito é o mesmo!

O Orador: Vou dar-lhe dados exatos, fornecidos pelos serviços.

No ano letivo de 2010/2011, portanto ainda ao abrigo apenas do Decreto de Ação Social Escolar, tivemos 14.385 alunos que beneficiaram deste benefício,

passa a redundância, dos manuais escolares. Nesse ano, gastou-se 1 milhão, 264 mil, 386 euros, só em livros.

No ano de 2011/2012, tivemos mais alunos: 15.125 alunos. Gastou-se 1 milhão, 114 mil, 193 euros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em que ano, Sr. Secretário?

O Orador: Se o Sr. Deputado Artur Lima permitir que eu me faça ouvir, porque trata-se de números, no ano de 2011/2012, (estou a seguir a sequência lógica, comecei por 2010/2011), para 14.385 alunos, gastou-se 1 milhão, 264 mil, 386 euros, a constituir o fundo bibliográfico para os empréstimos.

No ano de 2011/2012, para 15.125 alunos (portanto, houve um aumento) gastou-se menos dinheiro, ou seja, 1 milhão, 114 mil, 193 euros, o que quer dizer que os manuais que já tinham sido devolvidos foram reutilizados. Portanto, esta baixa do investimento explica-se por aí.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Volta Carlos César, porque está perdoado!

O Orador: No ano de 2012/2013, ou seja, já depois da entrada em vigor do Decreto 26/2012, tivemos 16.852 alunos que aderiram a este programa (o número vem aumentando) e gastámos menos dinheiro: 997 mil, 255 euros. Obviamente, resultado da constituição do fundo bibliográfico, o que é positivo e está a ser utilizado.

Também quero dizer que se os livros estão a ser reutilizados, nas caucões relativas (pelo menos assim tenho a informação), os preços são avaliados anualmente de acordo com a desvalorização dos materiais.

Finalmente, no presente ano letivo, temos 16.988 alunos a usufruírem deste benefício e gastámos 539 mil e 10 euros. Ou seja, o número de alunos vai aumentando e os custos vão baixando. Isto tem a ver com o funcionamento do fundo bibliográfico.

Sr. Deputado, quando me pergunta onde é que eu me meti, e fez esse sinal de roubar (fica consigo, obviamente),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi nada disso. O senhor roubou foi na Ação Social Escolar e eu denunciei isso aqui em outubro!

O Orador: ... esse dinheiro está aqui.

Eu tenho aqui só o valor dos manuais. Se quiser que eu lhe dê os valores da Ação Social Escolar, como sabe, são muito mais elevados.

Portanto, os seus 114 mil euros são uma gota de água nos milhões que custam à Ação Social Escolar.

Portanto, Sr. Deputado, é evidente que se insinua que alguém está a roubar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu já disse!

O Orador: ... então vai fazer o favor, e fazê-lo com dignidade, de dizer quem é que está a roubar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra vez? Eu já disse! O senhor é que não quer perceber!

O Orador: ... e onde, porque é o senhor que está a fazer essa acusação.

Sras. e Srs. Deputados, estes dados são efetivos.

Já agora, também gostaria de esclarecer algumas dúvidas que foram já apresentadas aqui por algumas Sras. ou Srs. Deputados.

A Sra. Deputada Zuraida Soares referiu-se a uma Escola Profissional (não me lembro qual foi a Escola Profissional que referiu).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada!

O Orador: Ora bem, as escolas profissionais não têm este sistema de manuais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas têm opinião. Foi-lhes pedido um parecer!

O Orador: Foi uma opinião, mas este sistema não se aplica às escolas.

Também queria referir que é possível que algumas Sras. e Srs. Deputados não tenham presente que este sistema é faseado; começou no ano letivo anterior; no ano letivo 2012/2013 foi apenas para o 1.º ciclo do ensino básico; no atual ano letivo temos já o 2.º ciclo do ensino básico; em 2014/2015 será alargado ao 3.º ciclo do ensino básico; em 2015/2016 ao 10.º ano de escolaridade; 2016/2017 ao 11.º ano de escolaridade e em 2017/2018 ao 12.º ano de escolaridade.

É por isso que quando chegar a uma escola e perguntar aos meninos do 10.º ano ou do 3.º ciclo se têm os manuais, não têm, porque o modelo é faseado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual modelo? O seu ou o deles?

O Orador: ... como consta de um despacho de julho de 2012, que não é da minha autoria, mas que ainda se mantém. Era o princípio faseado e ainda está em vigor.

É natural que os alunos que ainda não estão abrangidos digam que não estão a usufruir desta medida, porque naturalmente ela ainda não está a ser aplicada.

O Sr. Deputado Artur Lima está de boca aberta. Não sei se é por espanto destes valores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É para respirar! É como a história do Capuchinho!

O Orador: ... ou se é por falar sem ter conhecimento do que fala.

O Sr. Deputado há pouco esteve a fazer futurologia, tal como a Sra. Deputada Zuraída Soares no anterior ponto da Agenda, em que eu não podia responder, que garantiu que o Governo ia apoiar um colégio particular. Não vai! Nem vai apoiar obras...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas vamos falar! Estou a dar-lhe a oportunidade de falar! A seguir terei oportunidade de falar!

O Orador: ... porque a escola pública tem espaço para todos os alunos.

Portanto, as novas escolas privadas se quiserem funcionar, funcionam por sua conta e risco, porque aqui teremos...

Deputada Zuraída Soares (BE): Queríamos alterar a legislação e não deixaram. O senhor não se lembra? Eu lembro-me!

O Orador: Está bem! Agora vamos ver daqui por diante.

De qualquer maneira, a escola a que se referiu não apresentou qualquer pedido, nem de apoio para obras, nem de apoio...

Deputada Zuraída Soares (BE): Daqui a bocadinho eu vou mostrar-lhe isto e o senhor vai ter que desmentir aqui!

O Orador: Eu sei, eu conheço isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É comunicação social?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não é!

O Orador: Mas não foi feito pelo Governo, nem com o consentimento do Governo. Portanto, quem fez isso que responda.

O Sr. Deputado estava aqui a dizer que íamos cortar nos transportes. Não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai cortar!

O Orador: Onde? Diga lá onde!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou dizer já a seguir. Já estou inscrito!

Orador: Está bem! Então vai dizer onde é que cortámos nos transportes e vai ver que na proposta de decreto que vamos apresentar aqui que isso não é verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aliás, se o senhor quiser ouvir, não gaste todo o seu tempo para poder responder!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu poderia responder a mais, mas foram estas as dúvidas que foram colocadas, que eu aproveitei já para responder.

No entanto, estarei à disposição para responder a outras dúvidas que sejam colocadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito sobre este assunto e gostaria de recentrar as questões nos objetos ou nos pontos resolutivos do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Efetivamente prevê, recomenda que o Governo tome medidas para a exequibilidade, a execução e a implementação do 26/2012/A.

O Sr. Secretário já explicou a questão que existe de conflitualidade dos dois DLRs, mas gostava, até porque era uma das que aqui estava em 2012 quando se aprovou o 26, de dizer algo que ainda não foi dito por nenhum partido das oposições, nem tão pouco pelo partido proponente da iniciativa de então, que esta medida quando foi criada e aqui trazida não era uma medida para pobres.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está! Tem que explicar isso ao Sr. Secretário!

A Oradora: Nunca foi apresentada assim nesta casa, porque previa uma igualdade de oportunidades, e foi dita dessa forma sempre, que era para um acesso mais facilitado aos manuais escolares.

Na altura (até não caiu muito bem ao partido proponente) eu tinha dito que já havia a prática, não institucionalizada, nem regulada em legislação de DLR, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, ouça!

A Oradora: ... de muitos empréstimos de livros, quer por iniciativa das próprias unidades orgânicas que já faziam, quer por sugestões que na altura a JS tinha feito juntamente com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, quer com até instituições privadas e bibliotecas municipais que fazem desde há muito fundos bibliográficos (se não com este termo chamemos-lhe bolsas de livros, bancos de livros, uma série de coisas) exatamente para que, mesmo que não fosse no tempo de crise, austeridade que hoje se vive cada vez mais agudizado, pudesse haver respeito, aproveitamento, reutilização dos manuais que, custando a todos, ainda estavam em muito bom estado de serem utilizados.

Portanto, é preciso também dizer que esta medida quando aqui foi aprovada em 2012 era uma medida para ser implementada faseadamente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... tendo em conta os custos orçamentais a ela inerente, porque é verdade que o fundo bibliográfico neste DLR consagra vários tipos de receita, desde as doações, desde a entrada de livros, mas também como a compra e um assegurar por parte dos fundos escolares do fundo bibliográfico.

Mas é preciso dizer que era para ser faseado, começando pelos primeiros anos do 1.º ciclo no início de 2012 ... Peço perdão, os primeiros dois anos não, porque os primeiros dois anos, dadas as características dos manuais escolares, não teriam a reutilização devida, mas seria no 1.º ciclo, 3.º e 4.º anos, depois 5.º e 6.º anos.

Ou seja, agora, neste ano letivo 2013/2014 as escolas que as estão a praticar (porque também é preciso dizer que há escolas que praticam) estão no 5.º e 6.º ano.

Aliás, os montantes até referidos pelo Sr. Secretário também podiam estar divididos entre o que é dentro do âmbito estrito da Ação Social e o que é dentro do âmbito da questão do 26, dos fundos bibliográficos, mas a verdade é que há unidades orgânicas...

Não podemos esquecer que temos 41 unidades orgânicas na Região e nós pedimos pareceres. Recebemos dez; desses dez, três são de escolas profissionais que não estão incluídas à partida nessas unidades orgânicas. Nós precisamos saber e a comissão solicitou às unidades orgânicas que nos mandassem um ponto da situação, porque desses dez pareceres, três são de escolas profissionais e um é de uma União de Associações de Pais e Representantes dos Alunos de uma das unidades orgânicas.

Portanto, as próprias unidades orgânicas não responderam ainda, não responderam a tempo que foi até 1 de abril, não responderam em tempo útil à própria comissão do ponto de situação das unidades orgânicas. No entanto, se algumas têm dúvidas, se algumas sentem conflito de orientações por parte da Direção Regional da Educação, também há unidades orgânicas, por conhecimento, que estão a funcionar com os seus fundos bibliográficos como deve ser.

Portanto, há que aqui também ver que estamos no segundo ano de aplicação dessa medida, estamos numa fase de arranque da medida. É cedo para sabermos até que ponto é que a implementação está de facto a decorrer à velocidade ou da maneira como se queria, porque a intenção desde sempre (e na altura disse isso quando participei no debate) era de complementaridade de medidas. É verdade que a situação social, económica e estrutural modificou-se, agravou-se, agravou-se para todos. Muita gente deixou de ter acesso e muitos passaram a precisar de maior acesso, mas a verdade é que se calhar (e como diz o Sr. Secretário que está a rever, no diploma da Ação Social Escolar que aguardamos, critérios), eventualmente, temos que repensar se todos os açorianos e açorianas, à maneira que isso for sendo implementado, terão a necessidade de ter o banco disponível, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma proposta da JS!

A Oradora: ... porque assim podemos chegar a mais pessoas, com os mesmos recursos dos contribuintes.

No entanto, queria ainda dizer sobre esta matéria que o sentido de voto do PS na comissão, no fundo, é coerente com as declarações que foram dadas pelo Sr. Secretário.

O Sr. Secretário, num dos pontos resolutivos, dizia que a Inspeção está no terreno, era o segundo ponto da resolução; e no primeiro ponto o Sr. Secretário disse-nos estar a rever, estar atento à realidade das unidades orgânicas, a rever a legislação no que respeita e a introduzir isso tudo na Ação Escolar. Parece-nos redundante que nós aprovássemos esta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concorda, mas vota contra!

A Oradora: Portanto, as medidas propostas no fundo estão de alguma forma a serem executadas e se é para aprovar por ser redundante ou porque é inócuo, acho que também não é esse o nosso papel aqui.

Queria apenas ainda deixar duas notas.

A Sra. Deputada Zuraida Soares leu, e bem, alguns dos pareceres que nos chegaram. Leu aquilo que lhe chamou a atenção, aquilo que era conveniente à sua causa, mas há outros que são interessantes de ler, porque se é verdade, dos que a Sra. Deputada leu e eu vou eleger aqui um porque achei bastante interessante o ponto que a Sra. Deputada leu, que é o que vem da EBI de Rabo de Peixe, em que nos diz que por questões pedagógicas, afetivas (dispenso-me de ler, porque a Sra. Deputada já leu) é o único livro que o aluno tem, no ponto anterior também diz que “no sentido de fomentar entre as famílias o espírito de partilha e de intervenção cívica e de promover condições de igualdade entre os alunos da unidade orgânica, deveria constituir uma medida de apoio destinada apenas aos alunos provenientes dos agregados familiares mais carenciados.”

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não foi o único que disse isso. Há mais!

A Oradora: Ou seja, apenas peguei neste parecer para dizer que no mesmo parecer em que se diz uma coisa, também se faz referência, como diz o da Maia, que as cauções deviam ser reestudadas, tanto as dos alunos que não têm Ação Social Escolar, como os beneficiários da Ação Social Escolar.

Gostaria apenas de dar só mais um exemplo que para mim é muito contraditório, que é o que nós recebemos da União das Associações de Pais e Representantes da Unidade Orgânica da Roberto Ivens, porque eles são perentórios no seu ponto quatro a afirmar aquilo que a Sra. Deputada leu, é de facto que até à data o Governo Regional não deu cumprimento a nenhuma das suas obrigações legais, mas a seguir dizem que nunca (portanto, a união das associações) foi consultada pelo órgão executivo da respetiva unidade orgânica quanto ao planeamento, modo de funcionamento, gestão do fundo bibliográfico de cada unidade, cuja constituição é uma competência da própria escola.

Ou seja, acho estranho que afirmem que o Governo não cumpriu uma coisa sobre a qual eles nunca foram consultados, sobre a qual eles mostravam até à altura do parecer total desconhecimento.

Portanto, não sei como é que se afirma que o Governo não cumpre uma coisa, quando até ao momento se desconhecia. Quando muito quem estava nesse caso particular em incumprimento não era o Governo, era a unidade orgânica em causa que não disponibilizou a informação aos encarregados de educação e à sua comunidade educativa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Daí a inspeção!

A Oradora: Porque aqui é que está a causa, que não pode ser o Governo a ir a cada escola. As unidades orgânicas têm o dever e a obrigação de divulgar, junto das suas comunidades educativas, os dispositivos legais disponíveis para os seus educandos.

Portanto, nós não podemos apontar o dedo ao Governo. Quando nós aqui criamos a legislação queremos que ela seja implementada, não tem dois anos que ela está no terreno, mas depois as unidades orgânicas, as próprias unidades ou não nos respondem (e também é um sinal que não nos respondem), ou quando respondem parte destas unidades orgânicas dizem que nunca foram informadas.

É por todas estas razões, por acharmos demasiado precoce uma avaliação desse tipo que tem de ser feita, que está a ser feita, que vai ser regulada com critérios que nós votaremos contra.

Para além disso queria só pedir ao Sr. Deputado Artur Lima que, sendo Vice-Presidente do PP nacional, do CDS-PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Assim está bem! Com muita honra!

A Oradora: Peço desculpa, não queria sequer ofendê-lo.

Muito recentemente estiveram em debate na Assembleia da República várias iniciativas deste teor, dos empréstimos de manuais escolares gratuitos: dos Verdes, do PCP, do Bloco, do PS. Os votos foram sempre chumbados pela maioria do CDS-PP e do PSD, que se limitaram a fazer um Projeto de Resolução que promova a igualdade, que regule o que consta da Lei 47/2006, que é a lei que regula a avaliação e valorização, e então o que diz, ou a adenda que fizeram ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah! É de 2006! Aí é que está! 2006! Foi apanhada!

A Oradora: Está nervoso, Sr. Deputado Joaquim Machado! Não o deixaram falar hoje?

Deputado André Bradford (PS): Está de castigo!

A Oradora: Tenho pena! Muita pena!

Ora bem, o que foi feito foi um Projeto de Resolução do CDS-PP e do PSD conjunto que de facto queria promover igualdade, criar obrigação dos alunos beneficiários da Ação Social Escolar que recebem manuais, devolverem os manuais. Então o que é fazer?

Criam uma bolsa, como diz o artigo 7.º-A, a bolsa de manuais escolares, no seu ponto 2.

Só para nós vermos a diferença. A bolsa a que se refere o número anterior é constituída pelos manuais escolares devolvidos, nos termos do presente despacho, pelos alunos que deles foram beneficiários e que se encontram em estado de conservação, porque em debate as Sras. Deputadas que intervieram, a Sra. Deputada Emília Santos pelo PSD e a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira, achavam, diz a Sra. Deputada Emília Santos do PSD: “Por razões que se prendem com um princípio também absolutamente incontestável para nós de contenção e de eficiência da despesa pública, não nos podemos associar a

iniciativas legislativas que defendem *tout court* a distribuição gratuita de manuais escolares a todos [repito, estou a citar], a todos os alunos em escolaridade obrigatória do ensino público.”

Sr. Deputado Artur Lima, faça uso da sua posição no CDS-PP nacional ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e faça com que repliquem lá as boas políticas sociais que nós temos na Região.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, devo dizer que subscrevia quase na íntegra a sua intervenção, ou até na íntegra, e vou tentar não desapontá-la, mas vou ler-lhe o artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional que foi aprovado aqui nesta casa sobre os manuais escolares.

O artigo 9.º que V. Exa. votou, porque aí estava sentadinha (não sei se era naquele lugar, se era ali, mas acho que era ali), artigo 9.º, “Conservação”, “Só devem integrar o fundo bibliográfico os manuais escolares que se apresentem em estado de conservação que garanta a sua correta utilização e reutilização.”

A senhora votou isto. É exatamente a mesma regra.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas ali não há fundo bibliográfico. Há empréstimo de livros. O fundo não é o mesmo!

O Orador: Portanto, sobre essa matéria estamos conversados.

Sra. Deputada, estamos conversados sobre essa matéria.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é a mesma coisa!

O Orador: A regra é a mesma. A senhora votou favoravelmente.

Sra. Deputada, vamos lá então agora ao seguinte.

Segundo o Sr. Secretário da Educação, às segundas, quartas e sextas aplicamos só um diploma. Às terças, quintas e sábados aplicamos o outro, conforme a cara do freguês.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sábados não! É dia de descanso!

O Orador: Portanto, isso é à discrição, a gente vai escolhendo o que é que aplica conforme o que quer, tem dois diplomas.

Já agora o senhor faça cinco que é para aplicar um à segunda, um à terça, um à quarta, um à quinta e um à sexta.

O senhor vem para aqui brincar com isto.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sr. Deputado, eu não estou a brincar com ninguém!

O Orador: Relativamente àquilo que lhe disse, o senhor percebeu bem, porque é um homem inteligente. Já lhe disse aqui em outubro, e o senhor percebeu, onde é que se faz o roubo, o espólio, espoliar as pessoas: é nas unidades orgânicas que não cumprem o que aqui está, nem o que aí está no seu e que deduzem na totalidade o valor dos manuais escolares ao dinheiro que tinham direito para a Ação Social Escolar, que era dado aos alunos para irem comprar cadernos, livros, esferográficas, mochilas, etc.

O senhor percebeu, é aí que está o roubo e é aí que estão a espoliar os pobres. É aí que eu me refiro: roubo e espoliar.

O senhor sabe, disse-lhe aqui em novembro, o senhor disse que ia mandar a Inspeção averiguar, disse-lhe a escola e até hoje a resposta foi zero.

Portanto, não sei qual é o esclarecimento que o senhor quer mais.

Sobre essa matéria estamos esclarecidos.

Depois, a má-fé está efetivamente quando...

Se os senhores já tinham isso tudo, se já tinham 14 mil manuais escolares dados, se não eram precisos mais manuais escolares, por que é que aprovam isto?

Mas vou explicar-lhe por que é que se aprovou e a Sra. Deputada Catarina Furtado ali referiu.

Sabe por que é que se aprovou isto?

É porque isto era para a classe média que na altura o Presidente do Governo, o ex-Presidente do Governo, Carlos César, percebeu, e bem, que as famílias da classe média estavam com dificuldades e a anterior Secretária da Educação que tituló esta pasta. Era preciso ajudar a classe média.

Presumo que o Governo que aí estava, o velho Governo, além de ser ano de eleições, aprovou com lealdade e de boa-fé esse Decreto Legislativo Regional. Presumo que terá sido isso, Sr. Secretário, porque não tive do velho Governo nenhuma razão de queixa, deste novo Governo já não lhe posso dizer, infelizmente, a mesma coisa.

Sra. Deputada Catariana Furtado, vamos lá ver se nos entendemos, a senhora explicou e bem. Foi entendido aqui que para não haver grande impacto orçamental deveriam ser faseadas as medidas. Há um despacho da Sra. Secretária Cláudia Cardoso à altura de como é que se faria a transição; agora estaríamos no 5.º e 6.º ano, os alunos com os manuais escolares. Perfeitamente! Agora, é preciso é perceber. A senhora disse aí que estamos na fase de arranque, portanto, que é prematuro estar também aqui a fazer grandes críticas, que isto está na fase de arranque, mas ali o Sr. Secretário diz que isto é para acabar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está na fase final! Terminal mesmo!

O Orador: Está na fase final.

Em que é que ficamos? É na fase de arranque da Deputada Catarina, ou na fase final do Sr. Secretário?

Bom, quem está a ficar finado são os alunos que não têm dinheiro para comprar e estão na fase terminal porque não podem, Sr. Secretário.

Classe média! Isso era para ajudar a classe média e dizia no diploma da direita para “a promoção”, Sra. Deputada Zuraida Soares, “da igualdade de oportunidades e equidade no acesso a manuais escolares”. Um diploma da direita, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, se o senhor vai revogar isto, vai fazer um forte ataque à classe média açoriana que neste momento passa por grandes

dificuldades, seja por medidas do Governo da República, seja por medidas do Governo dos Açores, seja por estarem desempregados, seja porque estão a passar grandes dificuldades, seja porque aumentou hoje a habitação, seja porque não podem pagar as suas dívidas. Estão a passar graves dificuldades e o senhor quer reduzir isso à esmola e à mão estendida para lhe irem pedir, não quer regras objetivas para todos e é de uma gravidade extrema o que a Deputada Catarina Furtado aqui disse. É que se há unidades orgânicas que cumprem, há outras que não estão a cumprir e quer dizer que o senhor não está a fazer bem o seu trabalho, quer dizer que a Inspeção Regional da Educação não faz o seu trabalho e quer dizer quase, ao fim e ao cabo, que a tutela, além de amordaçada, não faz nada.

Portanto, como é que o senhor permite que no sistema regional da educação haja escolas que cumprem a lei e outras que não cumprem a lei?

É isso que o senhor vai ter de explicar.

Quanto aos alunos que vão a pé para a escola são pobres, são, porque foram os pais que denunciaram, agora já lhe disse aqui: não sou delator. É na ilha Terceira, é na Praia da Vitória, o senhor vá investigar e mande a Inspeção da Educação que é esse o seu dever.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Catarina Furtado frequentemente se refere a mim nas suas intervenções, de tal forma que eu também agora vou referir-me a ela, lendo uma pequena parte da sua intervenção do Diário das Sessões do dia 9 de maio de 2012, só para lhe relembrar algumas coisas, Sra. Deputada.

A determinada altura a senhora diz: “Um dos princípios replicados nesse projeto de decreto legislativo regional é o da equidade e promoção de igualdade de oportunidade de todos os alunos.

Citando Berto Messias que dizia que “esta é mais uma medida que pode dar um contributo importante às famílias, diminuindo as despesas que têm com a educação dos filhos.”

Ao que o Sr. Deputado Berto Messias disse “Muito bem, Sra. Deputada!”

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era ano de eleições!

A Oradora: “Ora bem, [continua a senhora] tendo em consideração todo o exposto, constata-se que o projeto em análise da iniciativa do CDS-PP mais não faz do que regulamentar e compilar matérias que já foram implementadas e propostas pelo PS, quer pelos governos, quer pela Juventude Socialista.”

Mais à frente a senhora diz que: “Considera-se bem-vinda a iniciativa, tendo em conta o contexto económico e social pelo qual estamos a passar.

Esta medida converge para o que tem sido a postura do Governo Regional e do nosso [vosso] Grupo Parlamentar: alargar e reforçar as medidas e apoios sociais aos açorianos, numa fase de mais austeridade, imposta pela República [a senhora não resiste a isto] a cada dia.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

“É com satisfação que se vê o CDS-PP aqui, na Região, agir de forma diametralmente oposta ao seu partido na coligação da República [e continua] e sair até do que habitualmente defende aqui, na Região, porque neste diploma dos manuais se propõe para todos os alunos, independentemente do nível económico do agregado familiar, ao contrário do que noutros diplomas aqui já assistimos.” Fim de citação.

Ora, Sra. Deputada, a senhora disse também depois (penso que isto ilustra já tudo, mas de qualquer das formas ainda vou lembrar-lhe aqui mais duas ou três coisas que a senhora disse na sua intervenção), falou de uma medida faseada, falou do arranque da medida, que a medida está no seu arranque e que ainda é cedo para fazer uma averiguação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não disse isso! Não referi avaliação!

A Oradora: Ora, arrisco-me a dizer-lhe Sra. Deputada que a medida vai acabar antes de ser totalmente aplicada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Depois, Sra. Deputada, a senhora não resiste mesmo a falar da República, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não resisto mesmo! Até que a voz me doa!

A Oradora: ... do Governo mau da República. Então vou falar-lhe do Governo bom da Região.

A senhora é que disse que a situação agravou-se. Então agravou-se e por isso é que vão retirar o apoio, segundo as palavras do Sr. Secretário?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Tal coça!

A Oradora: Sra. Deputada, mesmo que o apoio seja retirado, a revisão da legislação não dispensa a sua aplicação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Quanto a si, Sr. Secretário, o senhor é o homem da palavra, esperava-se muito da sua intervenção. Foi uma decepção, porque o senhor passou o tempo a ler a legislação e uma grelha com números.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora, Sr. Secretário, o que a gente esperava era que o senhor viesse efetivamente explicar o que é que fez para que esta medida fosse aplicada igualmente por todas as unidades orgânicas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e quais as conclusões que foram tiradas pela Inspeção Regional da Educação, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não sabe!

A Oradora: ... porque no dia 26, na reunião da comissão, o senhor disse que ainda não estava na posse de toda a informação.

Agora, hoje, já estamos em abril, o senhor sabia que este diploma vinha a debate, portanto, devia ter alguma coisa para nos dizer. Foi uma desilusão. É mesmo caso para se dizer, Sr. Secretário, “muita parra e pouca uva”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quer me parecer que nem estamos na fase inicial, nem na fase final. Estamos é numa fase de grande confusão, que é a única coisa que eu posso concluir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da sua!

O Orador: Ah, é?

É isto que posso concluir da intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

De facto, há aqui um conjunto de contradições que não são compreensíveis para a generalidade da população que nos estará a ouvir, nem aqui para esta câmara, porque afinal de contas há aqui um reconhecimento de que há dificuldade em aplicar o diploma, o que quer dizer que ele não está a ser aplicado; entretanto, há uma questão que é esta: a lei não está a ser cumprida e se a lei não está a ser cumprida aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teria obrigação de fazer era apoiar esta proposta para que o Governo cumprisse efetivamente a lei.

Também se conclui deste debate que há um conjunto de escolas que não a estão a cumprir e por mais inspeção que haja, a verdade é que isso não está a acontecer.

Oh, Sr. Secretário, lamento dizer o que lhe vou dizer, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga!

O Orador: ... mas julgo que V. Exa. precisa de segurar as rédeas da Direção Regional da Educação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui! Isso é muito difícil!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A rédea é curta!

O Orador: Exatamente, Sr. Secretário, precisa de segurar as rédeas da Direção Regional da Educação.

Em determinada altura acusei o antigo Secretário Regional da Educação, Álamo Menezes, de ter vocação para Diretor Regional da Educação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nem tira a gravata para dizer isso!

O Orador: Acusei o Secretário Álamo Menezes, e ainda não estava nesta câmara, de ter vocação para Diretor Regional da Educação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aliás, não houve função que ele não exercesse!

O Orador: E não exagerei, porque de facto o Secretário Regional Álamo Menezes exercia cabalmente a função de Diretor Regional da Educação.

Diria a V. Exa., e permita-me este conselho: seja um pouco o Diretor Regional da Educação neste momento, porque bem é necessário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Judite Parreira, não percebi por que é que me parafraseou, ou por que é que leu.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Não percebeu?!

A Oradora: De facto assumo e já tinha falado naquilo tudo.

Eu, na minha intervenção aqui, não falei em acabar com nada. O que disse e repito é que a avaliação de uma medida que está no seu segundo ano de

implementação é de fazer, mas é cedo e isso acho que é irrefutável, porque se a senhora leu o Decreto 26, vai ler no artigo 4.º a competência: “incumbe ao órgão com competência executiva da unidade orgânica do sistema educativo regional planear e assegurar a execução e a gestão do fundo bibliográfico.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso já percebemos, Sra. Deputada!

A Oradora: Acho que é mais claro do que isso, que foi o que eu disse há bocado. A competência é das unidades orgânicas. Nas unidades orgânicas, o Sr. Deputado disse, que algumas estão a cumprir, há outras que não estão a cumprir, mas a competência é delas.

Portanto, não sei o que é que a senhora quis sequer dizer com a sua intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também já esperávamos isso!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: O que lhe posso dizer é que de facto as adversidades e os contextos socioeconómicos até não foram trazidos por mim agora.

De facto, vou falar deste Governo da República até que a voz me doa, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque ele é do partido que vocês são. Há um PSD da República e um PSD aqui. O PSD é um, porque quando têm congressos o PSD/Açores traz cá os seus dirigentes nacionais, portanto, se são amigos ...

É como nos casamentos: é para a pobreza e para a riqueza, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguns!

A Oradora: ... na doença e na alegria. Está bem?

Portanto, vocês são do PSD, os Srs. Deputados todos.

Não é um menosprezo, peço desculpa.

Os Srs. Deputados, a bancada do PSD, é do PSD por mais que custe, mas são, da mesma maneira que o CDS-PP é também do CDS-PP de Paulo Portas, do qual até o Sr. Deputado Artur Lima é Vice-Presidente, se bem que não conseguiu um lugarinho para um açoriano nas europeias, mas isso é outra coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Parece que a coisa foi mais complicada para esse lado! (*Risos*)

A Oradora: Ora bem, dizia o Sr. Deputado Paulo Rosa, em 2012, quando apresentou o diploma (que a senhora também deve ter lido, porque se foi ver o Diário das Sessões leu): “Num momento em que as dificuldades são transversais a toda a nossa sociedade, em que temos uma classe média oprimida por mais impostos, por uma carga muito maior, por dificuldades,” ...

Em 2012 já era o Passos Coelho e o Paulo Portas, não era? Parece-me, não sei, talvez!

Portanto, eles diziam que: “Nós consideramos que todos os contributos que forem dados no sentido de onerar as famílias, são” ... e continuava.

Ou seja, Sra. Deputada, não fui eu em 2012, não sou eu em 2014 que fala da carga, que fala das austeridades, que fala do CDS-PP e do PSD, dos Governos da República, dessa responsabilidade. Eram os próprios.

O CDS-PP tem pelo menos a coragem de dizer que isso é lá na República.

Por muito que custe, mas são todos, é o mesmo *logo*, é o mesmo número de contribuinte, o mesmo partido e o mesmo nome. Tudo igual.

Deputado Luís Garcia (PSD): Como é que a senhora sabe que temos o mesmo número de contribuinte?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui chegados a este momento do debate quase que apetecia dizer: mais palavras para quê?

É o Partido Socialista e o Governo Regional em muitas das suas habituais contradições, mas na realidade tenho mais algumas coisas a acrescentar.

Começaria por registar (já foi há muito tempo, mas eu ainda não me esqueci) o discurso panfletário sobre a autoridade moral da direita feita neste Parlamento pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e lembrar-lhe que em democracia cada um tem liberdade de fazer a opção ideológica que muito bem entende.

O senhor faz um panfleto para a direita, provavelmente eu farei um para a esquerda. Não o vou fazer agora, mas eventualmente lá nos encontraremos.

Portanto, faça os panfletos que muito bem entender, porque em democracia é isso mesmo que se espera que se faça.

Agora, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, tenho que lhe dizer que em termos pessoais lhe reconheço capacidades intelectuais inegáveis, mas vou dizer-lhe com toda a frontalidade: qualquer pai, qualquer mãe, qualquer encarregado de educação que estivesse a acompanhar a intervenção que o Sr. Secretário fez não percebia coisa nenhuma.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quando acabou, a pessoa que estivesse a ouvi-lo diria assim: “Mas afinal vamos pagar mais ou menos? O que é que foi que disse? É para nós pagarmos ou vão-nos dar de volta, devolver a caução ou não? Vou continuar a pagar o livro ou não?”

O Sr. Secretário, sobre a matéria em causa, não disse nada, porque a matéria em causa, Sr. Secretário Regional, é o incumprimento de uma lei que está em vigor, de que o senhor não gosta e o Partido Socialista agora também não, passado um ano de a ter aprovado não gosta, mas está em vigor e se está em vigor e se as unidades orgânicas, algumas delas, muitas delas não as cumprem, a responsabilidade não é das unidades orgânicas, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... a responsabilidade é da Inspeção Regional da Educação, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e portanto, em última análise, a responsabilidade é sua Sr. Secretário Regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nós não estamos neste momento a discutir a bondade do diploma do Decreto Legislativo Regional, “Empréstimos de manuais escolares”, que está em vigor. Não é essa a matéria em discussão, porque sobre isso todos nós poderíamos dizer várias coisas, mas não é isso que está em discussão e vou

lembrar-lhe o que é que está em discussão e pergunto-lhe diretamente, Sr. Secretário.

É ou não é verdade que o valor total dos manuais são imputados diretamente ao *plafond* da Ação Social Escolar do aluno em vez de ser paga uma caução no valor correspondente a 20% de cada manual?

Uma pergunta direta: é ou não é verdade?

O senhor só pode responder uma coisa: na maior parte das unidades orgânicas não é verdade.

É ou não é verdade que existem situações em que foi paga a caução, mas não foi devolvido o seu valor no final do ano, aquando da entrega dos manuais em condições de serem reutilizados?

O senhor só pode responder: é verdade.

É ou não é verdade que os alunos que optaram, e bem, pela reutilização dos manuais escolares são prejudicados, pois estão a pagar 100% do valor dos manuais, sendo esse valor retirado ao escalão do aluno que muitas vezes fica sem *plafond* para outras necessidades de material escolar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ou não é verdade?

A Oradora: É verdade e o senhor sabe-o tão bem quanto qualquer deputado desta casa.

É ou não é verdade (e vou continuar) que cada aluno que opte por reutilizar os manuais escolares paga 100% os mesmos manuais já pagos no ano transato no seu valor total, ou seja, os manuais já pagos no ano anterior voltam a ser pagos novamente por outros encarregados de educação e assim sucessivamente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ou não é verdade?

A Oradora: É ou não é verdade? É, Sr. Secretário Regional.

É ou não é verdade que são pagos na sua totalidade os mesmos manuais pelos alunos que entretanto ficaram sem *plafond* da Ação Social Escolar para as suas necessidades?

Não estamos a falar da classe média já, estamos a falar dos pobres, daqueles que têm livrinhos diferentes neste momento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dos pobres!

A Oradora: ... e que são reconhecidos na rua, porque têm um manual diferente na mão. É destes que estamos a falar, Sr. Secretário Regional.

Poderia continuar por aqui fora. Tudo isto é verdade e para tudo isto a Inspeção Regional da Educação teve 6 meses para apurar.

Já me chamaram preguiçosa nesta casa, o Sr. Presidente do Governo Regional. Agora sou eu que chamo nesta casa: há preguiça a mais na Secretaria Regional da Educação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Há preguiça a mais na Inspeção Regional da Educação. Isso é que é preguiça. Seis meses para ressarcir as famílias desta Região do roubo a que têm sido sujeitas e quando o Partido Socialista, quando o Sr. Secretário Regional diz: “Ah, isto não interessa..

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

... nós agora vamos fazer uma coisa nova”, se nega e se recusa a assumir que é sua obrigação política (sim senhor, não foi cumprido, houve erros), nós estamos aqui para corrigir, o que o senhor diz não.

O senhor diz: “Agora vamos fazer de uma maneira diferente e o que está para trás não interessa”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disse, disse!

A Oradora: O que é que diz o Partido Socialista?

Foi, foi o que o senhor disse em sede de comissão.

O Partido Socialista (veja lá o Sr. Secretário) diz que não vota, porque é redundante, o Sr. Secretário, a Secretaria já estão a fazer tudo.

Sabe o que é que lhe quero lembrar, Sr. Secretário Regional, para memória futura novamente?

No plenário anterior o Sr. Secretário teve aqui um discurso ...

Presidente: Sra. Deputada, tem que terminar.

A Oradora: ... para aprovar uma proposta, uma iniciativa legislativa que por acaso era do PSD, a que o senhor chamou redundante, duplicadora, que vinha

aconselhar a fazer o que já estava a ser feito e, no entanto, o Partido Socialista votou a favoravelmente e o Sr. Secretário ficou todo contente.

Então como é, Sr. Secretário?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É segundas, quartas e sextas ou terças e quintas!

A Oradora: São duas regras, duas medidas; dois pesos e duas medidas?

Ou depende do partido que propõe?

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo que terminar.

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, para terminar, nem o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura tem autoridade política para rejeitar ...

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo que terminar.

A Oradora: ... este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, nem o Partido Socialista tem moralidade, nem legalidade política para depois de reconhecer que isto é verdade, mesmo assim votar contra com todas as contradições que isso implica.

Presidente: Sra. Deputada, tem de terminar.

A Oradora: Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sra. Deputada!

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por afiançar perante esta intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares que assumo pessoalmente, integralmente todas as responsabilidades, tudo aquilo que corra bem e que corra mal na Secretaria que tutelo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não chega! Fica-lhe bem, mas não chega!

O Orador: Portanto, não passo as responsabilidades para ninguém, mas quero que fique claro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fica-lhe bem, mas não é suficiente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem que tirar daí as suas ilações!

O Orador: Quero dizer também que foram pedidas, quando foram levantadas essas questões, informações às escolas (não fui eu pessoalmente que as fiz, foram os serviços, mas aceito-as) relativamente às situações da não restituição de cauções ou outras situações que tinham sido referidas aqui.

Nenhuma escola referiu essas situações. Apesar disso, e provavelmente por isso, uma vez que havia essas informações vindas da Sra. Deputada e de outras Sras. e Srs. Deputados que não correspondiam às informações dadas pelos conselhos executivos que são os responsáveis de facto pela aplicação (a responsabilidade política é minha, mas são eles que as executam), disse à Inspeção Regional para investigar.

É o que está a ser feito.

Deputada Zuraida Soares (BE): Seis meses, Sr. Secretário!

O Orador: Como deve calcular o trabalho não foi feito. Acho que é injusto a Sra. Deputada dizer que há preguiça na Inspeção Regional, porque está a atacar muito poucos funcionários dedicados, que são muito poucos, que é o corpo de inspetores regionais, que têm trabalho em todas as ilhas, que estão a fazer um trabalho extremamente difícil e que estão a atacar várias situações que não apenas isto.

Portanto, acho que é injusto a Sra. Deputada, enquanto defensora da classe trabalhadora, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Seis meses, Sr. Secretário!

O Orador: ... vir acusar os inspetores da Inspeção de preguiçosos. Isso não lhe perdoo, mas de qualquer maneira se há preguiça é minha, não é deles.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas acha bem o que a Deputada Catarina diz das unidades orgânicas?

Deputada Zuraida Soares (BE): Seis meses!

O Orador: Também tem sido dito aqui que vou tirar benefício. Eu! Não sou eu, mas o Decreto que está a ser preparado tem por objetivo corrigir algumas incongruências entre os dois decretos que estão em vigor que devem ser corrigidas.

Por exemplo, o próprio Decreto 26, no seu artigo 7.º, reconhece que há os alunos que estão ao abrigo da Ação Social Escolar e os outros, portanto, reconhece que os que estão ao abrigo da Ação Social Escolar regem-se pelo Decreto 18/2007 e no Decreto 18/2007 o que é que acontece?

Os alunos compram os manuais e têm uma comparticipação de 5% ou de 15%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que estipula!

O Orador: Portanto, é isso que está dito, é isso que está no Decreto. É isso que está no Decreto e tem a tabela, o Decreto 18.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Artigo 7º!

O Orador: Não, não!

Sr. Deputado, faça o favor de ler e depois fale. Leia primeiro aquilo que está aqui. O que de facto está aqui é que o escalão I tem uma comparticipação de 5%

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Mas isso é no seu!

O Orador: Não, não! É o Decreto que está em vigor para a Ação Social Escolar e para o qual aquilo que foi proposto por V. Exa. remete. Portanto, se remete, reconhece a existência dele.

Então o que é que acontece?

Os alunos da Ação Social Escolar têm direito a uma comparticipação de 5 ou de 15% consoante o escalão do 1.º ciclo (e depois tem os outros de 40 até 20%), mas aqueles que depois no Decreto 26, que diz que é voltado para a classe média, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... mas que abrange também os ricos (porque o filho de qualquer rico desta Região pode usufruir deste benefício, ou seja, pagar uma caução de 20% dos manuais, não devolver os manuais e a Ação Social Escolar pagar os remanescentes 80%) ...

Isso não é justiça e quando falo em introduzir correções é nesse sentido.

Portanto, ninguém vai perder benefícios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores aprovaram isto!

O Orador: Ninguém vai perder benefícios, por isso eu disse aqui, a Sra. Deputada disse, e ninguém me entendeu. Paciência! Pensava que estava a falar para pessoas que sabem do que é que se trata.

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse lá fora!

O Orador: Está bem, mas estou a falar é aqui dentro e aqui dentro, ...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Quando eu falar lá para fora ...

Aliás, já tive a oportunidade de dizer noutras situações que o objetivo era introduzir correções no sentido de evitar injustiças que esta confrontação que os dois diplomas têm produzem.

Ou seja, há crianças, beneficiários da Ação Social Escolar, que terão de pagar 85% do valor dos livros e ao abrigo do outro Decreto, ou seja, a tal classe média a que o Sr. Deputado se refere, tem que pagar uma caução de 20%. Portanto, beneficiam de 80% no caso de não ...

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fui só eu. A Deputada Catarina também disse!

O Orador: São essas correções que têm de ser feitas.

Sra. Presidente, sei que tenho de terminar, mas tenho estado aqui toda a tarde a ser bombardeado com base em incorreções, que tenho necessidade de intervir.

De qualquer maneira agradeço.

Muito obrigado.

Deputada Judite Parreira (PSD): Pudera! Não tivesse falado tanto da legislação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga como o outro que não vinha preparado para isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Pedia à Sra. Presidente que fizesse circular por todos os deputados e deputadas desta casa um panfleto/anúncio que corre Angra do Heroísmo em variadíssimos sítios, cafés, locais públicos, onde está claramente afirmado que o Governo fará um apoio aos alunos deste colégio de S. Francisco de 200 euros por mês para os alunos do 3.º ciclo e 250 euros por mês para os alunos do secundário, ao abrigo dos Decretos Legislativos Regionais n.º 26/2005 e 6/2008.

Presidente: Sra. Deputada.

A Oradora: Peço-o para o fazer, porque o Sr. Secretário Regional ainda agora quis falar sobre o assunto e não pode. Está aqui.

Presidente: Sra. Deputada.

A Oradora: Não é comunicação social, é um panfleto de anúncio da responsabilidade do colégio.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Que culpa tenho eu de fazerem isso!

A Oradora: Diga, Sra. Presidente, estou a ouvi-la.

Presidente: Agradeço que me ouça.

Nós estamos aqui para debater e discutir os temas até à sua exaustão, com a emoção que lhe é devida.

Este assunto que traz agora através desta interpelação não se refere a esta matéria.

A Oradora: O Sr. Secretário referiu na sua intervenção e eu quis lhe dar resposta.

Presidente: Mas não se refere a esta matéria.

Agradeço que então entregue à Mesa o documento para que possa ser distribuído.

A Oradora: Entregarei. Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, vou falar consigo outra vez, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Com todo o gosto!

A Oradora: ... mas por favor não fique nervosa, porque depois a senhora esquece-se das coisas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É da idade!

A Oradora: Deixe-me apenas lembrar-lhe que a senhora já disse aqui hoje que cumpre às unidades orgânicas cumprir com a legislação (passo o pleonasma) e se há algumas que não cumprem, também há outras que cumprem, admite que há algumas que não cumprem.

Então se há algumas que não cumprem, por que é que a senhora vota contra uma medida ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não faça perguntas difíceis!

A Oradora: ... que visa justamente fazer cumprir e fiscalizar o cumprimento da legislação?

Deputado André Bradford (PS): Não visa nada, Sra. Deputada!

A Oradora: Incompreensível!

Outra coisa: a senhora também disse que a situação agravou-se e por isso é preciso rever a política dos apoios.

Disse ou não disse isso?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Disse!

A Oradora: A situação agravou-se nos Açores, Sra. Deputada?

Mas as situações agravam-se nos Açores, com um Governo tão bom?

Então por que é que é preciso rever a política dos apoios, Sra. Deputada?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É por causa do Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Deputada sempre que fala, mostra que é uma boa atriz!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O mesmo já não se pode dizer do senhor!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ele tenta!

Deputado Berto Messias (PS): Foi um elogio!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados não havendo mais inscrições ...

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, na sua pesquisa que fez na Assembleia da República devia ter também pesquisado que o CDS em 2010 fez uma proposta que foi chumbada pelo Partido Socialista exatamente sobre essa matéria. Portanto, só para fazer esse pequeno esclarecimento.

Depois, Sr. Secretário, não lhe vou fazer mais nenhuma interpelação. O senhor já teve várias oportunidades para me responder, nunca quis responder. O que é curioso é que efetivamente o que se passa é que os alunos pobres são espoliados neste regime e por este sistema. Sobre isto não há duvida nenhuma.

E mais, Sr. Secretário! A circular da DRE, C-DRE/2012, de 5-09-2012, explica bem como é que se faz, com conhecimento do Governo, a dedução aos alunos da Ação Escolar.

Portanto, o que o senhor andou aqui dizer, ao fim e ao cabo, foi o Governo que mandou fazer: deduzir à Ação Escolar o valor dos manuais escolares. Está numa circular feita depois deste Decreto Legislativo ter sido aprovado. Isso é que é grave, Sr. Secretário Regional!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Gravíssimo!

O Orador: Portanto, investigue e depois esclareça-me. Não é hoje, mas sei que amanhã vai dizer-me alguma coisa.

Depois, aquela classe média a que o senhor se refere, aquela classe média com algum (permita-me) desprezo, é a mesma classe média a que se referiu a Sra. Deputada Catarina Furtado. Esse diploma foi feito para a classe média.

O senhor diga-me quem são os ricos beneficiários.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Todos os que quiseram aderir, Sr. Deputado!

O Orador: Agora pergunto-lhe eu: quem foram os ricos beneficiários dos manuais escolares, do empréstimo dos manuais escolares?

Diga-me lá quem foram?

Agora devolvo-lhe a pergunta, o senhor também me há de esclarecer um dia destes: qual é o seu trauma, Sr. Secretário?

O problema é que com esse trauma “esquerdóide” está a prejudicar a sociedade, está a prejudicar as famílias da classe média que passam por grandes dificuldades ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está a ver, Sra. Deputada Judite?!

O Orador: ... e até admito que por medidas do Governo da República, mas passam por grandes dificuldades e era dever do Governo dos Açores exercer autonomia, ser diferente e foi para isso que isto foi aprovado pelo velho Governo e que o novo Governo não quer cumprir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para prestar um esclarecimento ao Deputado Artur Lima e ler o que diz a circular C-DRE/2012/20.

Diz que os alunos beneficiários da Ação Social Escolar no 1.2, alínea b), “estão sujeitos à dedução na comparticipação a que têm direito do valor dos manuais escolares.”

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é um escândalo! Merecia um protesto!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que vergonha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tirar duas conclusões, quer da votação, quer da parte final do nosso debate.

Primeira conclusão: o Partido Socialista não quer tomar as medidas necessárias para que se cumpra o Decreto Legislativo Regional – “Empréstimo dos Manuais Escolares”, no nosso sistema educativo regional.

O Partido Socialista não quer que a Inspeção Regional da Educação exerça a fiscalização da conformidade deste diploma com as práticas das unidades orgânicas na nossa Região.

Esta é a única conclusão a tirar deste sentido de voto.

Mais uma coisa, Sra. e Srs. Deputados:

Aquilo que o Sr. Deputado Costa Pereira acabou de ler é a prova provada de que comissões de redação final são o que mais existe nesta região.

Aprovarmos aqui um Decreto Legislativo Regional que diz exatamente o contrário...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... daquilo que está naquela diretiva, ou naquela ordem/despacho da Secretaria Regional da Educação, é mais uma vez uma vergonha para este Parlamento, uma vergonha para o Governo Regional, uma vergonha para a democracia e para a autonomia.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É absolutamente inaceitável.

Muito obrigada.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o PS não está contra a Inspeção estar no terreno.

O PS está sempre a favor da Inspeção Regional da Educação verificar qualquer situação que não esteja bem. Aliás, foi informado que já está a tratar disso, para além de que, como acabámos de ver durante a discussão do Projeto de Resolução, a implementação do diploma, está na segunda fase, no segundo ano de arranque.

Há a intenção do Governo de alterar regras para ficarem mais claras e crívoas em termos de rendimento e de acesso, não pondo em causa a classe média, mas eventualmente a média alta e a alta que não necessitam e que neste momento podem recorrer desde que queiram.

Portanto, nós não estamos contra nada.

O que estamos é contra medidas que estão a ser executadas e coisas que estão em ação e que a sua aprovação, ou não, não alteram nem trazem nenhum aporte. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lamentavelmente o Partido Socialista nega mais uma vez que se cumpra aquilo que democraticamente foi aprovado nesta casa. Eu presumo que foi aprovado por gente de bem e de boa-fé.

Podemos, com o evoluir das coisas, começar a perceber que se legisla no Parlamento para depois, nas costas do povo dos Açores, se alterar o que aqui foi votado e aprovado.

Este despacho assinado pela Sra. Diretora Regional da Educação, Maria da Graça Lopes Teixeira, em 20 de setembro de 2012, ou seja, três meses depois de aqui ser aprovado o Decreto Legislativo Regional, vai exatamente ao contrário daquilo que aqui foi aprovado.

É lamentável, mesmo em ano de eleições, que se tenha feito isso. Sobretudo, é lamentável que tenha sido feito nas costas deste Parlamento.

Começa, infelizmente, a ser um hábito que não é benéfico para a democracia, não é benéfico para o Governo, para o Partido Socialista, para este Parlamento e para a sociedade açoriana, em geral.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo não é de confiança!

O Orador: Às segundas, quartas e sextas, aplica-se uma legislação; às terças e quintas aplica-se a outra legislação. Há unidades orgânicas que cumprem, unidades orgânicas que não cumprem.

O Sr. Secretário Regional limita-se a dizer “eu sou o culpado”, mas entretanto são prejudicados aqueles onde não se aplica a lei.

Isso, Sr. Secretário, é inadmissível. Compete-lhe a si não é assumir a culpa, é governar. É zelar para que a lei seja aplicada, é zelar para que haja um tratamento igual em todas as unidades orgânicas.

É isso que se exige de si. Da Inspeção da Educação, não quero saber se são malandros ou não, têm é que cumprir o seu dever. O dever deles é fiscalizar.

Sr. Secretário, eu fiz-lhe a denúncia aqui há seis meses. O senhor também prometeu nesta casa que ia dar instruções aos seus serviços para que fossem fiscalizados esses abusos e que fossem verificadas essas situações.

Até hoje, a resposta foi nenhuma.

Infelizmente acabámos aqui, mais uma vez, por negar aquilo que foi aprovado nesta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, não é possível, com base no Regimento, fazer protestos a declarações de voto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só se fosse contra a Deputada Catarina Moniz Furtado!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PPM votou a favor deste Projeto de Resolução, porque politicamente concordamos com ele.

É evidente que da nossa parte não altera o nosso sentido de voto se, após a entrada de um Projeto de Resolução, o Governo Regional o começa a concretizar, até é benéfico do ponto de vista do funcionamento do sistema democrático.

Há um partido da oposição, um senhor deputado em particular, que apresenta uma preocupação, que quer recomendar a este Governo Regional uma determinada ação. Que o Governo a comece a fazer, é positivo e é evidentemente uma prática que eu considero que é positiva.

Agora a questão é que isso não invalida que pelo facto do Governo Regional começar a concretizá-la (o que quer dizer que lhe dá valor, lhe dá relevância e que está de acordo) não quer dizer que depois isso altere a posição política em relação a este Projeto de Resolução. Não faz sentido nenhum!

Não faz sentido nenhum que um partido (o PPM não o fez e considera estranho que outros partidos o tenham feito) que concorda com um Projeto de Resolução, e que concorda porque o Governo Regional o começou a concretizar, depois vote contra, porque o Governo Regional o começou a concretizar.

É a aberração política total.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Mas isto é declaração de voto?

O Orador: É uma declaração de voto. Eu estou a dizer, apesar do Governo Regional estar a concretizar um Projeto de Resolução e as medidas que aqui estão previstas e recomendadas, por que é que o PPM, apesar disso, votou a favor.

Sra. Secretária, não há outra forma de fazer uma declaração de voto, a não ser dizer por que é que eu voto a favor e por que é que, apesar do Governo

Regional ter iniciado a concretização destas recomendações, eu continuo a manter a minha perspetiva em relação a este sentido de voto.

Esta é a declaração de voto que se tem que fazer, é assumir as responsabilidades e assumir politicamente que nós consideramos esta questão relevante e consideramos esta recomendação relevante. Esta é a questão.

Uma última nota final, uma preocupação nossa:

Eu trabalho no sistema educativo regional há 20 anos.

Tenho absoluta convicção que temos excelentes funcionários na Direção Regional da Educação, gente de altíssima qualidade.

Agora, posso aqui garantir que as condições de coordenação, as condições materiais, do ponto de vista logístico, para que esta Direção Regional da Educação possa concretizar o seu trabalho, são cada vez menores. Portanto, há menores condições, há menor capacidade logística.

É preciso que esta equipa seja reforçada, porque neste momento temos um sistema educativo cada vez mais complexo e é preciso melhorar as condições de trabalho, nomeadamente do ponto de vista do pessoal, do ponto de vista de equipamentos que são necessários.

Quem trabalha no setor sabe que a coordenação é cada vez mais difícil, as exigências são cada vez maiores por parte da sociedade em geral e do sistema educativo, de forma específica. As exigências são cada vez maiores.

É necessário dar condições de trabalho à Direção Regional da Educação para que possa, de facto, cumprir o seu trabalho de coordenação do sistema educativo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente esta iniciativa por valorizar a transparência e a clareza na aplicação de qualquer lei e por valorizar a justiça e a equidade para todos os açorianos.

Lamentavelmente nem todos pensam assim. Por isso é que vamos continuar a ter situações de injustiça e de desigualdade no empréstimo dos manuais escolares para as crianças dos Açores.

Deputado Claudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições para declarações de voto. Vamos avançar com a nossa Agenda.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos também terminar por hoje os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10h00.

(Eram 19 horas e 40 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados/as que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Deputados/as que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

As redatoras, Ana Sofia Machado e Maria da Conceição Fraga Branco